
INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

nº 3 / 2020



IE

Acesse o site
do Inteligência
Esportiva



INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

nº 3 / 2020

COORDENAÇÃO

FERNANDO MARINHO MEZZADRI

EDITORES

ANDRÉ MARSIGLIA QUARANTA E

NATASHA SANTOS LISE

Publicação do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva da
Universidade Federal do Paraná

Periodicidade Bianaual

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Coordenação do Programa de Pós-graduação em Educação Física
Novo Edifício do Departamento de Educação Física
Universidade Federal do Paraná
Avenida Coronel Francisco Heráclito dos Santos, 100
Caixa Postal 19031 – Campus Centro Politécnico
CEP 81531-980 – Curitiba-PR



Instituto de Pesquisa
**INTELIGÊNCIA
ESPORTIVA**

www.inteligenciaesportiva.ufpr.br

INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas
(Giana Mara Seniski Silva – CRB/9 1406)

Inteligência esportiva / Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva, nº 3,
(2020). – Curitiba: UFPR, 2020.

ISSN: 2675-3936

Periodicidade: Anual.

Publicação do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva da
Universidade Federal do Paraná iniciada em 2016.

Coordenador: Fernando Marinho Mezzadri.

Editores: André Marsiglia Quaranta e Natasha Santos Lise.

1. Esportes - Administração. 2. Instalações esportivas. 3. Atletas -
Brasil. I. Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva. II. Universidade
Federal do Paraná. III. Mezzadri, Fernando Marinho, 1968-. IV. Quaranta,
André Marsiglia. V. Santos, Natasha, 1988-.

CDD (22. ed.) 796.069

INTRODUÇÃO



O Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) vem, há alguns anos, contribuindo para a melhoria do esporte brasileiro, fornecendo conhecimento científico, tecnológico, inovação e auxiliando na estrutura da gestão, governança e políticas de esporte. Entendemos que a melhoria no desenvolvimento esportivo brasileiro depende fundamentalmente do diagnóstico, do planejamento, da avaliação e da utilização das mais modernas ferramentas de análise das políticas de governo e da gestão das entidades privadas.

Mas, para alcançar o sucesso nos princípios elencados acima, torna-se imperiosa a consolidação dos dados confiáveis e atuais sobre a estrutura esportiva. Assim, em iniciativa pioneira, o IPIE desenvolveu uma base de dados (*big data*), estruturada na forma de um grande conjunto de registros sobre o esporte. Sua utilização torna possível cruzar dados e gerar informações de modo rápido e preciso, auxiliando pesquisadores, gestores e profissionais do esporte sobre a compreensão das suas atividades. Atualmente, nossa base de dados conta com mais de 65 mil atletas e, aproximadamente, 7 mil instituições cadastradas, perfazendo um volume superior a 3 milhões de registros, oferecendo uma visão plena do esporte por meio da emissão de relatórios e mapas em diversos formatos. É importante afirmar que esta base de dados já está sendo reconhecida, nacional e internacionalmente, por parte de várias entidades esportivas.

Para que as ações do IPIE pudessem ser concretizadas, foi necessário o apoio permanente da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) da Secretaria Especial de Esportes do Ministério da Cidadania. Com o avanço desta parceria, estamos não só consolidando a base de dados, mas, principalmente, auxiliando a SNEAR no acompanhamento dos atletas do Bolsa-Atleta e Bolsa Pódio, da Rede Nacional de Treinamento, dos Jogos Escolares Brasileiros, organizando e cadastrando os dados do financiamento esportivo, disseminando informações por meio de eventos científicos, das revistas, da Cartilha de governança em entidades esportivas (Lei 9.615/98) e, mais recentemente, realizando o levantamento da gestão, governança e infraestrutura das entidades esportivas públicas e privadas do país.

Continuar essa catalogação dos dados neste sistema e acompanhar permanentemente o desenvolvimento dos atletas e das entidades esportivas será essencial para que o esporte brasileiro melhore sua eficiência na gestão, na governança e na performance dos atletas.

Fernando Marinho Mezzadri
Coordenador Geral do IPIE



Com o intuito de apresentar à comunidade em geral o trabalho desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE), nos anos de 2016 e 2018 foram lançados os dois primeiros números da Revista Inteligência Esportiva. Nestes, foi apresentada uma síntese dos subprojetos desenvolvidos a partir da parceria firmada com a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), da Secretaria Especial de Esportes do Ministério da Cidadania; possibilitando que profissionais envolvidos com o esporte (gestores, técnicos, atletas, professores de educação física, entre outros interessados) pudessem ter acesso ao conhecimento construído até então.

Podemos observar que as ações do IPIE nos últimos anos foram ampliadas, concomitantemente ao andamento dos subprojetos. Várias parcerias têm sido formalizadas, nacional e internacionalmente, junto a pesquisadores renomados, instituições consolidadas, secretarias de esporte e organizações esportivas em geral.

Para difundirmos o que tem sido desenvolvido pelo IPIE nos últimos dois anos, preparamos para este 3º número uma série de textos que possibilite ao leitor um entendimento sobre as diversas frentes elaboradas desde a nossa última publicação em 2018, sintetizadas em três editoriais distintas: entrevistas; subprojetos desenvolvidos; e ações.

A primeira delas traz duas entrevistas com parceiros importantes na construção de referenciais pautados na Gestão do Esporte e na Governança de instituições esportivas. Uma das entrevistas foi concedida pelo Dr. Gonzalo Bravo, professor da Faculdade de Gestão Esportiva da *West Virginia University* (WVU); e a outra foi realizada com o dinamarquês Jens Sejer Andersen, jornalista, diretor internacional e fundador da *Play The Game*, uma instituição que se propõe a estimular a ética nas entidades esportivas.

A segunda parte da revista, aborda algumas das discussões que envolvem os oito subprojetos desenvolvidos pelo IPIE. De início, temos o debate que envolve a relação entre ciência e tecnologia que impacta diretamente o esporte de rendimento. Na sequência, observamos a necessidade de mapear as políticas públicas voltadas para o esporte nos estados e municípios brasileiros, a partir do desenvolvimento de um sistema específico para este fim, possibilitando estratégias para o desenvolvimento do esporte no Brasil. Em seguida, três textos tratam do Programa Bolsa-Atleta: um que apresenta o programa, bem como suas principais características desde a sua implementação no ano de 2004 pelo Governo Federal; outro que aborda especificamente a categoria Pódio no período de 2017-2019, com o intuito de traçar possíveis tendências dos atletas brasileiros para os

Jogos Olímpicos de Tóquio/2020; e, por último, temos uma reflexão sobre a possibilidade de um modelo de avaliação e monitoramento para o programa como forma de compreensão das políticas de alto rendimento no Brasil.

Também está contemplado neste rol de textos o universo que envolve o Jogos Escolares, a partir das suas transformações ao longo da sua história, bem como os principais desafios a serem enfrentados pelo esporte escolar brasileiro no século XXI. Outro tema que se apresenta, trata da Governança nas confederações esportivas, a partir do comparativo entre os anos de 2017 e 2018 com dados da Sou do Esporte, uma associação que tem por objetivo estimular as boas práticas de governança no esporte brasileiro. Finalizando esta seção, temos o cruzamento de dados referentes aos ciclos olímpicos de Pequim/2008, Londres/2012, Rio/2016 e Tóquio/2021, buscando estabelecer uma análise sobre os investimentos realizados a partir do perfil das delegações e dos resultados esportivos, e, por fim, quais são os principais desafios para o futuro do esporte de rendimento brasileiro.

A terceira seção deste número trata das principais ações desenvolvidas pelo IPIE. O Seminário Internacional de Gestão e Políticas para o Esporte (SIGPE) tem se consolidado como um espaço de divulgação da produção científica, além de debater a respeito das experiências sobre políticas públicas que envolvem o esporte de rendimento. Outro evento, o Simpósio de Governança em Organizações do Esporte (SGOE), fomenta discussões sobre a necessidade de profissionalização da administração esportiva brasileira e as boas práticas de governança. Em relação à publicação da produção desenvolvida pelo IPIE apresentamos o *website*, que, além de disponibilizar materiais, figura como uma ferramenta de busca de dados vinculados ao nosso Banco. Outra forma de disseminar conteúdos é por meio de suas próprias redes sociais (@ieufpr), bem como pelo canal do *YouTube*, que hospeda vídeos relacionados a trabalhos desenvolvidos.

Por fim, este número também destaca a participação do IPIE em diversos eventos e ações, bem como a apresentação de todos aqueles que fazem parte desta instituição.

Diante disto, esperamos que você possa fazer uma boa leitura deste número.


André Marsiglia Quaranta, Editor


Natasha Santos Lise, Editora



REITOR
RICARDO MARCELO FONSECA

VICE-REITORA
GRACIELA INEZ BOLZÓN DE MUNIZ

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA
LEANDRO FRANKLIN GORS DORF

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
EDUARDO SALES DE OLIVEIRA BARRA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
FERNANDO MARINHO MEZZADRI

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DOUGLAS ORTIZ HAMMER MÜLLER

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
MARIA RITA DE ASSIS CESAR

SUPERINTENDENTE DA FUNPAR
JOÃO DA SILVA DIAS

CHEFE DE GABINETE DA REITORIA
MARINÉS DE PAULI THOMAZ

PROCURADOR-CHEFE
TIAGO ALVES DA MOTA

SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO E MARKETING
CARLOS ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA DE INCLUSÃO, POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE
PAULO VINÍCIUS BAPTISTA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
SÉRGIO MICHELOTTO BRAGA

SUPERINTENDENTE DO COMPLEXO HOSPITAL DE CLÍNICAS
CLAUDETTE REGIGIANI

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS CAMPI AVANÇADOS
HELTON JOSÉ ALVES

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO
CARLOS ITSUO YAMAMOTO

AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
VALMIR ANTUNES PEREIRA

ASSESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ANDRÉ DE MACEDO DUARTE

AUDITORIA INTERNA
LUIZ EDUARDO CROESY JENKINS

DIRETORA DA BIBLIOTECA CENTRAL
JOSEFINA APARECIDA SOARES GUEDES

SECRETARIA DE ÓRGÃOS COLEGIADOS
CHRISTIAN MENDEZ ALCANTARA

INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

ISSN 2675-3936

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO
FERNANDO MARINHO MEZZADRI

EDITORES
ANDRÉ MARSIGLIA QUARANTA E NATASHA SANTOS LISE

REVISÃO
NATASHA SANTOS LISE E ANDRÉ MARSIGLIA QUARANTA

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA
LUCIANA LAROCCA

PERIODICIDADE BIANUAL

IMPRESSÃO
IMPRENSA UNIVERSITÁRIA DA UFPR

TIRAGEM 1.000 UNIDADES



A Revista Inteligência Esportiva é uma publicação do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva, da Universidade Federal do Paraná.



10 Conheça os nossos colaboradores

Representando os diversos subprojetos e ações desenvolvidas pelo Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva, conheça

quem são os colaboradores que elaboraram os artigos contidos neste terceiro número da Revista Inteligência Esportiva.



14 JENS SEJER ANDERSEN
(diretor internacional da PLAY THE GAME)
Por Sabrina Furtado



18 GONZALO BRAVO
(West Virginia University – WVU)
Por Carla Cristina Tagliari

SUBPROJETOS



24 Ciência e tecnologia aplicadas ao alto rendimento

Por Alcion Alves da Silva

O desenvolvimento do esporte de rendimento a partir do progresso científico e tecnológico



28 Políticas estaduais e municipais: um sistema de informação

Por Ana Paula Cabral Bonin Maoski; Kátia Bortolotti Marchi; Natasha Santos Lise; Sabrina Furtado; Suélen Barboza Eiras de Castro; Taiza Daniela Seron Kiouranis; Fernando Marinho Mezzadri



38 Conhecendo o Programa Bolsa-A atleta

Por Philippe Rocha de Camargo; Amanda Maria Dias das Chagas; Carla Cristina Tagliari; Gustavo Bavaresco; Marcelo de Oliveira Leite; Fernando Marinho Mezzadri



42 Rumo a Tóquio 2020: análise da Bolsa Atleta Pódio

Por Isabelle Plociniak Costa; Pauline Peixoto Iglesias Vargas; Fabiana Della Giustina dos Reis; Gustavo Elias Zaniol; Jonathan Rocha de Oliveira; Maria Theresa Souza; Mayara Torres Ordones; Nathalia Lutt Lourenço; André Mendes Capraro; Fernando Renato Cavichioli



48 Avaliação da política: pensando um modelo para o Bolsa-Atleta

Por Natasha Santos Lise; Marco Antonio Ribas Cavallieri; Eliza Lins Donha; Philippe Rocha de Camargo; Thiago de Oliveira Santos



54 Jogos Escolares no século XXI: transformação e desafios para o esporte escolar brasileiro

Por Taiza Daniela Seron Kiouranis; Kelwin Santos da Cruz; Renata Lachovicz; Wanderley Marchi Júnior

60 O contexto da governança no ambiente esportivo

Por Sabrina Furtado e Gustavo Bavaresco

64 Análise comparativa de Ciclos Olímpicos

Por João Victor Moretti de Souza

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO IE



70 Seminário Internacional de Gestão e Políticas para o Esporte (SIGPE)

Por Suélen Barboza Eiras de Castro

74 Simpósio de Governança em Organizações do Esporte (SGOE)

Por Sabrina Furtado



76 Site Inteligência Esportiva

Por Natasha Santos Lise



84 Canal Inteligência Esportiva (Youtube)

Por André Marsiglia Quaranta

Site e canal Inteligência Esportiva (Youtube)

O Inteligência Esportiva na internet - As principais informações sobre o IPIE, bem como vídeos de eventos, palestras, etc., você encontra no nosso site e canal no YouTube;

PARTICIPAÇÃO IE EM EVENTOS



88 Dialogando com outros pesquisadores e profissionais do esporte

O Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva, através de seus pesquisadores, dialoga com a comunidade acadêmica e esportiva para divulgação de estudos e fortalecimento de parcerias.

EQUIPE INSTITUTO DE PESQUISA INTELIGÊNCIA ESPORTIVA (IPIE)



90 A equipe que faz parte do IPIE

Conheça todo@s @s que fazem parte do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva: coordenadores, discentes, docentes, técnicos-administrativos, núcleo Brasília e equipe de ciência e tecnologia.

**Alcion Alves da Silva**

Doutor em Odontologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador de Ciência e Tecnologia no Inteligência Esportiva, desenvolvendo banco de dados para cadastramento de atletas estudantis, olímpicos e paralímpicos do Brasil. Autor do livro *Esporte 4.0: ciência e tecnologia aplicadas ao alto rendimento*.

**João Victor Moretti de Souza**

Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) e especialista em Jornalismo Esportivo pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub), atualmente é Coordenador Técnico-Esportivo do Projeto Inteligência Esportiva e mestrando em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Possui experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração.

**Ana Paula Cabral Bonin Maoski**

Doutora em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora adjunta da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), onde é líder do Grupo de Pesquisa em Gestão do Esporte (GPGE) com estudos e pesquisas nas seguintes áreas: gestão do esporte, esporte de rendimento, violência no futebol, megaeventos esportivos e redes sociais.

**Marco Antonio Ribas Cavalieri**

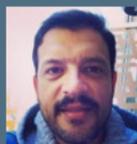
Possui Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (2003) e Doutorado em Economia (2008) pelo Cedeplar/UFMG. Atualmente é professor associado I do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná. Seus temas de interesse são elites políticas e elites dirigentes, história do pensamento econômico, filosofia da economia, administração pública e planejamento do setor público.

**André Marsiglia Quaranta**

Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atualmente é doutorando em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), desenvolvendo estudo a respeito da produção do conhecimento sobre o esporte paralímpico brasileiro.

**Natasha Santos Lise**

Mestre em História e Doutora em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná, Natasha Lise é professora adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS). Suas áreas de interesse são Literatura, História, Sociologia, Políticas Públicas, Esporte.

**André Mendes**

Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná e Pós-Doutorado na Università Ca'Foscari di Venezia. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal do Paraná.

**Pauline Peixoto Iglesias Vargas**

Mestre e doutoranda em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), atualmente é professora de ensino superior da Universidade Positivo (UP) nas disciplinas de Atividades Ginásticas e Educação Física Adaptada nas modalidades presencial e semipresencial. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Ginástica Rítmica e Inclusão.

**Carla Cristina Tagliari**

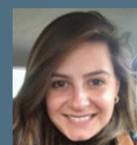
Bacharel em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), doutoranda em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Orientadora em Esporte e Lazer na Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ) de Curitiba, atuando no Centro de Referência em Esporte e Atividade Física. Principais áreas de interesse: Desenvolvimento e Aprendizagem Motora, Políticas Públicas para o esporte e Gestão esportiva.

**Philipe Rocha de Camargo**

Mestre e doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), atuando principalmente nos seguintes temas de pesquisa: Esporte; Estado; Políticas Públicas para o Esporte; Esporte Universitário. Como interesse particular está envolvido com a modalidade esportiva Handebol, na qual possui experiência em treinamento esportivo.

**Fernando Marinho Mezzadri**

Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor Titular da Universidade Federal do Paraná e Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças da UFPR.

**Sabrina Furtado**

Aluna do curso de doutorado em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR), atuando em pesquisas relacionadas à gestão do esporte e professora colaboradora no Centro de Ciências da Saúde e do Esporte da Universidade do Estado de Santa Catarina (CEFID/UEDESC). Possui experiência em Educação Física, nas seguintes áreas: gestão do esporte; políticas públicas para o esporte; financiamento; marketing esportivo e governança esportiva.

**Fernando Renato Cavichioli**

Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba e Pós-Doutorado pela Universidade de Coimbra. Atualmente é professor Titular da Universidade Federal do Paraná.

**Suélen Barboza Eiras de Castro**

Possui mestrado e doutorado em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é bolsista de pós-doutorado pela mesma instituição. Suas áreas de interesse são: financiamento esportivo, políticas públicas, gestão pública.

**Gustavo Bavaresco**

Graduado em Educação Física (bacharelado) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e mestre em Gestão Desportiva pela Universidade do Porto (FADEUP), atualmente é aluno do curso de doutorado em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), trabalhando com gestão e governança em entidades esportivas.

**Taiza Daniela Seron Kiouranis**

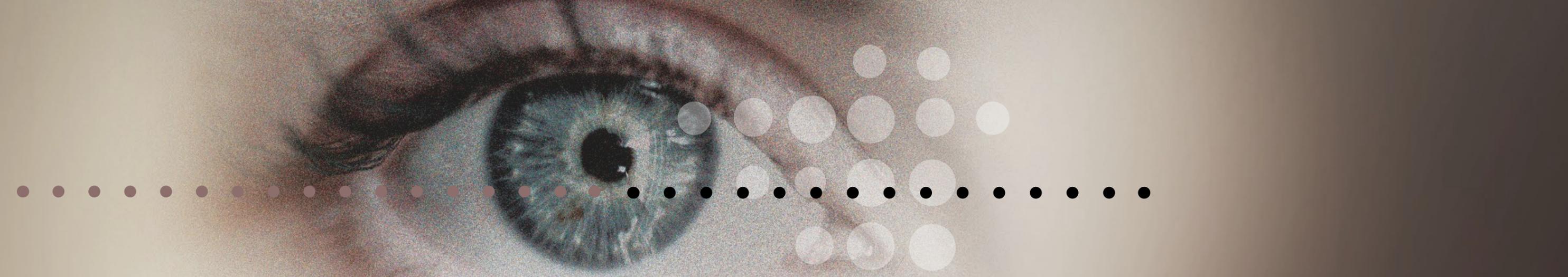
Graduação e Mestre em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); doutora em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é Professora Assistente da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Tem experiência na área de Educação Física, atuando principalmente nos seguintes temas: educação física escolar, ginástica, dança e sociologia do esporte.

**Isabelle Plociniak Costa**

Mestre e doutoranda em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), tem desenvolvido estudos sobre a Rede Nacional de Treinamento e Jogos Escolares da Juventude, com ênfase na modalidade de Atletismo.

**Wanderley Marchi Júnior**

Mestre e Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas e Pós-Doutorado em Sociologia do Esporte pela *West Virginia University/USA*. Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Paraná.



ENTREVISTAS



Jens Sejer Andersen

(Diretor internacional da *PLAY THE GAME*)

Por Sabrina Furtado



JENS SEJER ANDERSEN

Fonte: Arquivo pessoal

No dia 5 de dezembro de 2019, por meio de uma videoconferência, foi realizada uma entrevista com o Sr. Jens Sejer Andersen, atualmente diretor internacional da instituição *Play The Game* e do Instituto Dinamarquês de Pesquisa e Estudos sobre o Esporte. A *Play The Game* é uma organização internacional, situada na Dinamarca, que tem como objetivo fomentar a ética no ambiente esportivo, promovendo democracia, transparência e liberdade de expressão a todos os envolvidos. Andersen, que possui formação em jornalismo, aproximou-se profissionalmente do esporte já na década de 1990, quando foi editor chefe da Associação Dinamarquesa de Ginástica, Tiro Esportivo e Esportes. Em 2000, Andersen ingressou na *Play The Game* como editor-chefe e, desde então, vem trabalhando com temas relacionados à mídia e ao esporte, à promoção da democracia e combate à corrupção, além de fomentar, também, a discussão sobre governança em organizações esportivas. Enquanto diretor internacional da *Play The Game*, Andersen concedeu esta entrevista ao Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva, com o objetivo de elucidar a importância da governança nas organizações esportivas e a relevância da participação e das parcerias firmadas por diferentes atores dentro deste contexto no Brasil e no mundo.

SF: A governança, dentro das instituições esportivas, tem se tornado um item indispensável para a boa gestão. No Brasil, tal componente se faz necessário, também, por conta de exigências legais impostas às instituições esportivas que recebem recursos públicos. Você poderia comentar sobre a relevância da adoção de boas práticas de governança para o desenvolvimento do esporte, em um contexto geral?

Andersen: A razão pela qual a *Play The Game* começou a trabalhar com governança esportiva, em primeiro lugar, foi para lutar contra a corrupção em instituições do esporte. A corrupção desencadeia estruturas gerenciais muito ineficientes, pois, neste contexto, as decisões não são tomadas dentro de racionalidade, do ponto de vista do desenvolvimento esportivo; mas do ponto de

vista de interesses privados, de pessoas que visam lucrar com esta corrupção. Neste caso, é claro, é racional para essas pessoas procurarem por mais dinheiro, porém, isto não é bom para os negócios. No caso do mercado esportivo, por exemplo: nas negociações de direitos de transmissão, os acordos (valores) já são fechados com base na corrupção. Ou seja, nós nunca iremos saber quanto a organização esportiva poderia arrecadar sem a corrupção, porque esses acordos não são feitos de forma aberta, em uma competição justa. Esta é uma razão. É claro que corrupção é um ato muito anti-ético: significa roubar um dinheiro que não é seu. Mas existem muitas outras razões. Então esta é a principal razão do porquê, originalmente, há 15 anos, depois de ouvir muitos casos, histórias de corrupção no esporte, nós de repente dissemos: há um padrão aqui? Existe uma pala-

vra que possa nos ajudar a explicar esta situação? E, assim, a ideia de governança apareceu.

Nós descobrimos, depois, que a boa governança melhora a eficiência das organizações, entre outras coisas. Ela torna públicos os debates sobre estratégia, bem como a implementação de estratégias na organização, permitindo que todos os *stakeholders*¹ se sintam responsáveis pela instituição. E a sociedade, em teoria, teria maior confiança e mais vontade em apoiar e cobrar que as organizações sociais demonstrem boas práticas de governança. Então, estas são as razões gerais para se ter uma boa governança, mas não são boas razões.

1. *Stakeholders* são todos os entes (pessoas ou instituições) ligados a uma determinada organização, que afetam e são afetados por ela. São todos aqueles que têm interesse na organização.

SF: A *Play The Game* tem dado voz aos diferentes agentes do campo esportivo nos eventos promovidos pela instituição. Você poderia comentar sobre esse processo, e como ele tem impactado a governança esportiva?

Andersen: Eu digo que nunca foi nossa intenção ser uma organização anticorrupção, tampouco uma organização de boa governança. Na sua origem (a *Play The Game*), há 22 anos, a ideia era abrir o jornalismo; elevar a consciência jornalística para fomentar e qualificar o debate público, trazendo um número de problemas que a mídia não costumava citar. Colocar estes pontos em debate, para que os *stakeholders* das instituições esportivas pudessem se pronunciar, trocar opiniões, discutir e concordar. De certa forma, este foi um objetivo muito direto com relação à democracia. O propósito foi aumentar a conscientização jornalística, apoiando-se em processos mais democráticos. Nós podemos dizer que queríamos tornar o esporte mais democrático e, ao mesmo tempo, tornar a sociedade democrática mais esportiva. Com o passar do tempo, muitos dos tabus que vêm sendo quebrados no esporte, apontam para a área da governança. E a governança não resolve todos os problemas, nós ainda temos outros problemas no esporte, como o *MatchFixing*², por exemplo. Mas, se você tem uma má governança na sua organização, você não consegue resolver nenhum problema.

2. *Matchfixing*: prática antiética e ilegal que ocorre em esportes organizados, onde os resultados de partidas são predeterminados pelos próprios jogadores ou pelas equipes.

E como nós impactamos o contexto esportivo internacional, eu não sei. Eu quero dizer: se você pegar caso a caso, é muito difícil ligar uma apresentação na conferência da *Play The Game* com os desdobramentos que acontecem depois. Nós não podemos dizer que há uma conexão direta. Existem alguns exemplos, onde nós sabemos que apresentações feitas nas conferências da *Play The*

As instituições devem revisar suas normas de governança

Game levaram ao desenvolvimento de uma ação específica. Mas eu diria que, de uma maneira bastante geral, acredito que nós obtivemos sucesso depois de 12 ou 13 anos, quando se tornou evidente que mais e mais tabus estavam sendo quebrados. Acredito que nós desempenhamos nosso papel, através deste processo de organizar um fórum internacional, onde pessoas que desejavam denunciar casos de má gestão, jornalistas investigativos, pensadores independentes e líderes esportivos – ou seja, pessoas que buscavam mais ética no esporte –, pudessem se encontrar, inspirar-se uns nos outros e perceber que não estavam sozinhos. Essas pessoas puderam, então, tecer conexões e criar contatos por meio das conferências. **Nesse sentido, então, penso que nós fomos bem-sucedidos**

em criar um ambiente hostil para o lado corrupto do esporte.

Agora, nos últimos 10 anos, a situação tem sido consideravelmente diferente, não durante todo esse período, mas, como eu disse, os tabus foram quebrados. Nós não estamos mais do lado de fora das paredes das salas, gritando sem ninguém nos ouvir. Nós não podemos dizer que não somos mais ouvidos. Nos países, agora, todos querem ter acesso à agenda sobre a boa governança: o *Comitê Olímpico Internacional (COI)*, a *Federação Internacional de Futebol (FIFA)*, todos os grupos com poder, amam a boa governança. Mas a questão é: eles estão sendo honestos? Portanto, nós testamos se eles estão ou não. Como nós podemos discutir isso? E como nós podemos melhorar, continuar a melhorar a qualidade deste debate? Isso tem sido muito mais difícil agora, porque quando nós estamos lidando com pessoas, como fizemos antes, em negação eles dizem: “*MatchFixing* não é um problema, corrupção não é um problema”. Ficava claro que eles estavam mentindo, mas agora, é muito mais complicado. É claro que há boas pessoas no esporte, aqueles que realmente querem melhores práticas de governança, querem lutar contra a corrupção, querem lutar contra o crime; e nós tentamos dar a eles as melhores ferramentas e a inspiração – às vezes apenas inspiração e coragem – para continuarem essa luta.

SF: No final de 2019, uma polêmica envolveu o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), por conta de uma assembleia convocada para votação de mudanças no estatuto da instituição. Algumas dessas mudanças, dentre elas as que

limitavam o poder e autonomia do conselho, não foram aprovadas. Tal realidade pode estar atrelada ao fato de que, hoje, as instituições esportivas e seus dirigentes estão mais preocupados e conscientes sobre a importância de se adotar mecanismos de governança em suas instituições? Seria este acontecimento um passo em direção a melhores práticas de governança?

Andersen: Esta é uma situação e uma pergunta muito interessantes. Eu não estou ciente da situação brasileira exatamente, mas podemos dizer que sim. Isto mostra que os dirigentes, ao menos, estão conscientes de que não querem que o presidente da instituição detenha todo o poder, e de que eles querem ter algumas formas de controlar o que está acontecendo no topo da organização. Esta pode ser uma motivação mais ligada ao controle de poder. E acredito que já se configura como justa. Essa ação, de não aprovarem certas mudanças, também pode estar ligada ao fato de estes dirigentes temerem o modo como a sociedade iria reagir caso eles não apresentassem uma ação efetiva. Mas estas são minhas hipóteses, eu não ouvi sobre esse caso antes.

SF: De acordo com sua percepção, como as pesquisas científicas podem servir de apoio e colaborar com o aprimoramento da governança nas instituições de gestão do esporte?

Andersen: A ciência não pode resolver tudo, mas a ciência pode dar suporte. Ela pode fornecer informações para que possamos responder aos nossos problemas. Por exemplo, a forma com que a *Play The Game* e

a Sou do Esporte³ trabalham, com base em indicadores; isto é, se nós não tivéssemos a ciência, se não soubéssemos o que foi produzido anteriormente, como saberíamos o que poderia funcionar? Ou então, que experiências nós temos de outros países? A ciência é capaz de nos trazer as informações necessárias para respondermos a essas questões. Nós (*Play The Game*) agora enfrentamos este dilema com o Instrumento de Observação da Governança Esportiva, pois podemos organizar informações sobre as regras e regulamentações no papel, mas não na realidade prática. Nós não podemos afirmar que dando às organizações esportivas estas

Nós devemos sempre tentar endereçar desafios reais

ferramentas, a realidade será perfeita. Você poderá ter organizações que funcionam perfeitamente sem estas ferramentas, geridas por pessoas honestas, as quais podem ter regras fracas para trabalhar, porém que fazem um ótimo trabalho. Assim como é possível se ter a situação oposta, como eu penso que se tem em alguns casos na FIFA.

3. A Sou do Esporte é uma associação sem fins lucrativos do Brasil, que tem como objetivo estimular boas práticas de governança em organizações esportivas. Para mais informações: @soudoesporte.

Então, a abordagem científica, a meu ver, deve ser combinada com observações e pesquisas feitas por jornalistas investigativos e por quem gere as organizações. Não há uma receita final para a boa governança. Governança deve sempre estar em transformação, deve ser sempre sujeita à discussão. As instituições devem, sistematicamente, revisar suas normas de governança. Claro que, não todos os anos, para que o foco da instituição não se perca, mas talvez a cada cinco anos, você deverá ver se as regras existentes são as desejadas pela instituição, ou se de fato elas funcionam.

SF: Muitos foram os casos de corrupção e MatchFixing que apareceram no contexto esportivo nas últimas décadas. Dessa forma, as instituições esportivas vêm sendo muito cobradas pela sociedade, atualmente, para se tornarem organizações mais íntegras e transparentes. De que forma você acredita que instituições como o Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva, a *Play The Game*, e outros, podem contribuir para que essas instituições possam melhorar sua imagem e superar esses tipos de problemas?

Andersen: Eu penso que, de um lado, a organização deve entender que lutar contra a corrupção e aprimorar sua governança irá melhorar sua imagem. Por outro lado, não é nossa função fazer com que essa organização seja popular. A melhor forma que temos de ajudá-las é sendo críticos. E críticos de uma maneira positiva; quer dizer, não devemos inventar problemas que não existem, nem inventar percepções negativas que não sejam razoáveis. Nós devemos sempre tentar endereçar desafios reais. Algumas vezes nós usamos a cenoura, e outra vez usamos a

vara (teoria *carrot and stick*⁴). Eu conheço a Sou do Esporte, e quase sempre eles usam a cenoura. Já a *Play The Game*, usa a vara. Mas, na realidade, o ideal seria uma combinação das duas, porque nós não podemos resolver os problemas do lado de fora: estes precisam ser tratados no interior das organizações esportivas. Essas instituições precisam querer se aperfeiçoar, assim como nós queremos aqui de fora. É importante que as pessoas no interior destas organizações entendam que, mesmo quando os agentes externos estão criticando, eles podem estar ajudando.

SF: O projeto *Sports Governance Observer* teve início em 2012, a partir de uma análise de instituições esportivas internacionais, atualmente expandido, contando com análises nacionais em diversos países. Quais são os pontos comuns onde instituições internacionais, e de diferentes países, encontram barreiras ou apresentam baixos índices de governança? São pontos comuns das instituições

4. Nota dos editores: Andersen faz referência, aqui, ao modelo teórico, chamado de *carrot-and-stick*, no qual uma política pode se basear. Trata-se de uma metáfora para o uso de uma combinação de recompensa e punição para induzir o comportamento planejado. (Para mais informações: Funnel, S. Rogers, P. *Purposeful Program Theory: effective use of theories of change and logic models*. San Francisco: John Wiley & Sons, 2011).

É importante que as pessoas no interior destas organizações entendam que, mesmo quando os agentes externos estão criticando, eles podem estar ajudando.

esportivas ou podem estar ligados às diferenças culturais, nas quais estas instituições estão inseridas?

Andersen: Existem algumas coisas que podem ser ditas com relação a este tema. Sim, as diferenças sobre governança são bastante culturais. Para começar, pelo menos, nós agora temos material que pode ser usado para comparações. Você não pode dizer que existe uma cultura de governança da Confederação de Natação, assim como não há uma cultura da governança da Federação de Handebol. Ou seja, os padrões de governança variam mais de país para país, do que entre as diferentes organizações esportivas dentro de um mesmo país. Isso significa que padrões de governança estão muito mais ligados à legislação e à tradição do que à modalidade esportiva.

Mas, acredito que o Brasil, sem ofensas, seja um dos países mais corruptos do mundo. Diz-se que é a cultura no Brasil, inclusive algumas pessoas iriam dizer: “*oh ele é um brasileiro, não se pode confiar nele*”. Eu não concordo com estes pontos de vista, porque, em todos os países do mundo, roubar é proibido. Então, na cultura, a corrupção não é entendida como norma, mas como hábito, e isso pode nos levar aos esportes. Talvez esses hábitos tenham sido transferidos para o esporte, mas não é cultural. Isso tem sido também mostrado no Brasil: o esporte, no caso, possui uma legis-

lação bastante rigorosa. Então, hoje, a situação no Brasil é diferente, nós temos transparência nos esportes de uma forma bastante ampla. Mas eu acredito que em outros países a transparência ainda é um grande desafio.

Então, uma coisa muito importante aqui é ter legislação específica para o esporte. Se as organizações esportivas não são capazes de introduzir suas próprias regras, o governo deve reagir.

SF: Jens, eu gostaria de agradecer-lhe por conceder esta entrevista ao Inteligência Esportiva! E espero que possamos seguir trocando ideias que possam contribuir para o desenvolvimento do esporte no Brasil e no mundo. Muito obrigada!

Andersen: Sabrina, eu que agradeço o convite do Inteligência Esportiva, fico muito feliz em poder participar desta ação! Acredito que esta parceria trará bons frutos ao esporte.

Para saber mais sobre a *Play The Game*, conhecer as ferramentas citadas na entrevista e ter acesso aos documentos produzidos a partir dos fóruns da organização, acesse: <https://www.playthegame.org/about/>; ou pelo Twitter: @playthegame_org

Acesse o site da *Play The Game*



GONZALO BRAVO

(West Virginia University – WVU)

Por Carla Cristina Tagliari¹



GONZALO BRAVO
Fonte: arquivo pessoal

CCT: Professor Gonzalo, você poderia se apresentar?

Gonzalo: Meu nome é Gonzalo Bravo. Eu sou professor associado no programa de gestão do esporte na *West Virginia University*, nos Estados Unidos. Eu nasci, fui criado e estudei no Chile. Inclusive, antes de trabalhar na academia, passei vários anos da minha carreira no Chile. De 1992 até 2001, eu fui o Diretor de Esportes Olímpicos no *Club Deportivo Universidad Católica*. Em 1987, recebi uma bolsa para estudar nos Estados Unidos. Fiz mestrado em Gestão do Esporte na *Pennsylvania State University*. Foi aí que conheci o Dr. Packianathan Chelladurai, que mais tarde me persuadiu a completar meu Ph.D. Então, em 2001, eu voltei aos Estados Unidos para completar meu Ph.D. em Gestão do Esporte, na *Ohio State University*.

Em 2004, eu fui contratado pela *West Virginia University*, e desde então venho ministrando disciplinas nos programas de graduação e pós-graduação em Gestão do Esporte. Minhas atribuições incluem publi-

car em revistas acadêmicas, escrever monografias e livros, e oferecer bolsas externas.

Em 2016, eu passei um semestre sabático na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. Durante este período, tive a oportunidade de viajar para outras regiões do Brasil e conhecer colegas da minha área. Minhas visitas incluíram a Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, e a Universidade Estadual de Maringá. Eu também fui convidado para apresentar no 7º Congresso Brasileiro de Gestão do Esporte, que foi realizado na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) Além disso, em 2014, eu apresentei no II Seminário Internacional De

A análise de dados esportivos tem sido uma tendência crescente na última década

Políticas Públicas Para o Esporte De Alto Rendimento, organizado pela UFPR em Curitiba e, em 2015, fui convidado pelo Ministro do Esporte e pela Câmara de Deputados para ir a Brasília dar uma palestra sobre comparação de sistemas esportivos internacionais.

CCT: Como você entrou na área de Gestão do Esporte? Você poderia explicar brevemente o que está pesquisando no momento?

Gonzalo: Apesar da minha graduação no Chile ter sido em Educação Física, eu nunca trabalhei nem dei aula em nenhuma escola, nem treinei nenhum esporte. Meu primeiro emprego foi no campo administrativo do esporte. Eu era assistente administrativo numa grande entidade que organizava competições esportivas para o ensino médio. Eu só fui exposto à pesquisa em gestão no final dos anos 80, quando estava estudando na *Pennsylvania State University*. Minha dissertação foi em teoria organizacional. Eu pesquisei sobre o grau de influência e poder que administradores de colegiados tinham sobre o processo de decisão dos esportes universitários nos Estados Unidos. Mais tarde, eu comecei a pesquisar sobre padrão de consumo e comportamento organizacional com foco em gestão de recursos humanos. Atualmente, eu continuo pesquisando sobre questões de RH, e também escrevo sobre comparação de sistemas esportivos com um foco específico em países da América Latina.

CCT: O que você pensa sobre a pesquisa em gestão do esporte no contexto internacional? Quais são os maiores avanços que podemos identificar neste cenário? Quais são as limitações deste processo?

Gonzalo: Desde o começo, a área acadêmica de gestão do esporte vem sido dominada por pesquisadores que se encontram nos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália e alguns outros países europeus. A maior parte dessas pesquisas carim-

bou uma “perspectiva eurocêntrica” sobre a forma como o fenômeno esportivo ocorre. Para mim, isto tem sido uma limitação. Para pesquisadores do “Sul” ou de nações menos desenvolvidas, nós sabemos que a gestão do esporte tem suas peculiaridades. Apesar de muitos esportes terem origem europeia, a cultura de muitas organizações esportivas em países menos desenvolvidos carrega sua própria bagagem cultural, social e econômica, o que faz dela única em comparação às do mundo desenvolvido. Por mais que eu acredite que isto seja uma limitação que impede a generalização de resultados, é também uma oportunidade de expandir a pesquisa sobre gestão do esporte para outras áreas do mundo onde a indústria esportiva é menos desenvolvida.

Em termos de avanços, a análise de dados esportivos têm sido uma tendência crescente na última década. Esta análise usa grandes conjuntos de dados e procedimentos estatísticos sofisticados para antecipar certos resultados. Este tipo de pesquisa virou uma tendência depois da publicação do livro *Moneyball – the art of winning an unfair game*, escrito por Michael Lewis em 2003. Basicamente, a análise de dados esportivos mostra que o uso de dados pode levar a melhores decisões. Inicialmente, tal análise era majoritariamente usada para decisões relacionadas a jogadores e estratégias de treinamento. Hoje, muitas organizações esportivas profissionais usam a análise de dados esportivos para decisões de marketing, venda de ingressos e relacionamento com o cliente. *E-Sports* são outra tendência em gestão do esporte que tem crescido muito. *E-Sport* são, basicamente, uma competição esportiva que usa videogames e transmissão ao vivo envolvendo milhares de espectadores. Nos Estados Unidos, mais e mais programas de gestão do esporte estão incluindo cursos ou áreas de ênfase relacionados a *E-Sports*.

CCT: Como a pesquisa científica pode contribuir para apoiar o melhoramento da gestão de organizações esportivas?

Gonzalo: A gestão do esporte como disciplina acadêmica deve sempre servir à indústria. Se a gestão do esporte não é capaz de atender às necessidades da indústria, eu não vejo sentido em treinar pessoas para que trabalhem nessa área. Pessoalmente, eu acredito que a gestão do esporte é essencialmente um campo profissional que possui uma orientação muito prática. O uso hoje da análise de dados esportivos em várias organizações esportivas é um exemplo de como o mundo acadêmico pode contribuir com o avanço da indústria esportiva.

É importante que os docentes em universidades e centros de pesquisa colaborem mais para diminuir a distância entre teoria e prática, estabelecendo um diálogo mais efetivo com os profissionais da indústria. Para muitos acadêmicos, conduzir pesquisas aplicadas é um desafio porque eles nem sempre sabem o que é importante para a indústria e/ou não têm acesso à amostra populacional necessária para estudar o fenômeno de dentro da indústria. Estabelecer contato e relações com clubes, federações e ligas esportivas dá acesso a um ambiente rico e a uma população que docentes nem sempre conseguem acessar. Em resumo, melhores relações com a indústria é algo benéfico tanto para a indústria quanto para a comunidade científica que tem interesse em avançar as pesquisas em gestão do esporte.

CCT: A partir do seu contato com o contexto brasileiro, quais são as suas observações a respeito da aplicação de processos de gestão do esporte? Nós temos alguma peculiaridade em relação ao contexto internacional?

Gonzalo: No Brasil, como em muitos países do mundo, a aplicação de

princípios de gestão do esporte em organizações esportivas é um trabalho em andamento. Porém, quando comparado a outros países — não só na América Latina, mas também na Ásia e na Europa —, o Brasil tem um sistema esportivo sólido e muito avançado. Dito isto, no Brasil ainda existem grandes diferenças de desenvolvimento entre clubes, ligas e federações. Por exemplo, na indústria do futebol, há vários clubes que apresentam padrões muito altos, enquanto vários outros ainda ficam para trás. A indústria esportiva no Brasil não está totalmente atrasada quando comparada a outros países, mas ainda tem um longo caminho a percorrer até atingir maturidade. Isto é algo muito complexo que talvez encontre explicação em fatores mais estruturais (i.e., economia, educação, população etc.) relacionados ao desenvolvimento do país como um todo. Por um lado, o Brasil é um país enorme e rico, mas também é um país com uma lista de necessidades sociais que precisa urgentemente de atenção. Por outro lado, o Brasil tem uma vantagem quando comparado a outros países, que é a posição constituinte do esporte. Isto significa que o esporte é relevante não só para o cidadão comum, mas também para o cenário político. Por mais que uma posição constituinte do esporte não torne o sistema esportivo mais avançado per se, o ponto aqui é que isso abre caminho e cria a oportunidade para o país fazer do esporte uma parte de suas políticas públicas mais amplas.

CCT: Na sua opinião, qual é o papel do trabalho desenvolvido pelo projeto Inteligência Esportiva?

Gonzalo: O primeiro passo para qualquer plano de compreensão a nível regional ou nacional é possuir dados que mostrem de maneira geral como o sistema funciona atualmente. Parte dessas informações é tão simples quanto saber quantas

1. Entrevista traduzida por Maria Luíza Ziarecki e Natalia Bittencourt Junghans (Universidade Federal do Paraná).

No Brasil, como em muitos países do mundo, a aplicação de princípios de gestão do esporte em organizações esportivas é um trabalho em andamento

As pessoas praticam um determinado esporte em níveis locais, regionais e nacionais. Outra informação é saber quanto dinheiro é investido por atleta e qual é a origem deste financiamento. Reunir estas informações é um trabalho fundamental; elas não são fáceis de conseguir. Embora eu acredite que esta base de dados deveria localizar-se fora do governo numa organização terceira, como uma universidade, é também crítico que a informação coletada seja discutida com organizações esportivas e federações. Coletar dados só por coletar não ajuda muito o esporte brasileiro. Como num estudo, dados não solucionam problemas, eles só iluminam aquilo que ajudará nas decisões sobre um problema. Portanto, o projeto Inteligência Esportiva precisa trabalhar em coordenação com as partes interessadas, como clubes e federações esportivas, fornecendo a eles dados que os ajudarão a tomar melhores decisões em relação ao plano e ao futuro de suas organizações.

De uma perspectiva puramente acadêmica, a base de dados do programa Inteligência Esportiva fornece um conjunto rico que também

poderia ajudar no avanço da pesquisa em gestão do esporte no Brasil, permitindo que pesquisadores tenham acesso a estes dados.

Portanto, uma das principais contribuições do programa Inteligência Esportiva deve ser disponibilizar estas informações para clubes, federações, escritórios esportivos municipais e pesquisadores interessados no avanço da pesquisa em gestão do esporte.

CCT: Que mensagem você gostaria de deixar para os pesquisadores da Inteligência Esportiva?

Gonzalo: É de meu entendimento que o projeto Inteligência Esportiva nasceu com o propósito de contribuir para o avanço do esporte no Brasil. A partir desta perspectiva, o objetivo é abordar as questões e necessidades das organizações esportivas que são parte da indústria esportiva mais ampla. Portanto, o papel dos pesquisadores do projeto Inteligência Esportiva é um pouco diferente se comparado ao papel do pesquisador tradicional. No projeto Inteligência Esportiva, um pesquisador desenvolve um estudo para atender a indústria,

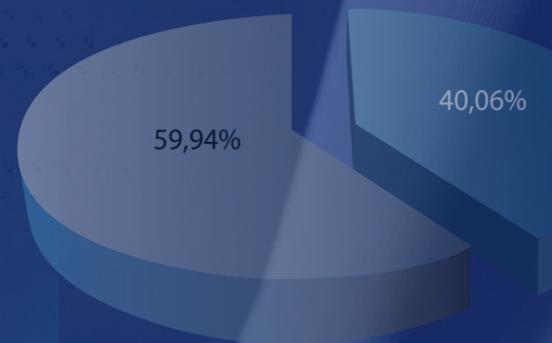
baseado nas necessidades das partes interessadas que formam o sistema esportivo. Isto é pesquisa aplicada, não pesquisa para avançar teorias. A ressalva que fica é que, quando um pesquisador quiser publicar, pode ser que ele nem sempre encontre revistas interessadas na publicação de pesquisas aplicadas. Isto se torna particularmente verdadeiro quando se pensa em revistas de grande impacto, como a *Journal of Sport Management* ou a *Sport Management Review*, que exigem que os artigos incluam uma fundamentação teórica sólida. Isso significa que pesquisadores que quiserem publicar em revistas acadêmicas tradicionais de grande impacto deverão manter em mente as limitações dos dados que usarão em seus estudos. Uma possível solução para este desafio é usar uma abordagem metodológica mista. Isto significa usar dados quantitativos descritivos coletados por meio do projeto Inteligência Esportiva, e então incluir dados qualitativos adicionais na forma de entrevistas em profundidade. Além disso, uma abordagem teórica sólida é sempre fundamental num estudo que almeja ser publicado numa revista acadêmica de alta qualidade.

Produção, Análise e
Difusão de

Informações sobre Políticas Públicas para o Esporte de Alto Rendimento



SUBPROJETOS



CIÊNCIA E TECNOLOGIA APLICADAS AO ALTO RENDIMENTO

Por Alcion Alves da Silva

COMO A CIÊNCIA E TECNOLOGIA ESTÃO MODIFICANDO O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

O desenvolvimento científico e tecnológico é um fenômeno que ocorre de modo progressivo em todas as áreas. Seu impacto inicial ocorreu sobre as atividades que não requeriam forte interação pessoal, como os serviços financeiros, por exemplo. Entretanto, o processo tem avançado de modo gradativo aos campos de alta interação humana, tal como os serviços de saúde e atividade esportiva.

No campo do esporte, o conjunto de ações baseadas em ciência e tecnologia atingiu um estágio capaz de exercer forte influência sobre a maior probabilidade de um atleta ser bem-sucedido em termos de vitória em determinada competição.

O modo como a ciência e a tecnologia estão mudando cenários no campo do esporte não se aplica apenas aos atletas, mas também aos profissionais e organizações. Provavelmente, gestores, técnicos, preparadores físicos, fisioterapeutas e médicos do esporte continuarão exercendo suas profissões, porém desempenhando tarefas diferentes das tradicionais. Em breve, a tecnologia poderá substituir algumas habilidades humanas, em particular aquelas repetitivas, as quais poderão ser automatizadas, bem como outras que exigem análise de grandes volumes de dados, como o caso do esporte.

Além das aplicações técnicas, as inovações também poderão gerar benefício para as organizações

esportivas como clubes, confederações e governos. Várias dimensões podem ser identificadas neste sentido, entre as quais aquelas relacionadas ao melhor domínio do conhecimento sobre o mercado por meio de pesquisa, custos, efetividade dos serviços (governança) e a satisfação dos consumidores (torcedores).

Entre os principais recursos para a mudança dos cenários no campo do esporte estão o levantamento e análise de dados, pois estes, por meio da transformação mediada por recursos disponíveis pela ciência e tecnologia, podem gerar informação estratégica para as organizações.

TRANSFORMANDO DADOS EM INFORMAÇÕES

Para gerar informação a partir de dados é necessário um processo de levantamento e análise destes, de modo que adquiram valor agregado e se tornem conhecimento útil aplicado na tomada de decisões de atletas, técnicos e gestores (Figura 1).

O valor da informação está relacionado ao modo com esta auxilia atletas, técnicos e gestores

para tomar as melhores decisões com a intenção de alcançar as metas das organizações esportivas (medalhas, investimentos, melhora da gestão). Este processo ocorre por meio de um sistema, definido como um conjunto de elementos interrelacionados que coletam dados (entrada), convertem em informações (processamento), organizam, registram (armazenamento) e as tornam disponíveis ao usuário (saída); de modo a fornecer um mecanismo de retroinformação (*feedback*) e controle que direciona ao cumprimento das metas e avalia o desempenho do próprio sistema, respectivamente (Figura 2).

A *Entrada* representa a atividade de levantamento de dados brutos. O *Processamento* transforma a informação em conhecimento. O *Armazenamento* refere-se à coleção de registros e arquivos. A *Saída* permite a difusão da informação. A *Retroalimentação* promove a correção dos processos.

Num ambiente globalizado, os sistemas de informação asseguram uma vantagem competitiva para organizações esportivas. Além de melhorar a gestão do esporte (governança) permitem que técnicos, gestores e atletas, avaliem a capacidade de adversários. Este conjunto de processos pode ser chamado de Inteligência Esportiva.

FIGURA 1 – PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DE DADOS EM INFORMAÇÃO



Fonte: SILVA; MALACARNE, 2014.

FIGURA 2 – SISTEMA DE INFORMAÇÃO



Fonte: SILVA; MALACARNE, 2014.

INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

O Projeto Inteligência Esportiva (www.inteligenciaesportiva.ufpr.br) é um exemplo da aplicação de um conjunto de processos, com o objetivo de gerar conhecimento para a gestão do esporte. Três são os principais focos de investigação:

1. Atletas;
2. Organizações esportivas;
3. Infraestrutura do esporte.

O processo se inicia com o le-

vantamento dos dados por meio de técnicas e ferramentas específicas para obter a fidedignidade destes. Seguem-se as fases de validação (verificação da validade) e tratamento (correção de imprecisões), para que possam ser armazenados em uma grande base de dados eletrônica sobre o esporte.

Bases de dados podem ser definidas como “uma coleção de dados inter-relacionados, estruturada de modo a permitir a recuperação da

informação”, com o objetivo de fornecer aos usuários (gestores, acadêmicos, técnicos, atletas e sociedade) a informação organizada e atualizada sobre determinado domínio (no caso, o esporte). Uma base é capaz de relacionar dados, permitindo transformá-los em informações que, ao serem inseridas em um contexto, tornam-se fonte de conhecimento para ser utilizado em tomadas de decisões estratégicas sobre a gestão do esporte (Figura 3).

FIGURA 3 – PROJETO INTELIGÊNCIA ESPORTIVA



Fonte: <http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site>

No ano de 2018, o Projeto Inteligência Esportiva concluiu sua primeira fase com o desenvolvimento de uma base com mais de 60 mil registros de atletas e, aproximadamente, 5 mil de instituições, perfazendo aproximados 3 milhões de dados. Este conjunto permite uma melhor compreensão do esporte de alto rendimento no país, representado pela emissão de relatórios e mapas em diversos formatos (Figura 4).

Para que objetivos científicos e de cidadania (transparência) possam alcançar a sociedade, a página na rede mundial de computadores publica a produção científica dos integrantes do Projeto e oferece uma ferramenta de pesquisa para acesso à base de dados Inteligência Esportiva (Figura 5).

A tecnologia descrita também trouxe mudanças no aspecto metodológico dos estudos produzidos pelos pesquisadores do esporte, em particular no conceito de amostragem e no seu contra-efeito de margem de

FIGURA 4 – MAPA GERADO PELO SISTEMA APRESENTANDO A DISTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESPORTIVAS NO TERRITÓRIO NACIONAL



Fonte: www.inteligenciaesportiva.ufpr.br

erro. A partir desta, análises podem ser realizadas sobre a totalidade dos dados levantados e não considerando apenas uma amostra destes.

FIGURA 5 – PÁGINA DISPONÍVEL NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES PARA LIVRE ACESSO DA SOCIEDADE E PESQUISADORES AO BANCO DE DADOS DO PROJETO INTELIGÊNCIA ESPORTIVA



Fonte: www.inteligenciaesportiva.ufpr.br

Se na era da tecnologia cada atleta ou organização esportiva pode ser interpretada como números, e o conjunto analisado por meio de padrões lógicos; então, a interseção dos dados com a teoria científica permite formalizar o conhecimento. Neste sentido, apenas o método científico tem um sistema de fundamentos que torna possível produzir conhecimento, permitindo a tomada de decisões baseadas em fundamentos consistentes, em detrimento das experiências pessoais.

DECISÕES BASEADAS EM DADOS

Muitas organizações esportivas são desenvolvidas a partir da intuição e da boa vontade dos gestores, não de um planejamento bem delineado. Trata-se de um conjunto de tomada de decisões com base na experiência. Entretanto o sucesso de uma organização só pode ser alcançado por meio da adoção de métodos e técnicas fundamentados pela ciência.

Gestores eficientes, atletas de alto rendimento e equipes vencedoras provavelmente não serão apenas aqueles com capacidade técnica, física ou aptidão acima da média, mas os que possuírem assessoria de cientistas (matemáticos, estatísticos, pesquisadores, analistas de dados); provendo inovação, no sentido de indicar as melhores práticas de treinamento, gestão e saúde, com a expectativa de que isso se traduza em uma vantagem competitiva, pois o esporte não é indiferente à pesquisa científica e às inovações tecnológicas, haja vista que ao longo do tempo atletas profissionais e amadores têm se beneficiado dos resultados destas.

Numa era em que as instituições esportivas precisam tornar-se inteligentes, isto significa ter acesso em tempo real a informações relevantes e utilizá-las para aumentar a produtividade e a eficiência dos processos. O levantamento e armazenamento estruturado de dados

associados ao uso de ferramentas computacionais (inteligência artificial, mineração de dados) contribui para a análise da informação. Mais poderoso se torna o processo se este for mediado pelo método científico, com o objetivo de calcular probabilidades de ocorrência de eventos complexos e validar a informação por meio da gestão de evidências relacionadas às melhores práticas esportivas.

A primeira aplicação da computação no esporte data da década de 1960, com a intenção de armazenar informações. Atualmente, a computação científica é considerada a terceira via para obter conhecimento por meio da simulação de modelos matemáticos. Logo, as decisões baseadas em dados por meio da aplicação destas técnicas é uma das razões que determina uma maior probabilidade de os atletas serem mais bem-sucedidos em termos de vitória ou derrota em uma competição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira atual da ciência aplicada ao esporte é dar suporte para a tomada de decisões aos agentes esportivos (técnicos, gestores e atletas), por meio da utilização de dados em larga escala.

A tecnologia é um recurso auxiliar do método científico, compondo um conjunto (ciência e tecnologia) que permite considerar a individualidade do atleta (sexo, raça, idade), e não apenas comparações dos dados do atleta com a média do grupo.

A prática esportiva baseada em ciência sedimenta-se como um ponto de inflexão a partir da primeira década do século XXI, devido aos novos processos de levantamento, organização e análise de dados, proporcionado pela emergência de novas tecnologias. Trata-se da revolução 4.0 no esporte, num comparativo à indústria 4.0, um conceito proposto em 2011, que engloba inovações tecnológicas dos campos de automação, *internet* das coisas

(IoT), controle e tecnologia da informação para tornar os processos mais eficientes, autônomos e customizáveis.

Entretanto, além de perspectivas, este cenário também traz novos desafios. Se o lema dos Jogos Olímpicos, "*Citius, Altius, Fortius*" (mais rápido, mais alto, mais forte), criado por ocasião da formação do Comitê Olímpico Internacional em 1894, era uma mensagem de superação pessoal para que cada atleta tentasse melhorar o próprio desempenho; nos dias atuais, a tecnologia tornou-se indissociável ao desenvolvimento do esporte e ao desempenho dos atletas para lograr tal êxito.

A aplicação de ciência e tecnologia permite ampliar as habilidades naturais dos atletas. A superação de recordes mundiais tornou-se frequente com o desenvolvimento de novos materiais, projetos de arenas, instalações, equipamentos e vestíveis. Isso porque a indústria esportiva é tão competitiva quanto os próprios atletas.

Partindo da premissa de que um atleta vencedor é idealizado como aquele que possui o melhor conjunto de capacidades físicas, técnicas, táticas e psicológicas para suportar as demandas de uma competição e superar seus concorrentes, qual o limite para que variáveis externas possam influir no resultado final? A tecnologia pode distanciar o esporte da sua essência e dos seus princípios ao limitar a competitividade àqueles agentes com maior condição de acesso, desvalorizando o talento do atleta? É justo comparar o desempenho de atletas com acesso à informação e tecnologia contra os demais?

Estes são alguns aspectos emergentes que decorrem da aplicação dos atuais recursos da ciência e da tecnologia no campo do esporte. Aspectos estes que estão modificando de modo progressivo as atividades baseadas exclusivamente no desempenho humano, para os quais ainda não existe consenso sobre seu impacto.

POLÍTICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Por Ana Paula Cabral Bonin Maoski; Kátia Bortolotti Marchi; Natasha Santos Lise; Sabrina Furtado; Suélen Barboza Eiras de Castro; Taiza Daniela Seron Kiouranis; Fernando Marinho Mezzadri

Você já sabe que o Inteligência Esportiva tem como objetivo criar um sistema de informação das políticas de esporte. Então, dentro desse sistema, é muito importante conhecer as políticas públicas promovidas pelos estados e municípios para desenvolvimento do esporte. Por se tratar de país que possui 26 estados, 5.570 municípios e o Distrito Federal, precisamos pensar em um mecanismo eficiente para coleta dessas informações e posterior inserção no banco de dados do Inteligência Esportiva.

FIGURA 1 – AS SETE DIMENSÕES DO GEEM DO INTELIGÊNCIA ESPORTIVA



Fonte: A autora (2020)

Inserção no banco de dados do Inteligência Esportiva

Sendo assim, desenvolvemos o que chamamos de GEEM (Gestão do Esporte nos Estados e Municípios), que possui sete principais dimensões: (1) Entidade; (2) Governança; (3) Recursos Humanos; (4) Política para o esporte; (5) Instalações; (6) Cultura Esportiva; e (7) Dados sociodemográficos.

A dimensão (1) “Entidade” tem como objetivo verificar as características do órgão responsável pela gestão do esporte no estado/município, através de informações técnicas como: nome completo do órgão, endereço, CEP, telefone e e-mail; além de verificar se o órgão é responsável por outras áreas sociais (salvo o esporte), como educação, saúde, cultura, meio ambiente e turismo, por exemplo. Essa dimensão também busca coletar informações sobre o atendimento descentralizado através de núcleos, centros de esporte e lazer, departamentos ou escritórios regionais. Na figura ao lado, é possível verificar exatamente como essa dimensão está no *site* do Inteligência Esportiva.

FIGURA 2 – PARTE DA DIMENSÃO 1 (ENTIDADE) NO BANCO DE DADOS DO INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

Fonte: (GEEM - INTELIGÊNCIA ESPORTIVA)

A dimensão (2) “Governança” busca entender como o órgão de esporte do estado/município lida com as questões de transparência, prestação de contas e democracia. Pretendemos verificar, por exemplo, se o órgão se preocupa em divulgar as informações relativas aos programas, projetos, ações, leis, reuniões, relatórios de atividades e estrutura organizacional em seu *site*. Você sabe se o órgão responsável pelo esporte no seu estado/município tem *Instagram*, por exemplo? Você já procurou informações sobre eventos de esporte no

Facebook do seu estado/município? É exatamente isto que queremos saber: Quais plataformas digitais o órgão responsável pelo esporte utiliza para se comunicar com a comunidade de maneira geral! Questões vinculadas à existência e ao funcionamento do Conselho esportivo também estão presentes nesta dimensão, bem como as formas de participação da comunidade e sociedade civil nas questões relativas ao esporte naquele estado/município. Na figura abaixo, você consegue ver um pequeno trecho desta dimensão no *site* do IE.

FIGURA 3 – PARTE DA DIMENSÃO 2 (GOVERNANÇA) NO BANCO DE DADOS DO INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

Fonte: (GEEM - INTELIGÊNCIA ESPORTIVA)

Na dimensão (3) “Recursos Humanos” pretendemos conhecer algumas características dos profissionais que trabalham no órgão responsável pelo esporte no seu estado/município. Para isso, pensamos que será bem importante fazer uma caracterização do gestor (nome completo, gênero, raça, formação acadêmica, remuneração mensal bruta, filiação político partidária e experiência na área da gestão do esporte). Além disso, também precisamos conhecer as outras pessoas que

trabalham no órgão, saber se passaram em concurso ou foram indicados ao cargo; se são estagiários ou terceirizados; se são contratados por tempo determinado ou se são menores aprendizes. E não podemos esquecer que é muito importante o incentivo à qualificação dos profissionais! Sendo assim, nesta parte do instrumento existem questões que buscam identificar o incentivo à capacitação voltada à formação profissional bem como os indicadores de avaliação destes indivíduos.

FIGURA 4 – PARTE DA DIMENSÃO 3 (RECURSOS HUMANOS) NO BANCO DE DADOS DO INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

Fonte: (GEEM - INTELIGÊNCIA ESPORTIVA)

A dimensão (4) “Política para o esporte” é a maior de todas em termos de extensão do Instrumento. Sabe por quê? Justamente porque pretende compreender aspectos vinculados à legislação que regulamenta o funcionamento do órgão, bem como a maneira como a política de esportes acontece nos estados/municípios; ou seja, busca saber quais são os programas, os projetos e as ações que são oferecidos para a população de maneira geral. Nesse item, buscamos informações quanto ao planejamento, à implementação e à avaliação das

ações esportivas e procuramos entender a articulação existente entre os diferentes entes federativos (união, estados e municípios) para promoção do esporte. Nesta dimensão, abordamos, também, a questão dos recursos financeiros disponibilizados, sejam eles públicos e/ou privados, para a implementação da política esportiva no estado/município, incluindo o mapeamento e o direcionamento destes recursos de acordo com o tipo de ação esportiva.

FIGURA 5 – PARTE DA DIMENSÃO 4 (POLÍTICA PARA O ESPORTE) NO BANCO DE DADOS DO INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

Fonte: (GEEM - INTELIGÊNCIA ESPORTIVA)

A dimensão (5) “Instalações” é aquela na qual queremos identificar quais são os espaços e os equipamentos disponibilizados para prática esportiva de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, tendo por objetivo verificar a quantidade e a qualidade das instalações disponibilizadas para prática esportiva.

Sendo assim, com relação a cada tipo de instalação, são verificadas as seguintes questões: a) quantas estão em funcionamento?; b) quantas localizam-se em

área urbana?; c) quantas atendem a pessoas com deficiência?; e d) quantas estão aptas a receber competições oficiais? Por fim, esse item busca conhecer quantas e quais são as ações, projetos ou programas realizados em instalações de outras entidades, pois sabemos que, muitas vezes, alguns eventos acontecem em locais que não são administrados pelo órgão responsável pelo esporte do estado/município.

Na dimensão (6) “Cultura esportiva”, pensamos

FIGURA 6 – PARTE DA DIMENSÃO 5 (INSTALAÇÕES) NO BANCO DE DADOS DO INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

Fonte: (GEEM - INTELIGÊNCIA ESPORTIVA)

que será muito importante identificar quais são as modalidades esportivas mais praticadas no estado/município em cada um dos três níveis de atendimento. Para fa-

cilitar o processo de preenchimento, optamos por listar todas as modalidades olímpicas e paralímpicas de verão, sendo possível incluir as não olímpicas e não paralímpicas.

FIGURA 7 – PARTE DA DIMENSÃO 6 (CULTURA ESPORTIVA) NO BANCO DE DADOS DO INTELIGÊNCIA ESPORTIVA

Fonte: (GEEM - INTELIGÊNCIA ESPORTIVA)

Já a dimensão 7 “Dados sociodemográficos” visa a caracterização geográfica, demográfica e social dos estados e municípios. Para padronizar e facilitar esse processo, decidimos por coletar os dados no próprio site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), haja vista que este possui várias informações dessa natureza.

No que se refere a essa dimensão, foram coletados os seguintes dados: número de municípios, número de habitantes, densidade demográfica, área territorial, PIB, IDH e *Ranking* dos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, conforme quadro abaixo:

QUADRO 1 – ESPECIFICIDADES GEOGRÁFICAS, DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS DOS ESTADOS BRASILEIROS

Estado	Nº Municípios	Nº de habitantes	Densidade demográfica	Área Territorial	PIB Per capita	IDH	Ranking
Acre	22	869.265 pessoas	4,47 hab/km²	164.123,738 km²	909 R\$	0,663	21º
Alagoas	102	3.322.820 pessoas	112,33 hab/km²	27.843,295 km²	714 R\$	0,631	27º
Amapá	16	829.494 pessoas	4,69 hab/km²	142.470,762 km²	857 R\$	0,708	12º
Amazonas	62	4.080.611 pessoas	2,23 hab/km²	1.559.168,117 km²	791 R\$	0,674	18º
Bahia	417	14.812.617 pessoas	24,82 hab/km²	564.722,611 km²	841 R\$	0,660	22º
Ceará	184	9.075.649 pessoas	56,76 hab/km²	148.894,757 km²	855,00 R\$	0,682	17º
Distrito Federal	1	2.974.703 pessoas	444,07 hab/km²	5.760,783 km²	2.460 R\$	0,824	1º
Espirito Santo	78	3.972.388 pessoas	76,25 hab/km²	46.074,444 km²	1295 R\$	0,740	7º
Goiás	246	6.921.161 pessoas	17,65 hab/km²	340.125,715 km²	1323 R\$	0,735	8º
Maranhão	217	7.035.055 pessoas	19,81 hab/km²	329.642,170 km²	605 R\$	0,639	26º
Mato Grosso	141	3.441.998 pessoas	3,36 hab/km²	903.206,997 km²	1386 R\$	0,725	11º
Mato Grosso do Sul	79	2.748.023 pessoas	6,86 hab/km²	357.145,535 km²	1439 R\$	0,729	10º
Minas Gerais	853	21.040.662 pessoas	33,41 hab/km²	586.521,121 km²	1322 R\$	0,731	9º
Pará	144	8.513.497 pessoas	6,07 hab/km²	1.245.759,305 km²	863 R\$	0,646	24º
Paraíba	223	3.766.528 pessoas	66,70 hab/km²	56.467,239 km²	898 R\$	0,658	23º
Paraná	399	10.444.526 pessoas	52,40 hab/km²	199.305,236 km²	1607 R\$	0,749	5º
Pernambuco	185	8.796.448 pessoas	89,62 hab/km²	98.068,021 km²	871 R\$	0,673	19º
Piauí	224	3.118.360 pessoas	12,4 hab/km²	251.616,823 km²	817 R\$	0,646	24º
Rio de Janeiro	92	15.989.929 pessoas	365,23 hab/km²	43.750,423 km²	1689 R\$	0,761	4º
Rio Grande do Norte	167	3.168.027 pessoas	59,99 hab/km²	52.809,602 km²	956 R\$	0,684	16º
Rio Grande do Sul	497	10.693.929 pessoas	37,96 hab/km²	281.707,151 km²	1705 R\$	0,746	6º
Rondônia	52	1.562.409 pessoas	6,58 hab/km²	237.765,233 km²	1113 R\$	0,690	15º
Roraima	15	450.479 pessoas	2,01 hab/km²	224.273,831 km²	1204 R\$	0,707	13º
Santa Catarina	295	6.248.436 pessoas	65,27 hab/km²	95.730,921 km²	1660 R\$	0,774	3º
São Paulo	645	41.262.199 pessoas	166,23 hab/km²	248.219,481 km²	1898 R\$	0,783	2º
Sergipe	75	2.068.017 pessoas	94,36 hab/km²	21.926,908 km²	906 R\$	0,665	20º
Tocantins	139	1.383.445 pessoas	4,98 hab/km²	277.720,404 km²	1045 R\$	0,699	14º

Fonte: A autora (2020)

Depois de finalizar a coleta das informações dos estados, iniciamos a coleta das informações dos municípios brasileiros. Nesse sentido, armazenamos nome; número de habitantes em 2010; número aproximado de habitantes em 2018; densidade demográfica; área territorial; PIB; IDH; ranking estadual; e ranking nacional dos

municípios dos seguintes estados: Paraná, Santa Catarina, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

Cabe destacar que tais dados estão sendo transpostos ao Banco de Dados do Inteligência Esportiva.

QUADRO 2 - ESPECIFICIDADES GEOGRÁFICAS, DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Nome do município	Número de habitantes estimada 2018 (pessoas)	Número de habitantes senso 2010 (pessoas)	Densidade demográfica (hab/km²)	Área territorial (km²)	PIB per capita	IDH	Ranking comparação com estado	Ranking comparação com o país
Abatiá	7.507	7.764	33,95	228,717	R\$ 21.173,60	0,687	285°	1985°
Adrianópolis	5.983	6.376	4,73	1349,311	R\$ 31.991,47	0,667	70°	627°
Agudos do Sul	9.269	8.270	43,01	192,261	R\$ 18.512,84	0,660	340°	2367°
Almirante Tamandaré	117.168	103.204	529,95	194,744	R\$ 12.234,31	0,699	399°	3394°
Altamira do Paraná	2.209	4.306	11,13	386,945	R\$ 22.829,16	0,667	249°	1751°
Alto Paraíso	2.799	3.206	3,31	967,772	R\$ 27.446,02	0,678	174°	1275°
Alto Paraná	14.679	13.663	33,51	407,719	R\$ 18.476,66	0,696	341°	2370°
Alto Piquiri	9.896	10.179	22,74	447,666	R\$ 24.675,48	0,676	214°	1555°
Altônia	21.933	20.516	31,01	661,560	R\$ 15.299,82	0,721	381°	2876°
Alvorada do Sul	11.306	10.283	24,24	424,250	R\$ 21.927,92	0,708	261°	1873°
Amaporã	6.181	5.443	14,15	384,735	R\$ 17.072,54	0,669	358°	2583°
Ampére	18.989	17.308	58,01	298,349	R\$ 28.076,86	0,709	163°	1218°
Anahy	2.816	2.874	28,00	102,647	R\$ 30.163,78	0,695	134°	1051°
Andirá	20.139	20.610	87,30	236,075	R\$ 32.926,94	0,725	107°	875°
Ângulo	2.927	2.859	26,97	106,021	R\$ 30.376,64	0,721	130°	1027°
Antonina	19.011	18.891	21,41	882,317	R\$ 27.049,43	0,687	182°	1314°
Antônio Olinto	7.441	7.351	15,65	469,620	R\$ 21.840,93	0,656	264°	1885°

Fonte: A autora (2020)

É importante destacar, também, que todas as dimensões acima expostas e propostas no Instrumento criado pelo Projeto Inteligência Esportiva, baseiam-se nos três níveis de atendimento do Sistema Nacional de Esporte (2015): (1) Formação esportiva; (2) Excelência; (3) Esporte para toda a vida.

O nível de “Formação Esportiva” é aquele que visa promover acesso às práticas de modalidades esportivas e paradesportivas para crianças e adolescentes, inserindo nestes indivíduos o hábito da prática esportiva e estimulando, assim, uma cultura favorável à prática de modalidades para pessoas com ou sem deficiência.

FIGURA 8 – FORMAÇÃO ESPORTIVA



FIGURA 9 – SERVIÇOS OFERTADOS (FORMAÇÃO ESPORTIVA)



O nível de “Excelência Esportiva” compreende a prática de modalidades esportivas e paradesportivas de maneira sistematizada visando à formação e ao desenvolvimento de atletas, bem como à melhor performance em competições de diferentes modalidades esportivas. Essas competições oficiais são aquelas que seguem as normas das entidades responsáveis pelo desenvolvimento de cada modalidade específica, lembrando que cada esporte possui uma federação (por estado brasileiro) e uma confederação (apenas uma por modalidade), que seguem as regras estabelecidas pela federação internacional de cada esporte.

FIGURA 10 – EXCELÊNCIA ESPORTIVA

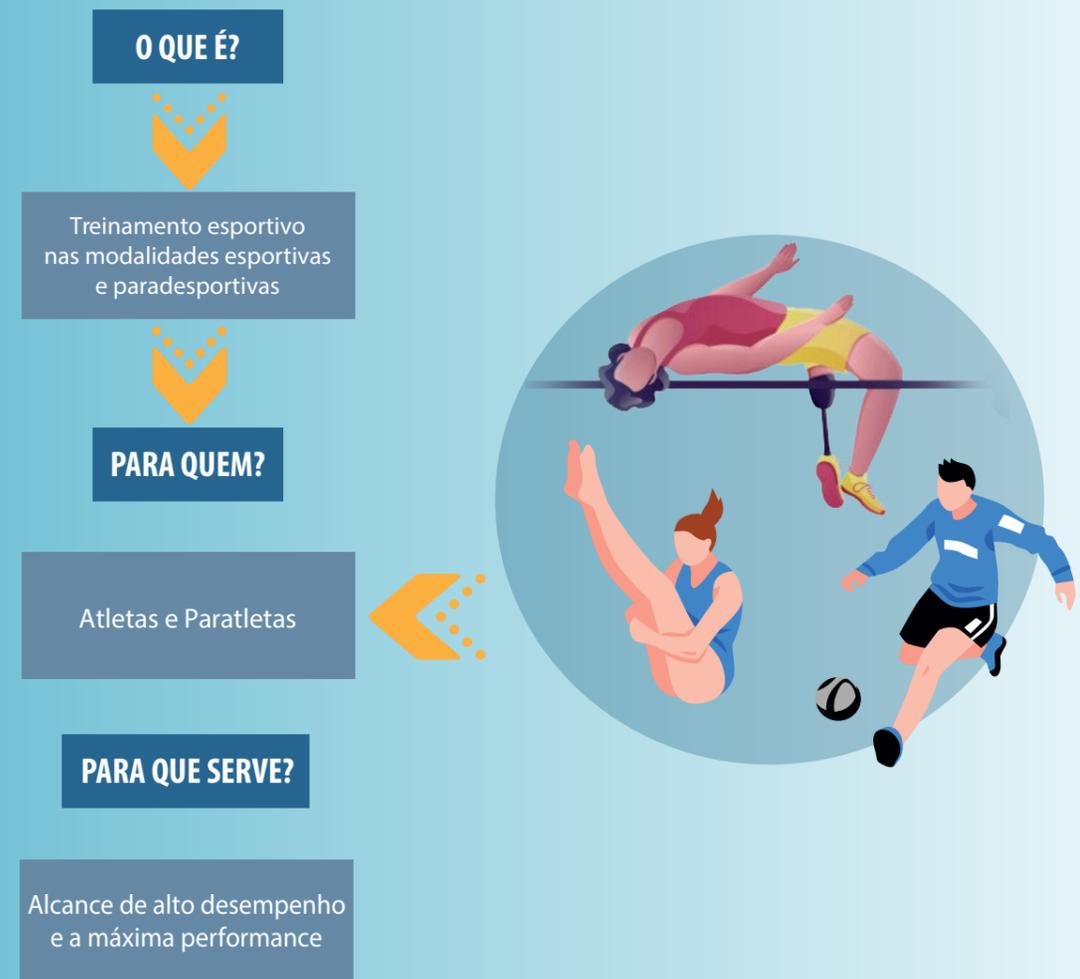


FIGURA 11 – SERVIÇOS OFERTADOS (EXCELÊNCIA ESPORTIVA)



Por fim, o nível “Esporte para Toda a Vida” é aquele que pretende promover a vivência esportiva em jovens e adultos, a partir do conhecimento esportivo adquirido pelo ensino do esporte (na escola ou fora dela) e assumido dentre os hábitos culturais saudáveis ao longo da vida.

Sendo assim, é possível perceber a importância de conhecer as ações promovidas pelos estados e municípios, no que se refere às políticas de esporte em todas as suas dimensões independentemente de idade, gênero, etnia ou deficiência.

A coleta de dados que se estabeleceu neste subprojeto visou levantar aspectos quantitativos e qualitativos para compreender e analisar o esporte promovido nos estados e municípios, a fim de potencializar as ações dos diferentes entes federativos, melhorar o nível de informação esportiva, bem como disseminá-la para todos aqueles que praticam ou se interessam pela área, possibilitando, assim, articulações futuras no esporte em suas diferentes dimensões.

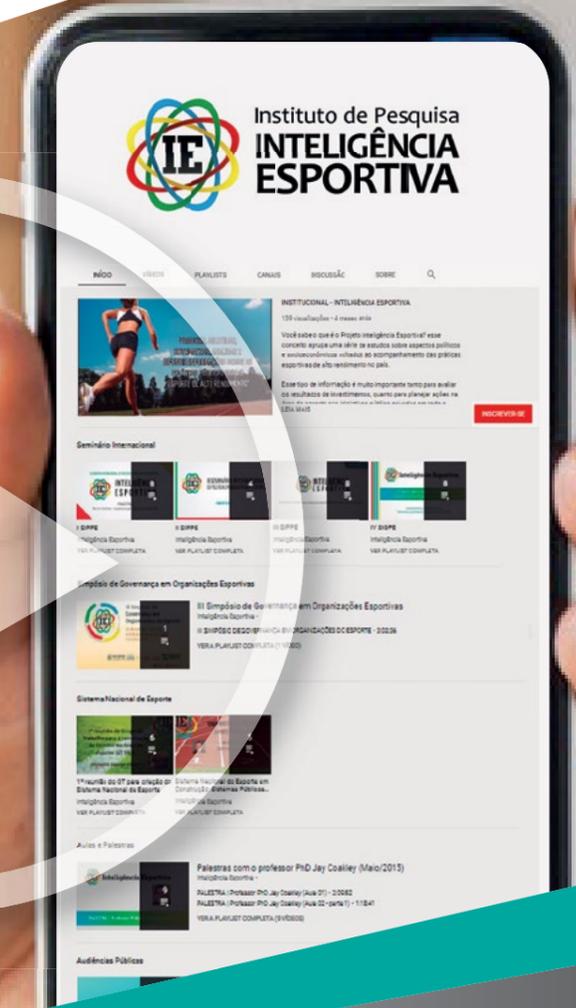
FIGURA 12 – ESPORTE PARA TODA A VIDA



FIGURA 13 – SERVIÇOS OFERTADOS (ESPORTE PARA TODA A VIDA)



VISITE NOSSO CANAL NO YOUTUBE



<http://youtube.com/inteligenciaesportiva>



INSCREVA-SE

Conhecendo o PROGRAMA BOLSA-ATLETA

Por Philippe Rocha de Camargo; Amanda Maria Dias das Chagas; Carla Cristina Tagliari; Gustavo Bavaresco; Marcelo de Oliveira Leite; Fernando Marinho Mezzadri

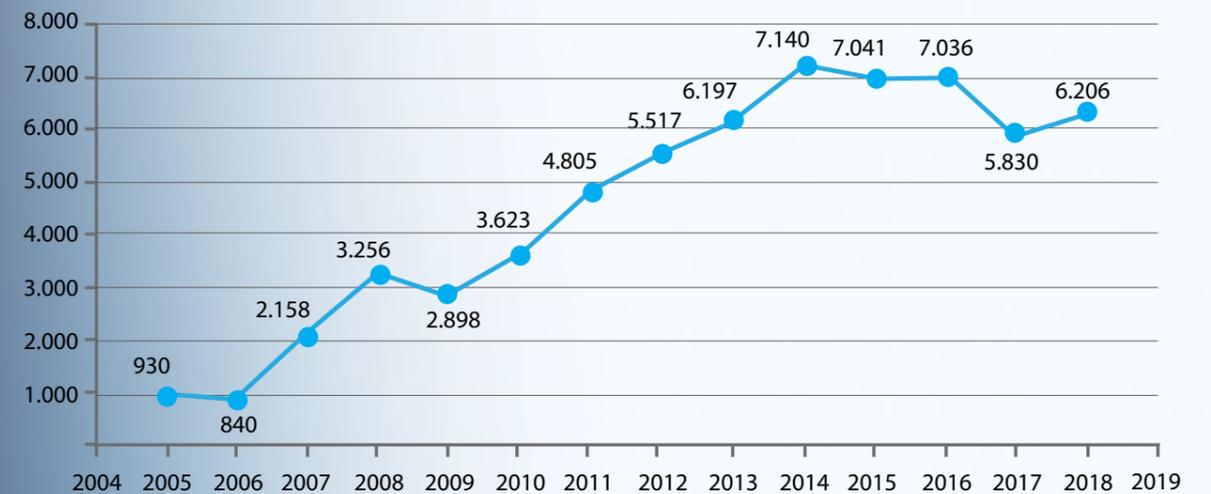


Você conhece o Programa Bolsa-Atleta? O Bolsa-Atleta é a política de financiamento aos atletas brasileiros de alto rendimento, criada pelo Governo Federal em 2004 e iniciada em 2005. Em 2020, o programa completa 15 anos de existência e, ao longo desse tempo, transformou a realidade do atleta e do esporte brasileiro, beneficiando um expressivo e gradativo número de esportistas que, por meio das bolsas, obtiveram a oportunidade de se manter no universo do esporte competitivo e melhorar os níveis de competitividade.

Ao longo dos últimos 15 anos, em especial entre 2014 e 2016, o programa investiu gradativa e expressivamente nos atletas brasileiros. Apenas em 2014, ano com o maior número de recursos investidos, o Bolsa-Atleta direcionou R\$ 101,1 milhões em financiamento aos nossos atletas. Em todo o período, o montante de recursos investidos chegou a R\$ 884 milhões.

A prioridade do Bolsa-Atleta é financiar os atletas brasileiros que disputam competições em alto rendimento, nas modalidades olímpicas e paralímpicas. Todavia, isso não impede que atletas ainda em idade de

GRÁFICO 1 – MOSTRA A DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS (2005-2018)



Fonte: Dados da Pesquisa

formação e especialização esportiva, como os atletas de base e estudantes, sejam beneficiados e, em todo o período, 8% de todo o benefício concedido foi direcionado a esses atletas.

O maior número de atletas beneficiados está inserido na categoria Nacional (63% dos atletas). Esta é responsável por englobar os atletas brasileiros que alcançaram o pódio – 1º, 2º ou 3º lugar – nas principais competições esportivas nacionais.

Outro fator que demonstra a capacidade de abrangência do Bolsa-Atleta está na possibilidade de o programa beneficiar, também, atletas de modalidades que não fazem parte do rol das olímpicas e paralímpicas. A estas são direcionados, anualmente, até 15% dos recursos orçamentários disponíveis para o programa.

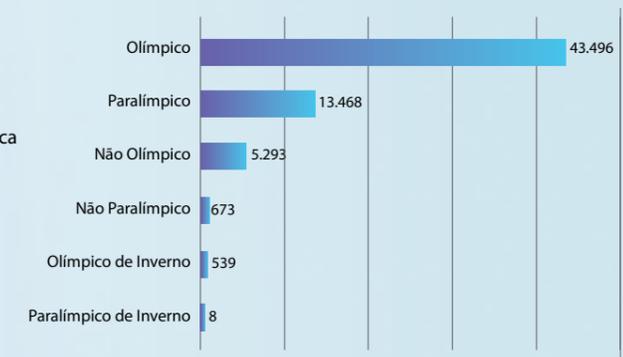
A abrangência do programa pode ser vista, inclusive, pelo número de atletas participantes nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Naquela edição, 77% dos atletas olímpi-

GRÁFICO 2 – MOSTRA A DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS POR CATEGORIA



Fonte: Dados da Pesquisa

GRÁFICO 3 – MOSTRA A DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS POR TIPO DE ESPORTE



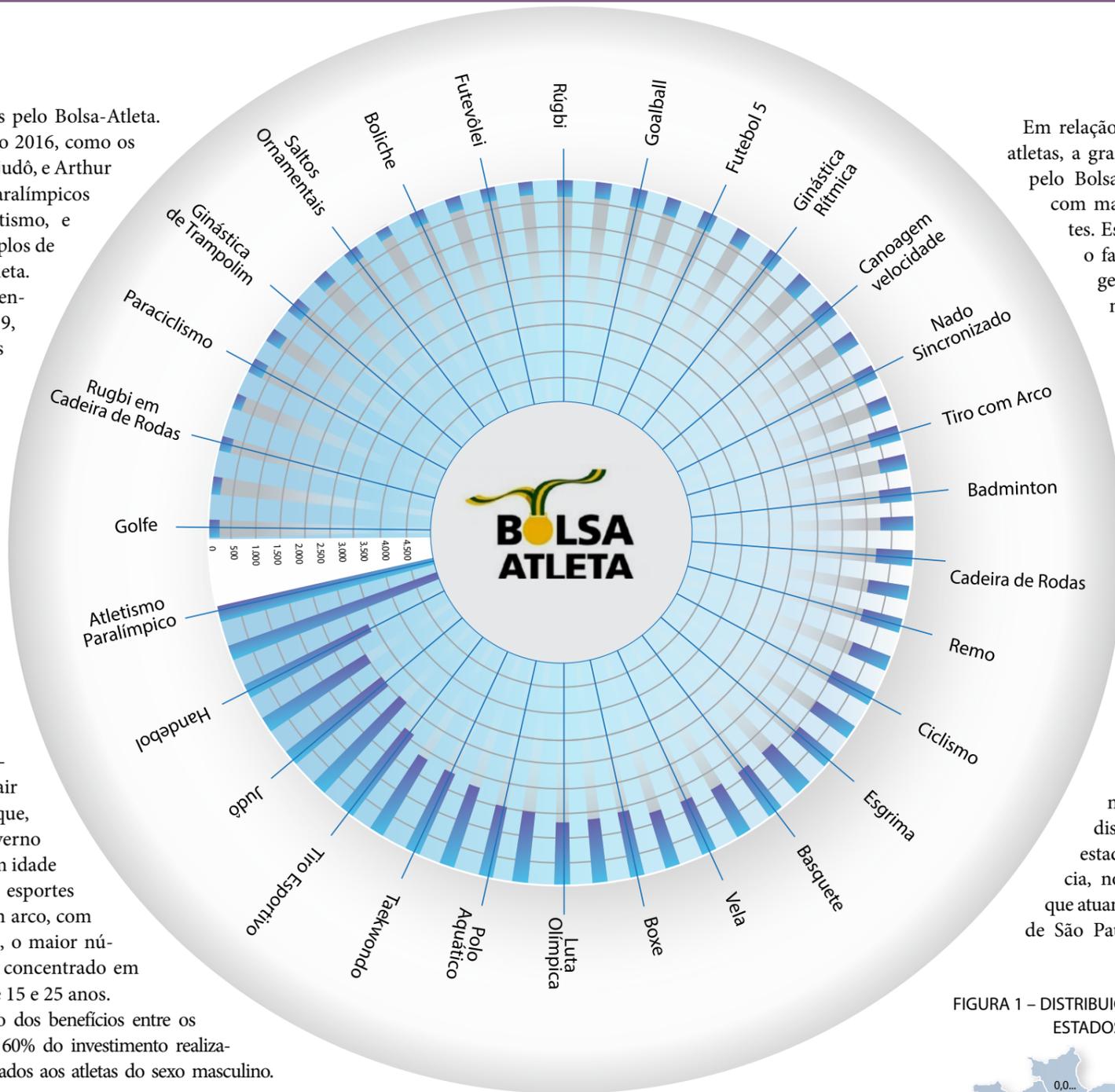
Fonte: Dados da Pesquisa

cos brasileiros foram beneficiados pelo Bolsa-Atleta. Medalhistas de ouro nos Jogos Rio 2016, como os atletas olímpicos Rafaela Silva, do judô, e Arthur Nory, da ginástica; e os atletas paralímpicos Terezinha Guilhermina, do atletismo, e Daniel Dias, da natação, são exemplos de atletas beneficiados pelo Bolsa-Atleta.

Além disso, o Bolsa-Atleta atendeu, até o final do ano de 2019, 24.730 atletas, de 180 modalidades esportivas. Esportes tradicionalmente praticados ao redor do país, como o atletismo (olímpico e paralímpico), o handebol, a natação (olímpica e paralímpica) e o judô são os que apresentam os maiores números de atletas beneficiados. Todavia, modalidades menos populares, como o tiro esportivo, o beisebol/softbol e a canoagem se inserem igualmente entre os esportes com expressivo número de atletas favorecidos.

Além do número de atletas beneficiados, o programa se destaca, ainda, pela capacidade de atrair distintos perfis etários. Isso porque, por meio do Bolsa-Atleta, o Governo Federal financia desde aqueles com idade a partir de 14 anos, até atletas de esportes como o tiro esportivo e o tiro com arco, com idade de até 70 anos. Atualmente, o maior número de atletas beneficiados está concentrado em uma faixa de idade que varia entre 15 e 25 anos.

No que se refere à distribuição dos benefícios entre os sexos, ao longo dos anos, cerca de 60% do investimento realizado pelo Bolsa-Atleta foram direcionados aos atletas do sexo masculino.



Fonte: Dados de Pesquisa

QUADRO 1 – MOSTRA AS CARACTERÍSTICAS DE IDADE DOS ATLETAS BENEFICIADOS

CATEGORIA	MIN.	MÉD.	MÁX.
Base	14	16	20
Estudantil	14	17	41
Internacional	14	25	71
Nacional	14	26	73
Olimpica	17	31	65

Fonte: Dados da Pesquisa

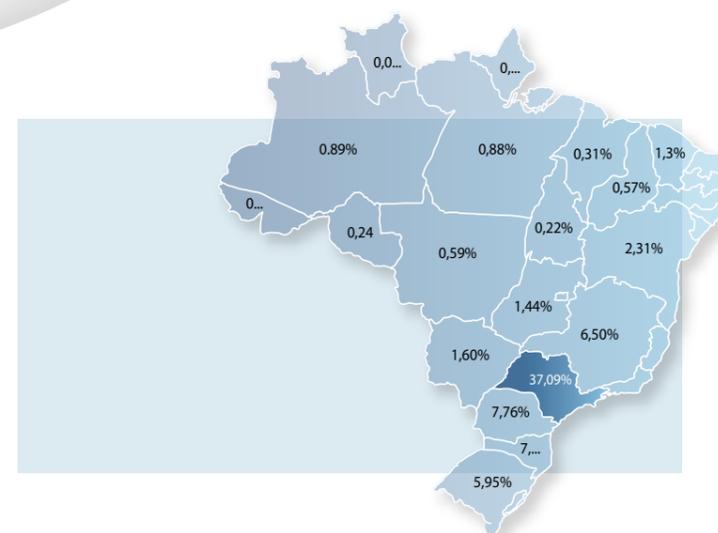
Essa diferença percentual é levemente reduzida entre os atletas inseridos nos esportes olímpicos, em que os índices percentuais são de 43,23% para as atletas do sexo feminino e 56,77% para os atletas do sexo masculino. Neste caso, os dados percentuais de distribuição por sexo apontam similaridade com os índices divulgados pelo Comitê Olímpico Internacional (COI, 2016), para a participação das mulheres no esporte, em relação às edições das Olimpíadas entre 2004 e 2016. Esse valor também se aproxima dos dados publicados no relatório do IBGE, de 2015, em que o percentual de participação feminina no esporte brasileiro era de 46,1% (IBGE, 2017).

Em relação à distribuição territorial dos atletas, a grande maioria dos beneficiados pelo Bolsa-Atleta é natural de cidades com mais de um milhão de habitantes. Esse dado pode ter relação com o fato de que as grandes cidades, geralmente, oferecem não apenas as maiores possibilidades de acesso a espaços esportivos, como também os locais mais modernos e diversificados.

É nos grandes centros urbanos brasileiros que estão localizados os principais clubes esportivos – como é o caso do Esporte Clube Pinheiros, do Clube de Regatas do Flamengo, do Minas Tênis Clube e do Clube Curitibano –, que apresentam o maior número de atletas beneficiados pelo Bolsa-Atleta.

Essa polarização de atletas nos grandes centros se reflete na distribuição dos bolsistas pelos estados do país e, por consequência, no expressivo número daqueles que atuam, principalmente, nos estados de São Paulo (37,09%), Rio de Janeiro

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS PELOS ESTADOS DO PAÍS



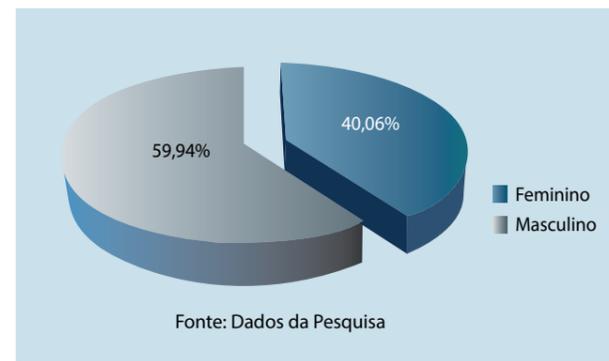
Fonte: Dados da Pesquisa

(14,30%), Paraná (7,76%), Santa Catarina (7,03%) e Minas Gerais (6,50%).

A caracterização e a apresentação dos dados sobre o Bolsa-Atleta demonstram não apenas sua expressividade e abrangência no contexto esportivo brasileiro, como também apontam para sua importância como uma política para o desenvolvimento do esporte nacional. Por meio de sua implementação, o programa passou a ser uma fonte de recursos que cria oportunidades para que os atletas brasileiros se mantenham no universo competitivo.

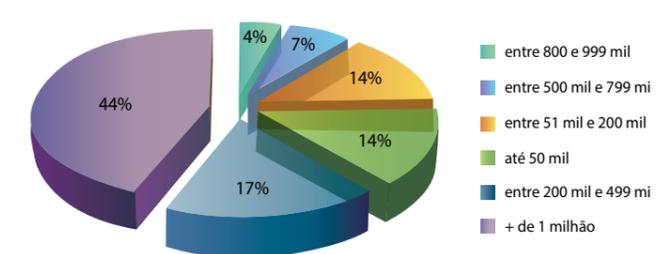
Além disso, por meio do financiamento concedido, o Bolsa-Atleta se tornou um importante subsídio para a resolução das mais variadas demandas esportivas dos atletas brasileiros. A partir das bolsas concedidas, os atletas passaram a contar com recursos financeiros que permitem a eles adquirir materiais esportivos; deslocar-se aos locais de treino e/ou competições; contratar serviços distintos, como planos de saúde; ou investir na melhoria de sua alimentação e/ou na suplementação esportiva.

FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS ENTRE OS SEXOS DOS ATLETAS BENEFICIADOS



Fonte: Dados da Pesquisa

FIGURA 3 – MOSTRA A DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS POR REGIÕES DO PAÍS



Fonte: Dados da Pesquisa

Para maiores informações sobre o programa Bolsa-Atleta



RUMO A TÓQUIO 2020: ANÁLISE DA BOLSA ATLETA PÓDIO

Por Isabelle Plociniak Costa; Pauline Peixoto Iglesias Vargas; Fabiana Della Giustina dos Reis; Gustavo Elias Zaniol; Jonathan Rocha de Oliveira; Maria Thereza Souza; Mayara Torres Ordonhes; Nathalia Lutt Lourenço; André Mendes Capraro; Fernando Renato Cavichioli

A BOLSA ATLETA PÓDIO

Esta categoria de bolsa, criada pela Lei 2.395/2011 e iniciada em 2014, teve como finalidade patrocinar atletas com chances de medalhas nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (2016). Para tanto, os atletas deveriam estar entre os 20 primeiros colocados no ranking mundial da sua modalidade ou prova específica. Atualmente, o valor do benefício varia

entre R\$ 5 mil e R\$ 15 mil mensal, sendo repassados em 12 parcelas (BRASIL, 2018). Apesar de o foco inicial do projeto serem os Jogos Olímpicos de 2016, a categoria Pódio, do Programa Bolsa-Atleta, permaneceu em curso para o ciclo Tóquio 2020, devido ao êxito na edição olímpica do Rio de Janeiro. De acordo com o Ministério da Cidadania, 77% dos 465

atletas convocados eram bolsistas e, das 19 medalhas olímpicas, apenas o ouro do futebol masculino não contou com beneficiados.

A partir da identificação dos atletas olímpicos contemplados na categoria Pódio, entre os anos de 2017-2019, buscamos retroceder (catalogar os resultados nas principais competições internacionais de

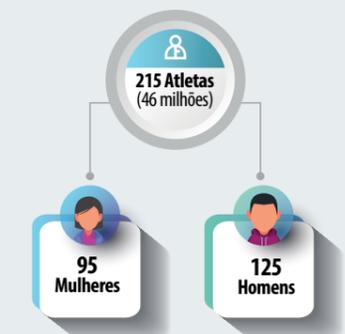
cada atleta e outras categorias de bolsa por eles recebidas). Assim, foi possível realizar o diagnóstico das diferentes modalidades, identificando tendências de resultados e realizando projeções para os Jogos Olímpicos de Tóquio (2020). Os resultados incluem 23 modalidades olímpicas, sendo elas (ver figuras 1 e 2; gráfico 1):

FIGURA 1 – MODALIDADES OLÍMPICAS



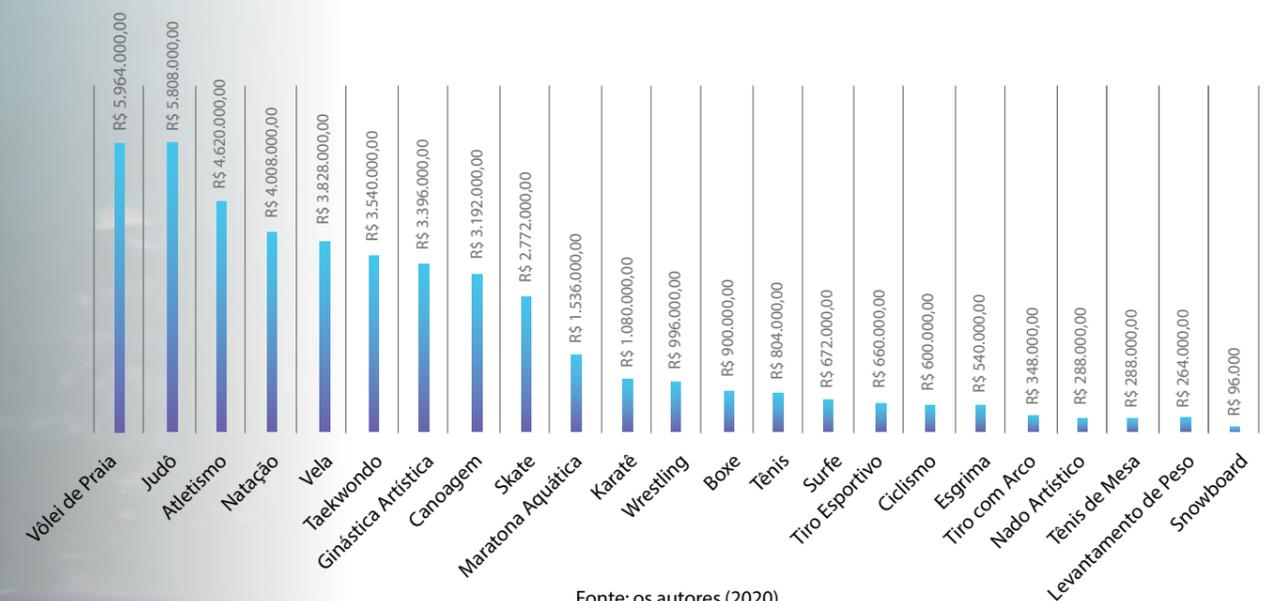
Fonte: os autores (2020).

FIGURA 2 – ATLETAS CONTEMPLADOS BOLSA ATLETA PÓDIO (2017-2019)



Fonte: os autores (2020).

GRÁFICO 1 – VALOR INVESTIDO POR MODALIDADE (2017-2019)



Fonte: os autores (2020).

PERCEPÇÕES SOBRE A BOLSA ATLETA PÓDIO

Após a observação dos resultados internacionais e das diferentes categorias de Bolsa-Atleta recebidas pelos 215 atletas, destacamos três exemplos: “Bia” Ferreira, do boxe; Hugo Calderano, do tênis de mesa; e Darlan Romani, do atletismo.

Beatriz Iasmin Soares Ferreira, mais conhecida como “Bia” Ferreira, atual campeã mundial de boxe amador, tem 27 anos e passou por muitas dificuldades no início de sua carreira esportiva, antes de conquistar o título mundial. Por isso, os seus primeiros resultados expressivos ocorreram apenas no ano de 2017. Explica-se: a boxeadora havia participado de algumas lutas profissionais de Muay Thai em 2013, sofrendo, como consequência, em 2014, uma suspensão de dois anos imposta pela *International Boxing Association* (AIBA) – a entidade não permite que atletas com práticas profissionais em outros esportes de combate atuem no boxe.

Embora tenha iniciado tardiamente a carreira, ela rapidamente obteve alguns resultados em competições internacionais: venceu o torneio de Belgrado e o título no Campeonato Pan-Americano em 2017, sendo considerada pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) a melhor atleta de boxe daquele ano, ao conquistar o Prêmio Brasil Olímpico. Já em junho de 2018, ela conquistou o título dos Jogos Sul-Americanos, o que possibilitou ser contemplada pela primeira vez no Programa Bolsa-Atleta, diretamente na categoria Pódio, em agosto de 2018.

Como bolsista, a boxeadora venceu o Campeonato Pan-Americano de Boxe na Venezuela, em setembro de 2018. Participou pela primeira vez do Campeonato Mundial de Boxe, realizado em Nova

Delhi (IND) no mês de novembro, obtendo o 17º lugar. Depois disso, venceria ainda o *Strandja Tournament*, realizado na cidade de Strandja (BUL) em fevereiro de 2019; e os Jogos Pan-Americanos de Lima (PER), em agosto. A principal conquista da atleta foi o inédito título do Campeonato Mundial de Boxe, em outubro. Tudo isso mostra que Beatriz Iasmin Soares Ferreira é uma das promessas do esporte para os Jogos Olímpicos de Tóquio (2020) e o auxílio do programa tem sido fundamental para as conquistas da atleta, conforme é

Nos Jogos Olímpicos do Rio/2016, das 19 medalhas olímpicas conquistadas, apenas o ouro do futebol masculino não contou com bolsistas do programa.

possível perceber no gráfico a seguir.

No tênis de mesa, Hugo Marinho Borges Calderano teve uma trajetória de conquistas: aos 10 anos, participou pela primeira vez do Campeonato Brasileiro e conquistou a medalha de bronze na categoria pré-mirim. Em 2008, o atleta participou da sua primeira competição internacional, o Campeonato Latino-Americano Mirim, na Argentina, onde conquistou a medalha de bronze jogando duplas com Daniel Carvalho.

No ano de 2013, Hugo Calderano se tornou o mais jovem campeão de uma etapa do Circuito Mundial Adulto da *International Table Tennis Federation* (ITTF), ao vencer a competição realizada em Santos (BRA). No mesmo ano, Hugo Calderano conquistou a me-

dalha de bronze nos Jogos Olímpicos da Juventude, realizado em Nanquim (CHN). Foi a primeira medalha do Tênis de Mesa brasileiro em uma competição olímpica.

Em 2015, o atleta se tornou o mais jovem campeão Pan-Americano de Tênis de Mesa e garantiu a classificação para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (2016). Além disso, Hugo Calderano foi indicado pela primeira vez ao *International (ITTF) Table Tennis Federation Star Awards* – a mais importante premiação do Tênis de Mesa – como atleta revelação do ano. Hugo Calderano, em 2018, tornou-se o primeiro brasileiro finalista de uma etapa do Circuito Mundial e o primeiro latino americano a figurar no Top-10 Mundial, o que lhe rendeu novamente a indicação ao *ITTF Star Awards*, como o melhor mesatenista do mundo.

O Programa Bolsa-Atleta acompanha a carreira esportiva do mesatenista desde 2010, quando recebeu a categoria Nacional. No ano seguinte, o atleta migrou para a Bolsa-Atleta Internacional e recebeu tal auxílio até o ano de 2016. Em 2017, ao conquistar o 18º lugar no *ranking* mundial da modalidade, o atleta passou a receber Bolsa-Atleta categoria Pódio, a qual continuou recebendo nos últimos três anos. Assim, a partir da representação gráfica a seguir, é possível perceber a evolução no desempenho de Hugo Calderano, nos anos em que recebeu o auxílio do governo, tendo em vista que, em nove anos de bolsa, este passou do 429º para o sexto lugar no *ranking* mundial da modalidade.

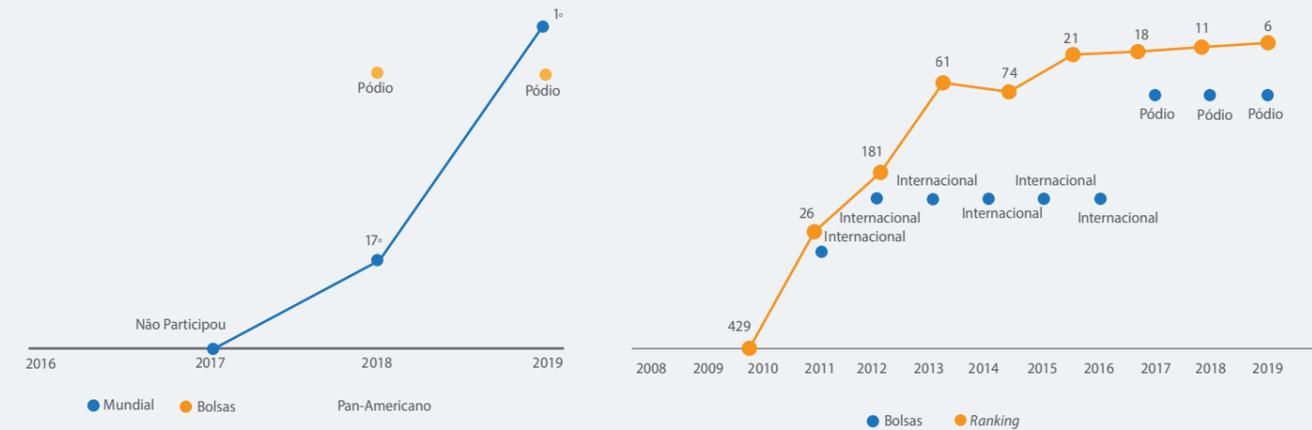
Darlan Romani é o atual recordista sul-americano na prova de arremesso de peso. Recebeu quatro vezes a categoria Pódio do Bolsa-Atleta (2015, 2017, 2018, 2019). Seu primeiro resultado expressivo foi no ano de 2009, em uma competição nacional em São Paulo, na qual conseguiu a se-

GRÁFICO 2 – RESULTADOS E BOLSAS BEATRIZ FERREIRA



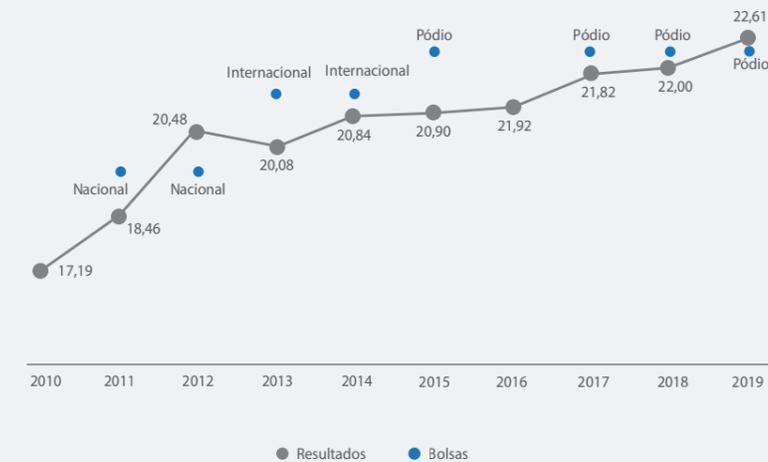
Fonte: os autores (2020).

GRÁFICO 3 – TÊNIS DE MESA - RESULTADOS E BOLSAS HUGO CALDERANO



Fonte: os autores (2020).

GRÁFICO 4 – RESULTADOS E BOLSAS DARLAN ROMANI



Fonte: os autores (2020).

gunda colocação. Desde então, a sua carreira está em ascensão, alcançando diversos pódios nacionais e internacionais, como, por exemplo: terceira colocação no Campeonato Ibero-Americano em Barquisimeto (VEN) em 2012; segundo lugar no Campeonato Sul-Americano de Atletismo de Cartagena (COL), no ano de 2013; segundo lugar nos Jogos Sul-Americanos em Santiago (CHI); sexto lugar nos Jogos Pan-Americanos de Toronto (CAN) em 2015; e atingiu o

ápice no ano de 2016, quando bateu seu recorde pessoal nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (2016), com a marca de 21,02m, conseguindo a quinta colocação.

Seus resultados aumentam com regularidade após os Jogos Olímpicos do Rio (2016), tanto que o atleta já está classificado para os Jogos Olímpicos de Tóquio (2020) com o índice olímpico de 22,61m – marca alcançada em uma competição na Califórnia (EUA).

PESQUISADORES EM AÇÃO

O acompanhamento dos atletas de diferentes modalidades também ocorreu de forma presencial, em competições e treinamentos da delegação. A equipe esteve presente no *Grand Slam* de Judô, na capital Federal, para acompanhar os judocas brasileiros. Na ocasião, conversou-se a respeito da Bolsa Atleta Pódio com 17 atletas. Dentre eles, três medalhistas olímpicos: Ketleyn Lima Quadros – bronze em Pequim (2008); Rafael Carlos da Silva – bronze em Londres (2012) e no Rio de Janeiro (2016); Rafaela Lopes Silva – ouro no Rio de Janeiro (2016).

Na fala dos atletas, ficou latente a importância da Bolsa Atleta Pódio para o investimento em suas carreiras, seja para contratação de profissionais da saúde (fisioterapeuta, nutricionista, *personal trainer*, psicólogo), ou com gastos com viagens, plano de saúde, competições, alimentação e, sobretudo, suplementação.

“Eu sempre tive auxílio dessas Bolsas. Para mim foi fundamental porque acaba que, quanto mais você vai competindo mais vai se profissionalizando, e isso vai exigindo, exige uma boa alimentação.”

Ketleyn Quadros, medalhista olímpica.

“Esse auxílio vem para dar todo um suporte por trás do atleta. Só assim a gente pode entrar em quadra tranquilos. Ele nos permite buscar uma melhora da nossa performance e dos nossos resultados, e pagar profissionais que nos ajudem a isso”.

Alison Cerutti, medalhista olímpico.

Em agosto de 2019, houve o acompanhamento dos jogos da “1ª Etapa do Superpraia”, em Brasília. Em conversa, os jogadores de vôlei de praia contaram para a nossa equipe a importância da Bolsa-Atleta para a permanência deles na modalidade. A medalhista nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016, Bárbara Seixas, por exemplo, afirma que, frente à falta de incentivo financeiro enfrentado pelos atletas da modalidade, esse auxílio do Governo Federal é de extrema importância por permitir que tenham condições de competir e por garantir uma segurança para que se mantenham no esporte de alto nível.

“[...] eu sou contemplado desde 2006, com resultado de juvenil. Eu perdi um tempo o Bolsa-Atleta, depois fui melhorando os resultados e consegui entrar no Bolsa Atleta Pódio! [...] Até o clima muda! Motiva muito a continuar!!! [...]”.

Francisco Barretto Júnior,
finalista olímpico da Ginástica Artística.

O ex-atleta e atual Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Emanuel Rego, completou afirmando que a Bolsa Atleta Pódio é fundamental para a construção de um plano de carreira e de boas condições de treinamento.

Apenas uma semana antes da equipe brasileira sagrar-se Campeã Pan-Americana de Ginástica Artística Masculina, os ginastas receberam o grupo do Inteligência Esportiva no Centro de Treinamento Olímpico do Rio de Janeiro. O atual campeão mundial na barra fixa, Arthur Nory Mariano; o campeão olímpico nas argolas em 2012 e vice-campeão em 2016, Arthur Zanetti; e o finalista olímpico, Francisco Barretto Jr, narraram a experiência vivenciada nos Jogos Olímpicos. Entre risadas, ao contar dos primeiros dias na Vila Olímpica, e emoções, ao falar do início na prática da modalidade, os ginastas lembraram fatos interessantes e singulares de suas trajetórias. Ao falar sobre patrocínios e demais apoios aos atletas no Brasil, Francisco Barreto explicou:

No segundo semestre de 2019, os pesquisadores conversaram com a barreirista olímpica, Fabiana dos Santos Moraes, beneficiada pelos Programas Bolsa-Atleta e Atletas de Alto Rendimento (PAAR) das

Forças Armadas Brasileiras. A atleta também recebe apoio da Secretaria de Esportes do Estado do Rio de Janeiro e do governo do estado do Rio de Janeiro. Fabiana Moraes destaca que:

“O programa tem sido de extrema importância para a manutenção de meus treinamentos e competições, possibilitando conquistas de títulos brasileiros, Sul-Americano e Ibero-Americano, além de figurar em 17º lugar no ranking mundial e olímpico. Acrescentando que os subsídios serão fundamentais para seguir os treinamentos e cumprir os objetivos nos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020. Além de mim, outros atletas da equipe (Instituto Edson Luciano Ribeiro) recebem o benefício da Bolsa-Atleta.”

Fabiana dos Santos Moraes, barreirista olímpica.

Nossa equipe também acompanhou alguns dos nadadores contemplados pelo Programa Bolsa-Atleta categoria Pódio, no Campeonato Brasileiro Interclubes Absoluto de Natação, o Troféu José Finkel, em setembro de 2019. Nomes como Leonardo de Deus, Fernando Scheffer, Etienne Medeiros e Guilherme Costa participaram do evento, apresentando resultados significativos na competição. O Troféu José Finkel correu no Parque Aquático do Clube Curitibano, na cidade de Curitiba, e apresentou um alto nível esportivo, tendo em vista que o evento foi uma seletiva para o Campeonato Sul-Americano de 2020. O Minas Tênis Clube, entidade com a maior delegação do evento, terminou como líder na pontuação geral de clubes, seguido por o Corinthians e Esporte Clube Pinheiros.

A partir do contato dos nossos pesquisadores com os atletas de diferentes modalidades, foi possível identificar que, para a maior parte dos esportistas brasileiros, o financiamento estatal significa a principal fonte de renda, quando não a única. Os atletas utilizam os valores

recebidos para custear despesas de competições, treinamentos, equipamentos, nutrição e outras despesas pessoais para poderem continuar se dedicando integralmente ao esporte.

Ao observar as categorias de bolsa recebidas por todos os atletas da categoria Pódio (2017-2019), não foi possível identificar uma progressão linear. Ou seja, nem sempre o atleta inicia no Programa Bolsa-Atleta nas categorias de bolsa menores (Base, Estudantil e Nacional), para depois passar às demais categorias (Internacional, Olímpico e Pódio). O que mais encontramos nesta análise foram atletas que começaram no programa já nas categorias mais altas e outros que são contemplados há muitos anos, mas oscilam na categoria de bolsa acompanhando a alteração das conquistas individuais. Fato este que se justifica tendo em vista que as categorias de bolsa são pautadas pelos resultados (nacionais/internacionais) individuais dos atletas.

Apesar de os dados levantados não indicarem uma relação direta entre o recebimento da Bolsa Atleta Pódio e o progresso (marcas ou posições) dos resultados interna-

O financiamento estatal significa a principal fonte de renda

cionais individuais nas diferentes modalidades, é possível identificar que o apoio federal é fundamental para a manutenção do atleta; seja participando de mais competições ou treinamentos fora do país, ou melhorando as condições de treinamento e alimentação em sua sede. Também identificamos que a maioria dos atletas com condições de disputar medalha nos Jogos Olímpicos de Tóquio (2020) foram contemplados pela Bolsa Atleta Pódio em 2019. Desta forma, entendemos que nossos estudos são o caminho para rediscutir e aprimorar o Programa Atleta Pódio. O acompanhamento das performances continua... rumo a Tóquio!

Caso você tenha mais dúvidas sobre a Bolsa Atleta Pódio, acesse a página da Secretaria Especial do Esporte através do QR Code:

Bolsa Atleta Pódio



AVALIAÇÃO DA POLÍTICA: PENSANDO UM MODELO PARA O BOLSA-ATLETA

Por Natasha Santos Lise; Marco Antonio Ribas Cavalieri; Eliza Lins Donha; Philippe Rocha de Camargo; Thiago de Oliveira Santos

A reflexão sobre a possibilidade de um modelo de avaliação das políticas esportivas, ainda que um modelo específico para cada ação, é resultado do esforço de um grupo ligado ao Instituto Inteligência Esportiva do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A avaliação tem sido considerada por muitos estudos como uma fase imprescindível do ciclo político,

sobretudo, no momento de tomada de decisão, por possibilitar aos *policy-makers* uma perspectiva mais direcionada quanto ao impacto de determinada ação. Junto a tal aspecto, tem se revelado – já desde a década de 1990 – a emergência de políticas baseadas em evidências, as quais permitem que os *policy-makers* construam intervenções pertinentes a um público. Tendo em vista todo o debate acerca da relevância do processo de

avaliação e monitoramento, surgiu o questionamento acerca de como são avaliadas as políticas de alto rendimento no Brasil. Ao centrar, especificamente, no Programa Bolsa-Atleta – hoje, a maior política esportiva brasileira –, percebeu-se a existência mais de uma prestação de contas – relacionada a número de bolsas, montante financeiro e quantidade de atletas beneficiados –; do que propriamente de uma avaliação acerca do impacto que essas bolsas podem gerar no meio esportivo do país.

Nesse sentido, nosso objetivo foi estudar a lógica de funcionamento do Programa Bolsa-Atleta, com a utilização de ferramentas consagradas na literatura científica

de avaliação de políticas públicas, visando fazer uma série de recomendações para o estabelecimento de um sistema de avaliação e monitoramento do programa.

O primeiro passo foi identificar, por meio de um levantamento de produções científicas, o que há disponível no meio acadêmico, quanto à avaliação de programas do esporte de alto rendimento – para que, então, fosse possível apontar indicadores que auxiliassem na avaliação do referido programa.

Os termos de busca utilizados na plataforma *Scopus* foram delimitados com base no interesse inicial da pesquisa, em identificar estudos relacionados à avaliação de impacto, de processo e baseada

em evidências. Assim, os termos de busca primeiramente selecionados foram: *process evaluation* (28 resultados); *process evaluation sport* (um resultado); *impact evaluation* (cinco resultados); *impact evaluation sport* (nenhum resultado); *evidence based evaluation* (cinco resultados); e *evidence based evaluation sport* (777 resultados). O mecanismo de busca da referida plataforma englobou títulos, resumos e palavras-chave definidas pelos autores, na submissão do texto, o que ampliou o alcance da procura pelos termos de busca selecionados.

Esses primeiros resultados encontrados apontaram para a necessidade de maior delimitação dos termos de busca, já que apareceram

PARA SABER MAIS:

Do ponto de vista metodológico, o levantamento das produções acerca da avaliação de programas esportivos consistiu em quatro etapas: primeiramente, buscou-se, a partir de palavras-chave específicas, na plataforma de busca *Scopus*, nos sites das revistas científicas brasileiras e no *google acadêmico*. Posteriormente, fez-se uma pré-seleção dos textos que se

enquadravam no enfoque estabelecido – qual seja, a avaliação dos programas esportivos de alto rendimento –, a partir da leitura dos resumos. O próximo passo foi ler os textos completos selecionados. A quarta etapa se deu a partir da leitura dos artigos, majoritariamente em língua inglesa, indicando a necessidade de realizar uma nova busca, com outros termos.

inúmeros artigos que não estavam relacionados ao esporte, e muitos destes apareceram repetidamente nas diferentes buscas. Dessa forma, optou-se pelos termos *process evaluation sports policy* e *evidence based evaluation sports policy*. O acréscimo da palavra “*policy*” permitiu que a procura se desse de forma mais direcionada, otimizando os resultados. Respetivamente,

foram encontrados 119 e 65 textos. Com base na leitura dos resumos, selecionou-se 25 artigos correspondentes a cada termo, totalizando um corpus de investigação de 50 artigos. Entre estes, permaneceram títulos que apontavam para a reflexão sobre a avaliação no esporte de inclusão e/ou participação, sem tratar especificamente o esporte de alto rendimento. Assim, foi realiza-

da uma nova leitura dos resumos, o que reduziu ainda mais o referido corpus. Extraindo-se as repetições de textos que apareceram na busca de ambos os termos, foram seis artigos selecionados, para *evidence based evaluation sports policy*; e nove, para *process evaluation sports policy* – o que totalizou 15 artigos, os quais foram lidos integralmente e permitiram compor o seguinte quadro:

QUADRO 1 – ARTIGOS REFERENTES AO TERMO DE BUSCA “EVIDENCE BASED EVALUATION SPORTS POLICY”

BASE DE DADOS SCIVERSE SCOPUS DA ELSEVIER	
ARTIGO	ANO
<i>An evidence-based approach to physical activity promotion and policy development in Europe: contrasting case studies.</i>	2006
<i>'Evidence. What evidence?': evidencebased policy making and School Sport Partnerships in North West England.</i>	2010
<i>Understanding the impact of sport coaching on legacy.</i>	2013
<i>In pursuit of evidence-based policy and practice: a realist synthesis-inspired examination of youth sport and physical activity initiatives in England (2002–2010).</i>	2016
<i>Sport and Social Inclusion: Evidence-Based Policy and Practice</i>	2017
<i>Sport policy evaluation: what do we know and how might we move forward?</i>	2018

Fonte: os autores.

QUADRO 2 – ARTIGOS REFERENTES AO TERMO DE BUSCA “PROCESS EVALUATION SPORTS POLICY”

BASE DE DADOS SCIVERSE SCOPUS DA ELSEVIER	
ARTIGO	ANO
<i>Interventions implemented through sporting organisations for increasing participation in sport.</i>	2008
<i>Effectiveness of National Elite Sport Policies: A Multidimensional Approach Applied to the Case of Flanders.</i>	2011
<i>Accounting for legacy: monitoring and evaluation in sport in development relationships.</i>	2012
<i>Ready, Steady, Go! Program, Italy: A Program Impact Pathways (PIP) analysis.</i>	2014
<i>The Health and Sport Engagement (HASE) intervention and evaluation project: Protocol for the design, outcome, process and economic evaluation of a complex community sport intervention to increase levels of physical activity.</i>	2015
<i>Information systems in local governments and evaluation of public sport policies</i>	2015
<i>An evaluation of equity and equality in physical activity policies in four European countries.</i>	2016
<i>A multidimensional approach to evaluate the policy effectiveness of elite sport schools in Flanders.</i>	2016
<i>A partnership-based evaluation of a community-based youth sport and physical activity programme.</i>	2017

Fonte: os autores.

A partir da leitura dos textos selecionados, verificou-se que apenas dois deles – “*Effectiveness of National Elite Sport Policies: A Multidimensional Approach Applied to the Case of Flanders*” (DE BOSSHER et. al., 2011) e “*A multidimensional approach to evaluate the policy effectiveness of elite sport schools in Flanders*” (DE BOSSHER et. al., 2016) – se dedicaram especificamente ao esporte de alto rendimento. Nesse sentido, o resultado da busca por artigos, a partir de termos em inglês, delimitou-se a dois textos, sendo ambos relacionados à metodologia do SPLISS (*Sport Policy Factors Leading to International Sporting Success*).

No que tange à busca de termos em Português, esta não foi muito bem-sucedida, na plataforma *Scopus*: o termo que obteve resultados foi “avaliação esporte”, com 14 resultados, porém, todos relacionados à performance física. Já os termos “avaliação processo política esporte”, “avaliação processo esporte” e “evidência avaliação esporte” não apresentaram nenhum resultado. Tal dado levou à necessidade de busca diretamente nos sites das revistas científicas brasileiras da área de Sociologia do esporte, que contemplam grande parte das publicações que tangenciam a área de políticas públicas. Quais sejam, Revista Movimento (A2); Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (B1); Revista Brasileira de Ciências do Esporte (B1); Revista Pensar a Prática (B2); Journal of Physical Education, da Universidade Estadual de Maringá (B2); e a Revista Motrivivência (B2).

Os artigos selecionados, primariamente, foram: “Projetos de inclusão social através do esporte: notas sobre a avaliação”, na Revista Movimento; “O programa Segundo Tempo em municípios brasileiros: indicadores de resultado no macrossistema”, no *Journal of Physical Education*, da UEM; e “Projeto Cidades da Copa: movimento pelo legado esportivo dos megaeventos esportivos”, na Revista Motrivivência.

A julgar pela análise dos resumos dos artigos acima elencados, evidencia-se que, embora todos se refiram à avaliação de cunho acadêmico de projetos esportivos, estes estão no campo da inclusão social e participação, sem, portanto, dirigirem-se ao alto rendimento em específico.

O mesmo aconteceu com relação à busca realizada na plataforma *Google Acadêmico*. O texto selecionado foi um manual – “Sistema de monitoramento & avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte” –, referente à avaliação de projetos também relacionados ao esporte de participação. Dessa forma, diante da busca realizada, com base nos termos em português, nenhum texto se referia à avaliação direcionada ao esporte de alto rendimento.

Nesse sentido, é possível inferir uma escassa produção acerca da avaliação das políticas esportivas, em

um sentido geral, e mais ainda em se tratando do esporte de alto rendimento. Entre as poucas abordagens que tratam deste assunto, as duas publicações referentes à análise com base no método SPLISS (DE BOSSHER et. al., 2011, 2016) suscitaram a necessidade de realizar uma nova busca pela produção acadêmica. Embora a nova busca ainda enfatizasse a avaliação no esporte de alto nível, desta feita, foi utilizado como termo de busca a sigla “SPLISS”. O resultado obtido foi de sete artigos, que buscavam analisar o sucesso esportivo em diferentes modalidades e países. Todavia, todos têm em comum o uso da metodologia SPLISS.

Tendo em vista que o SPLISS figura com centralidade entre as produções que buscam avaliar o esporte de alto rendimento, buscou-se, em um primeiro momento, pensar os fatores críticos de sucesso de pilares específicos, a fim de pensar um possível modelo para avaliação da política pública brasileira – mais especificamente, neste momento, o Programa Bolsa-Atleta. Entretanto, ao analisar tal metodologia com mais profundidade, percebeu-se que esta se refere a pensar a relação entre as políticas e o sucesso esportivo internacional e buscar insights para os fatores que moldam o esporte de elite e os caminhos para o sucesso nas diferentes nações. Ou seja, o uso do SPLISS se direciona a pensar os sistemas esportivos de alto rendimento; ao passo que o objetivo da presente pesquisa é refletir sobre a avaliação de um programa específico do governo brasileiro.

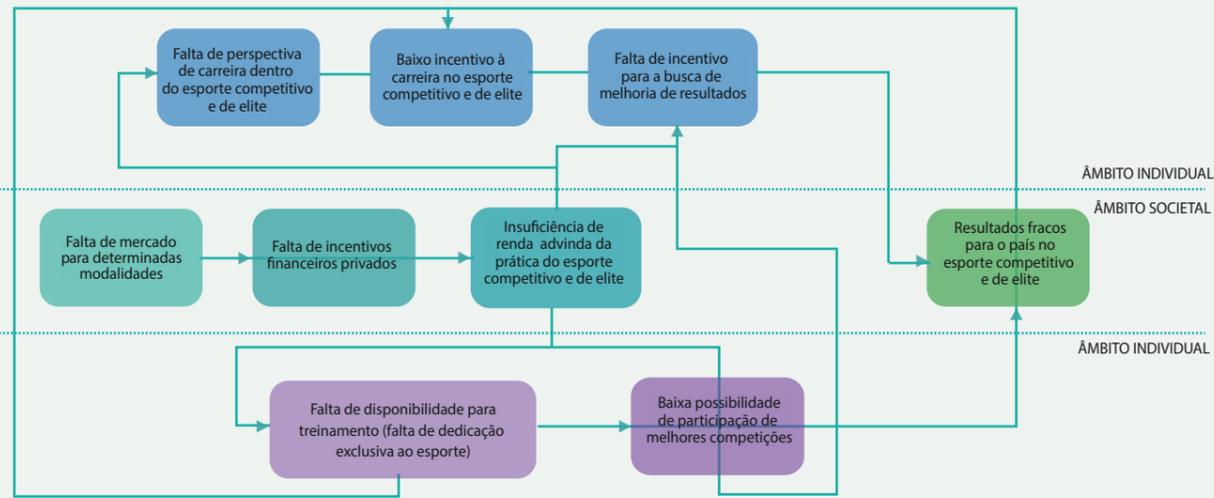
Nesse sentido, sabendo que os pilares (9) e os respectivos fatores críticos de sucesso (96), bem como seus subfatores (750), dedicam-se a analisar as ações do país como um todo, optou-se pelo uso dos procedimentos preconizados pela Teoria do Programa.

É importante destacar que, ao contrário de outras áreas, como a saúde e a educação, em que as políticas públicas já apresentam relativa tradição, no que se refere aos aspectos de avaliação e monitoramento, as políticas de esporte e lazer dispõem de poucos dados – levando a crer no uso de informações não totalmente planejadas. É muito provável que esse quadro tenha influência na pouca produção científica encontrada, ao buscar pela temática específica em questão. Entendendo que a intervenção do Estado na realidade social só se justifica caso os programas de políticas públicas se mostrem efetivos e eficientes, o grupo de trabalho tem desenvolvido um documento, que visa apresentar um estudo realizado sobre as necessidades de avaliação do programa Bolsa-Atleta, executado pela Secretaria Especial do Esporte, subordinada ao Ministério da Cidadania.

Como o referido programa já se encontra em funcionamento desde 2004, o relatório que está sendo desenvolvido pretende ser o primeiro passo da construção de um sistema de avaliação e monitoramento contínuos

Compreensão da natureza socioeconômica do problema

FIGURA 1 – A ÁRVORE DO PROBLEMA PARA O PROGRAMA BOLSA-ATLETA



Fonte: os autores.

do programa Bolsa-Atleta - constituindo-se, portanto, na sugestão de uma avaliação *ex-post*.

Assim, diante da pouca informação de que dispomos sobre como o programa Bolsa-Atleta foi implementado, buscamos respaldo em um referencial pautado na perspectiva da “teoria da mudança”, calçada, por sua vez, na construção de uma “árvore do problema”, a qual possibilita pensar sobre um “mo-

delo lógico” da política - isto é, o passo-a-passo da ação para se atingir o objetivo (*outcome*). No caso específico do Bolsa-Atleta, a primeira dificuldade foi identificar o objetivo da política, o qual se coloca de forma bastante ampla e, conseqüentemente, complexa de inferir se os *outputs* e *outcomes* efetivamente dialogam com a resolução do problema que a política buscava sanar.

Nesse sentido, nosso grupo de trabalho, após uma

série de reuniões e discussões – trazendo, inclusive, a participação de especialistas do meio acadêmico e bolsistas contemplados pelo programa, por meio de grupos focais –, elaborou uma árvore do problema para o Bolsa-Atleta, conforme a Figura 1.

Feito isso, foram mais algumas discussões e encontros, para que, finalmente, dispuséssemos de um modelo lógico do Programa Bolsa-Atleta, que auxilie na avaliação desta ação.

A partir da compreensão da natureza socioeconômica do problema, a lógica de funcionamento do programa foi desenhada a partir de uma abordagem político-científica, como definem especialistas do campo de políticas públicas. Essa abordagem envolve justificar e explicitar a lógica do programa através de teorias da literatura científica, de forma a desnudar e conferir o rigor do funcionamento do programa. Além da teoria dos bens meritórios, com origem na economia, utilizamos, para o fim específico de estudar o funcionamento do programa: a teoria do comportamento planejado, a lógica dos programas de transferência condicional de renda, as ligações entre prática deliberada e performance e o arquétipo *carrot-and-stick*. Por detrás dessas teorias, está também a ideia de incentivos, tão cara à microeconomia tradicional.

A partir do entendimento do programa, procuramos sugerir formas de avaliá-lo da melhor maneira possível. Recomendou-se a construção de uma base de dados que permite a avaliação do impacto do programa com a comparação dos resultados dos beneficiários com um contrafactual, bem como mensurações e avaliações que podem complementar e desvelar outros aspectos do programa como o uso da psicometria, a mensuração de variáveis cruciais como o tempo de treinamento e de dedicação ao esporte e pesquisa sobre remunerações ou salários de reserva dos atletas.

Finalmente, a partir do entendimento do programa, procuramos sugerir formas de avaliá-lo da melhor maneira possível, a fim de contribuir para o aprimoramento do maior programa de política pública do Brasil e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do esporte no nosso país.

RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

RECOMENDAÇÃO 1: Construir bases de dados de atletas não beneficiários do programa, mas que tenham características semelhantes às dos beneficiários, a fim de constituir estimativas do contrafactual.

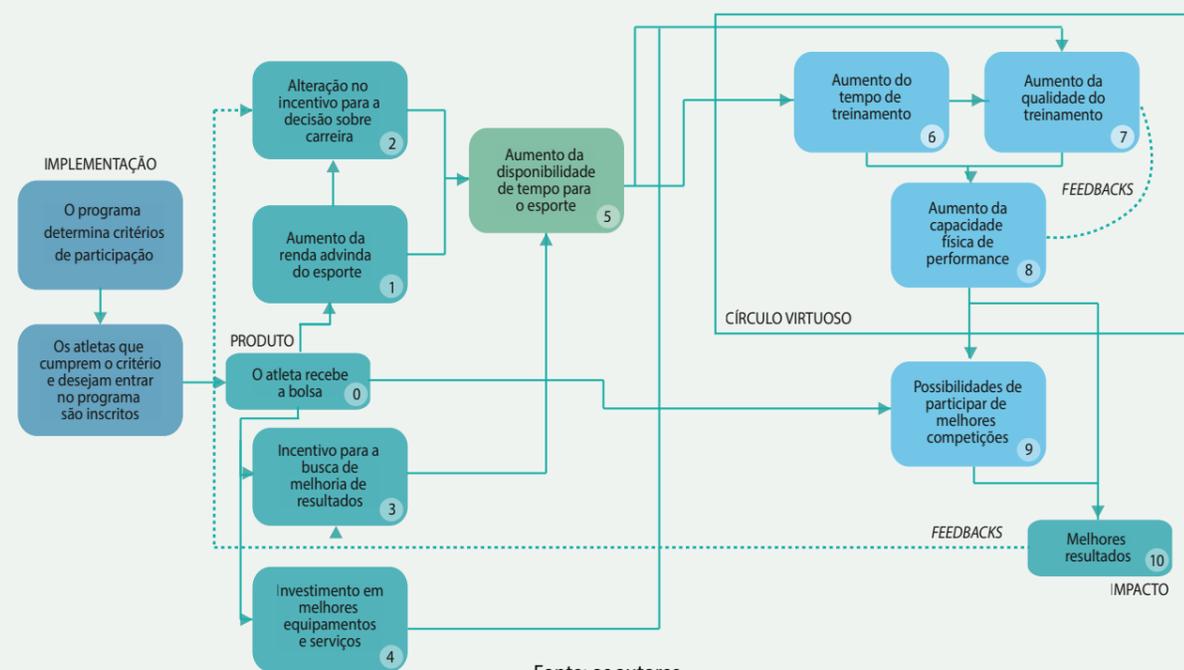
RECOMENDAÇÃO 2: Aplicar questionários, com intenção de avaliar se o programa tem impacto em variáveis como a motivação para seguir a carreira de atleta e a maior dedicação ao treinamento. Procurar, através da psicometria, mensurar se há efeito sobre o controle percebido do atleta em relação à escolha da carreira no esporte, principalmente levando em consideração as restrições financeiras.

RECOMENDAÇÃO 3: Aplicar questionários, com intenção de monitoramento da concessão de bolsas, procurando compreender a diferença que a Bolsa-Atleta faz na carreira e na vida profissional do atleta, antes e depois do recebimento, entre uma categoria e outra, buscando dados sobre tempo disponível e de treinamento, qualidade do treinamento e infraestrutura.

RECOMENDAÇÃO 4: realizar uma ampla pesquisa sobre remunerações e salários de reserva de atletas e potenciais atletas com a finalidade de verificar se os níveis de benefícios do Bolsa-Atleta podem mesmo induzir os atletas a optarem ou permanecerem na carreira do esporte.

RECOMENDAÇÃO 5: estimular o debate sobre os objetivos últimos do programa Bolsa-Atleta, especialmente considerando suas diferentes modalidades, com o fim de alimentar diferentes avaliações e mesmo sua justificação como programa fundamental a ser mantido pelo Estado brasileiro.

FIGURA 2 – A CADEIA DE RESULTADOS DO PROGRAMA BOLSA-ATLETA.



Fonte: os autores.

Jogos escolares no Século XXI:

Transformação e desafios para o esporte escolar brasileiro

Por Taiza Daniela Seron Kiouranis;
Kelwin Santos da Cruz; Renata Lachovicz;
Wanderley Marchi Júnior

É surpreendente saber que os Jogos Escolares completam 51 anos em 2020. A trajetória representa a tradição brasileira em competições escolares nacionais. Em toda sua história, os Jogos Escolares mobilizaram milhares de estudantes de todas as regiões do país. Nesse percurso, novos modelos e nomenclaturas foram incorporados. O termo "Olimpíada" passou a ser incorporado a partir do ano 2000. Esse fenômeno ocorreu, porque o Co-

mitê Olímpico Brasileiro (COB) começou a participar e promover eventos esportivos estudantis com o apoio do Ministério do Esporte, além da parceria com as Organizações Globo.

A partir de 2005, os Jogos Escolares se transformaram em Olimpíadas Escolares. O COB tornou-se o principal organizador desses eventos. As cidades-sedes foram selecionadas, entre outros motivos, pela disponibilidade de estruturas esportivas e hoteleiras. Nesse percurso

destaca-se a cidade de João Pessoa, na Paraíba, que sediou os Jogos Escolares por oito vezes.

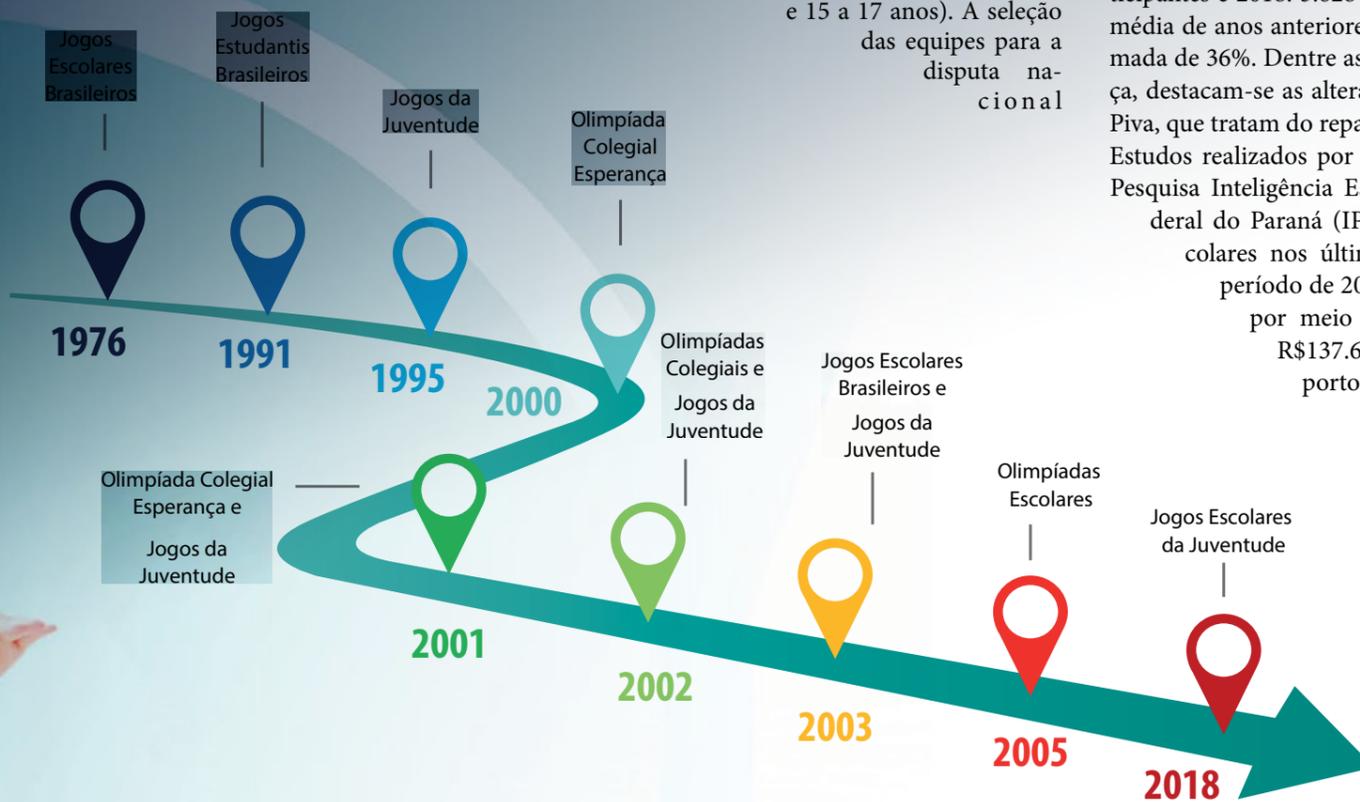
O quadro e a imagem apresentam as cidades-sedes dos Jogos Escolares no período de 2005 a 2018 e suas localizações no mapa.

A partir de 2018, a edição nacional dos Jogos Escolares passou a ser realizada em etapa única, ou seja, em um único evento foram realizadas as disputas de ambas as categorias (12 a 14 anos e 15 a 17 anos). A seleção das equipes para a disputa nacional

nas modalidades esportivas coletivas (basquetebol, futsal, handebol, voleibol) foi realizada em três etapas regionais: Natal/RN, Manaus/AM e Joinville/SC. Apenas os vencedores dessas etapas participaram do evento anual/nacional.

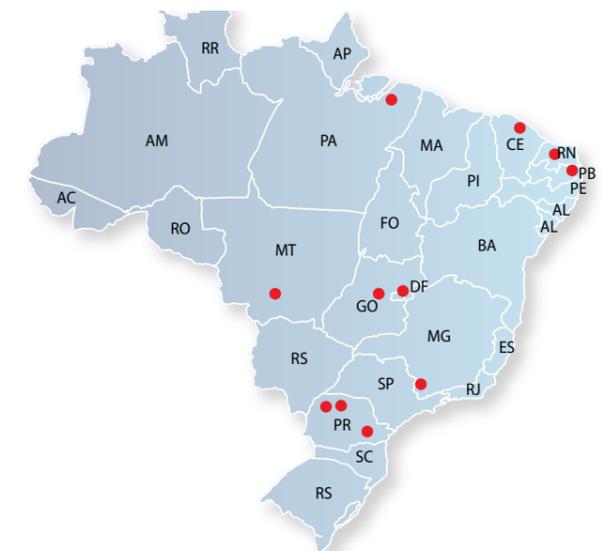
Com isso, modificou-se consideravelmente a quantidade de participantes na etapa nacional: 2015: 8.658 participantes, 2016: 8.609 participantes, 2017: 9.158 participantes e 2018: 5.628 participantes. Considerando a média de anos anteriores, houve uma redução aproximada de 36%. Dentre as motivações para essa mudança, destacam-se as alterações previstas na Lei Agnelo/Piva, que tratam do repasse dos valores ao COB.

Estudos realizados por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva, da Universidade Federal do Paraná (IPIE/UFPR) sobre os Jogos Escolares nos últimos anos, revelaram que, no período de 2011 a 2018, o Governo Federal, por meio da Lei Agnelo/Piva, investiu R\$137.613.416,03 no âmbito do desporto escolar.



A imagem mostra a trajetória dos Jogos Escolares: seu surgimento em 1969 e as novas nomenclaturas que foram sendo adotadas no decorrer do período.

Ano	Categoria	
	12 a 14 anos	15 a 17 anos
2005	Brasília/DF	Brasília/DF
2006	Poços de Caldas/MG	Brasília/DF
2007	Poços de Caldas/MG	João Pessoa/PB
2008	Poços de Caldas/MG	João Pessoa/PB
2009	Poços de Caldas/MG	Maringá/PR e Londrina/PR
2010	Fortaleza/CE	Goiânia/GO
2011	João Pessoa/PB	Curitiba/PR
2012	Poços de Caldas/MG	Cuiabá/MT
2013	Natal/RN	Belém/PA
2014	Londrina/PR	João Pessoa/PB
2015	João Pessoa/PB	João Pessoa/PB
2016	João Pessoa/PB	João Pessoa/PB
2017	Curitiba/PR	Brasília/DF
2018	Natal/RN (ambas as categorias)	

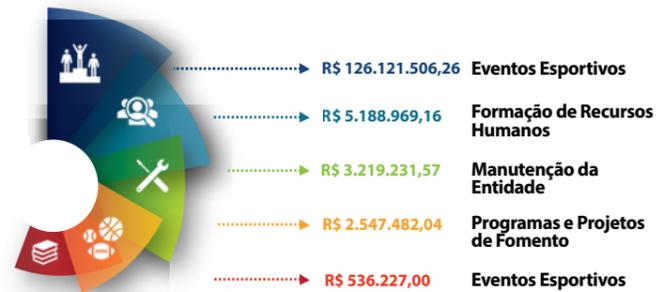


O quadro e a imagem apresentam as cidades-sedes dos Jogos Escolares no período de 2005 a 2018 e suas localizações no mapa.

VOCÊ SABIA QUE...

A Lei Agnelo/Piva, n. 10.264, foi sancionada em 16 de julho de 2001. É conhecida por proporcionar avanços na forma de captação de recursos para o esporte brasileiro. Até 2015, 2% da arrecadação bruta das loterias federais em operação no Brasil (após descontados os prêmios) eram destinadas ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), nas proporções de 85% e 15%, respectivamente. Do total arrecadado por cada uma dessas instituições, 10% deveriam ser investidos em desporto escolar e 5% no desporto universitário. A partir de 2015, com a aprovação do Estatuto

da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146 de julho de 2015), a arrecadação bruta das loterias foi alterada para 2,7%, e as proporções passaram para 62,96% ao COB e 37,4% ao CPB. Desde 2011, com a Lei 12.395/2011, os recursos para o desporto escolar deverão ser aplicados em programação definida conjuntamente com a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Em 2013, o Decreto 7.984/2013 definiu que os valores destinados ao desporto escolar ao menos cinquenta por cento deverão ser efetivamente empregados nas principais competições nacionais realizadas diretamente pela CBDE.



Valores investidos pelo COB em cada ação, no período de 2011 a 2018, totalizando R\$137.613.416,03 de investimentos.

Dentre as ações desenvolvidas no setor do Esporte Escolar pelo COB, os eventos esportivos representam 91% dos recursos investidos. Esse número expressa-se na quantidade de participantes que, entre 2015 e 2018, foi de 32.053 pessoas, entre eles, estudantes, técnicos, jornalistas, médicos, fisioterapeutas, oficiais e chefes de delegação, envolvidos em 14 modalidades esportivas.



Modalidades que atualmente são disputadas nos Jogos Escolares.

Tendo como ponto de partida o ano de 2005, o quadro abaixo apresenta as modalidades disputadas durante os Jogos Escolares até o ano de 2018.

Um levantamento sobre a participação de homens e mulheres nos Jogos Escolares, no período de 2015 a 2018, mostrou que 13.845 estudantes eram do sexo masculino e 13.478 do sexo feminino. O regulamento dos Jogos Escolares garante a participação de estudantes do sexo feminino e masculino nas mesmas proporções, no entanto, nem todas delegações estaduais têm conseguido atender ao previsto. No período investigado (2015-2018), houve a participação de 367 jovens do sexo masculino a mais, quando comparados à participação de estudantes do sexo feminino.

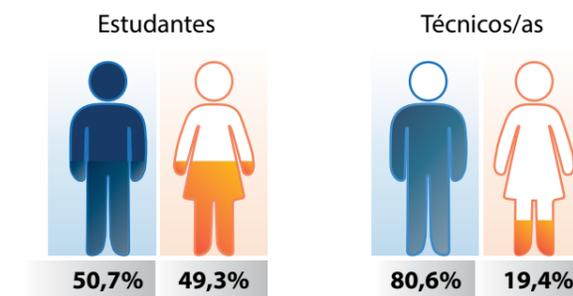
Entre os técnicos, os homens são a grande maioria, sendo 2.907 técnicos e apenas 698 técnicas. Esse dado mostra que, mesmo em equipes esportivas femininas, a maior parte dos técnicos são homens.

MODALIDADE/ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Individuais														
Atletismo	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Badminton							x ¹	x	x					
Ciclismo						x	x	x	x	x	x	x	x	x
Ginástica Rítmica						x	x	x	x	x	x	x	x	x
Judô	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Luta Olímpica								x ¹	x	x	x	x	x	x
Natação	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Taekwondo						x ²	x ²	x ²						
Tênis de Mesa		x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Xadrez	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Coletivas														
Basquetebol	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Futsal	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Handebol	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Voleibol	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Vôlei de praia								x ²						

Nota: 1. Apenas para a categoria de 12 a 14 anos; 2. Apenas para a categoria de 15 a 17 anos. O quadro mostra as modalidades esportivas disputadas durante os Jogos Escolares entre 2005 e 2018.

A taxa de participação de homens e mulheres nos Jogos Escolares, especialmente quando se observa a porcentagem de técnicos, é um dado que merece atenção. Estudos que discutem a relação de gênero e esporte têm apontado a desigualdade entre homens e mulheres na função de treinador/a, especialmente a baixa participação de mulheres em equipes masculinas e nacionais. Essa função é a que mais expressa desigualdade de gênero no esporte. Os estudos ainda apontam para o potencial aumento das chances de casos de abuso no esporte.

A realidade apresentada mostra que é preciso investir em ações que fomentem e valorizem a participação das mulheres como técnicas nas diferentes mo-



Modalidades esportivas individuais e coletivas que foram destaque nos estados brasileiros no período de 2005 a 2018.

dalidades esportivas no âmbito dos Jogos Escolares. Se considerarmos que os jogos fazem parte da política de esporte escolar e que esse setor esportivo transcende a formação esportiva, ações como essas podem contribuir para que haja maior entendimento e superação das desigualdades de gênero no esporte.

Outras investigações revelaram aspectos importantes sobre os Jogos Escolares nos últimos 15 anos. Em relação à quantidade de medalhas alcançadas, identificou-se que as regiões sul e sudeste são as que mais concentraram número de pódios no período.

Considerando um total de 9.311 pódios, o estado de São Paulo conquistou 17% deles. Em seguida, estão os estados do Paraná (11%), do Rio de Janeiro (10%) e de Santa Catarina (9%). Os estados com menor participação em pódios foram, em primeiro lugar, o Acre (0,2%), depois Roraima (0,3%), Amapá (0,4%) e Rondônia (0,8%), todos localizados na região norte do país.

A disparidade também pode ser identificada quando se observa cada uma das modalidades individuais e coletivas. Determinados estados se destacaram pela quantidade de medalhas alcançadas nessas modalidades esportivas. Exemplos claros disso são o badminton, no estado do Piauí, e a ginástica rítmica, no estado do Paraná.



Quantidade de pódios alcançados por cada estado brasileiro e pelo Distrito Federal no período de 2005 a 2018

O CONTEXTO DA GOVERNANÇA NO AMBIENTE ESPORTIVO

Por Sabrina Furtado e Gustavo Bavaresco

Na última década, temos acompanhado no ambiente esportivo uma série de casos de corrupção, *matchfixing*, *doping* e escândalos envolvendo entidades de administração do esporte, dirigentes, atletas e demais *stakeholders* inseridos neste ambiente. Tais casos, ligados à má conduta relacionada à gestão do esporte, acabam por desacreditar estas instituições. Temos hoje, então, um contexto no qual organizações esportivas estão sendo duramente cobradas pela sociedade, pelo governo e por demais entes ligados ao meio esportivo, para se tornarem instituições sérias e comprometidas com o pleno desenvolvimento do esporte.

O teor apresentado acima, embora generalista, pode facilmente ser atribuído à realidade brasileira, em que, após o período da chamada “década do esporte brasileiro” – iniciado com os Jogos Pan e Parapan-americanos do Rio de Janeiro em 2007, culminando com a Copa do Mundo FIFA em 2014 e com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 –, temos acompanhado uma grave crise no país e, consequentemente, também no esporte. As entidades estão vivenciando uma diminuição de recursos financeiros, escassez de patrocinadores e o acúmulo de estruturas esportivas subutilizadas. Soma-se a isso o fato de as maiores instituições de gestão do esporte no país – as confederações –, em muitos casos, apresentarem estruturas organizacionais frágeis e ainda pouco desenvolvidas. Estes problemas de gestão interferem no desenvolvimento do esporte. A efetividade da aplicação de recursos é afetada e, em muitos casos, não há um planejamento a longo

prazo que permita a continuidade de ações. Paralelamente, ainda podemos observar um cenário visível com práticas de corrupção dentro da instituição.

É no conjunto apresentado acima que a governança no ambiente esportivo vem ganhando força, através de adaptações do conceito de governança corporativa (GC). De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, a GC propõe a governança como um “o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”. Embora apresentada por meio de uma teoria, a governança se estabelece, na prática, por meio de mecanismos adotados pelas instituições esportivas, que permitem o uso de boas práticas de gestão, gerando, assim, ações mais efetivas. A governança dentro das entidades esportivas busca melhorar a gestão destas, tornando-as organizações mais confiáveis, transparentes e fortalecidas no Brasil.

A TEORIA DA GOVERNANÇA ESPORTIVA

A GOVERNANÇA FUNCIONA COMO UM MECANISMO QUE BUSCA APRIMORAR A GESTÃO DAS ENTIDADES.

Para tanto, ao se analisar os aspectos relacionados a este mecanismo,

conceitualmente, tem-se dividido a governança no ambiente esportivo em quatro pilares: 1) transparência; 2) equidade; 3) prestação de contas; 4) e integridade institucional. No Brasil, a Sou do Esporte, uma Organização Não Governamental (ONG) que estimula a utilização de boas práticas de governança pelas confederações esportivas brasileiras, faz uso de um quinto pilar: 5) modernização. No âmbito interna-

cional, a governança em entidades de gestão do esporte vem sendo debatida e analisada tanto no contexto acadêmico – por meio de publicações científicas, que se utilizam

de índices para quantificar a governança –; quanto pelo impacto gerado a partir da adoção dos princípios da governança na gestão das entidades esportivas – por meio de cartilhas e manuais práticos, destinados a auxiliar as instituições a adotarem boas práticas de governança em suas gestões. No Brasil, o Inteligência Esportiva lançou, em 2018, a **Cartilha de Governança em Entidades Esportivas**, em parceria à época com o Ministério do Esporte, visando orientar os gestores esportivos do país quanto às boas práticas de governança.

No que diz respeito aos pilares que compõem a governança esportiva, a **TRANSPARÊNCIA** está relacionada à publicitação de documentos ou informações relevantes da instituição para a sociedade. Estatutos, regimentos internos, códigos de regras, organograma institucional,

Confiabilidade, Integridade e transparência

A governança aprimora a gestão das entidades

atas de reuniões, são exemplos de documentos que constituem o cerne da instituição, esclarecem o modo como esta é gerida. Sendo assim, devem estar disponíveis para que as pessoas interessadas possam acessar. Também faz parte deste pilar tornar claro como são estabelecidos os processos decisórios dentro da instituição; ou seja, o porquê e como determinadas ações são colocadas em prática, possibilitando que a sociedade seja capaz de verificar a adoção dos demais pilares da governança nas organizações.

EQUIDADE, ou democracia, dentro do conceito de governança se relaciona com a possibilidade de participação nas decisões políticas de todos aqueles que possuem alguma ligação com a instituição e que, ao mesmo tempo, afetam e são afetados por estas decisões. Atletas, técnicos, árbitros, filiados, *stakeholders* da instituição, são componentes importantes que devem ser ouvidos. Dar voz, de forma proporcional, aos diferentes agentes que compõem uma instituição esportiva é o foco deste pilar.

A PRESTAÇÃO DE CONTAS, analisada à luz da governança esportiva, é vista como um procedimento de controle que a sociedade possui sobre a instituição. Através deste pilar, a organização esportiva apresenta as ações executadas, as decisões tomadas, os investimentos feitos e suas justificativas. Ou seja, a prestação de contas está relacionada às maneiras pelas quais a instituição deixa claro suas ações e investimentos.

Já a **INTEGRIDADE INSTITUCIONAL** avalia o zelo da instituição por todos aqueles que a compõem, bem como a sustentabilidade de suas ações a longo prazo. Neste pilar, leva-se em consideração, por exemplo: as práticas anticorrupção, códigos de conduta dos diversos setores, códigos de ética.

Por fim, o pilar que envolve a **MODERNIZAÇÃO** das organizações esportivas está ligado aos papéis desempenhados pelos diferentes poderes da instituição e o modo como estes compartilham e controlam suas tomadas de decisão.

A GOVERNANÇA NAS CONFEDERAÇÕES ESPORTIVAS BRASILEIRAS

Os estudos publicados e as cartilhas com recomendações sobre as práticas de governança em instituições esportivas, no contexto internacional, começaram a surgir

nos últimos 20 anos. No Brasil, a temática surgiu no ano de 2015, por meio do estudo da Sou do Esporte, o qual buscou analisar o *status* das práticas de governança das Confederações Esportivas Brasileiras. A base da pesquisa realizada pela Sou do Esporte foi a transparência e o acesso à informação, ou seja, as informações coletadas tiveram como base os documentos publicados e acessíveis ao público.

A partir de 2017, a Sou do Esporte e o Inteligência Esportiva firmaram uma parceria com o intuito de aprofundar as análises e discussões sobre a governança nas organizações esportivas brasileiras. Desde então, ano a ano o instrumento de análise de governança vem sendo aprimorado e atualizado. As análises feitas têm como objetivo propor melhorias e debater sobre as boas práticas, buscando alavancar e aprimorar a gestão das confederações esportivas brasileiras.

A matriz utilizada no estudo conta com 156 indicadores de governança, os quais estão divididos entre os cinco pilares da governança adotados pela Sou do Esporte: Transparência, Equidade, Prestação de Contas, Integridade Institucional e Modernização. Os dados referentes a cada ano de análise foram coletados no período de março a junho de 2017 e de março a junho de 2018. A fonte dos dados analisados deu-se exclusivamente a partir dos portais oficiais *on-line* de 35 Confederações Olímpicas, devidamente filiadas ao Comitê Olímpico do Brasil (COB).

A nota final de cada entidade analisada é obtida através do seguinte cálculo:

$$(Tx45) + (Ex39) + (PCx21) + (IIx21) + (Mx30) / 156$$

As siglas utilizadas na fórmula são referentes a cada uma das dimensões analisadas; e o número está relacionado ao quantitativo de indicadores contemplados em cada uma das dimensões.

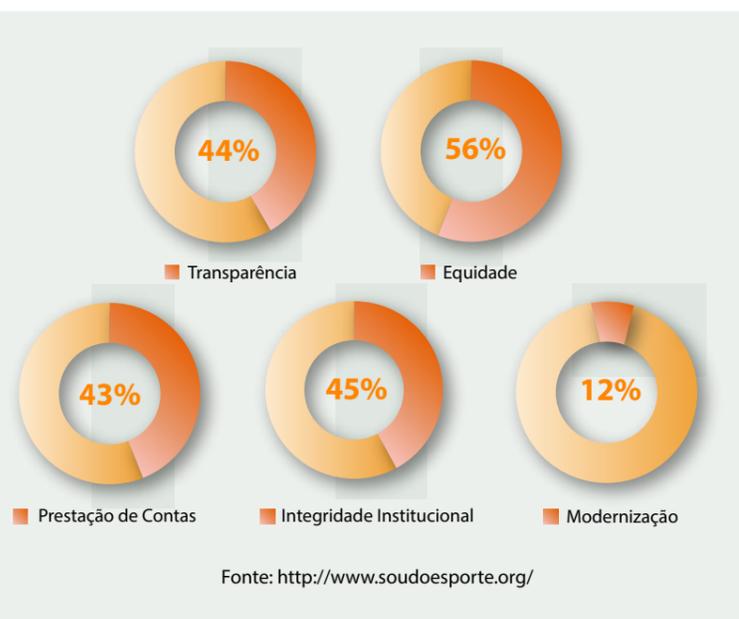
Cartilha de Governança em Entidades Esportivas - Lei nº 9.615/98



NOTAS GERAIS DA GOVERNANÇA

Os gráficos abaixo informam a nota geral obtida em cada um dos cinco vetores de governança, pelas confederações esportivas brasileiras, no ano de 2017:

FIGURA 1 – MÉDIA GERAL POR VETORES DE GOVERNANÇA NO ANO DE 2017



Na avaliação feita em 2018, as notas gerais foram ligeiramente superiores do que as verificadas em 2017, como é possível verificar na figura 2. Ainda que a média geral das entidades tenha ficado abaixo da metade do valor máximo, mesmo é possível verificar uma melhora com relação ao ano de 2017. O vetor equidade seguiu sendo o de maior média, e modernização o de menor. As baixas médias obtidas pelo vetor de modernização nas análises demonstram que as entidades ainda apresentam uma resistência a mudança estrutural das entidades. O poder dentro destas instituições ainda tende a se concentrar na mão do presidente; as decisões acabam sendo tomadas por uma minoria; e os ambientes político e executivo da empresa são liderados pela mesma pessoa.

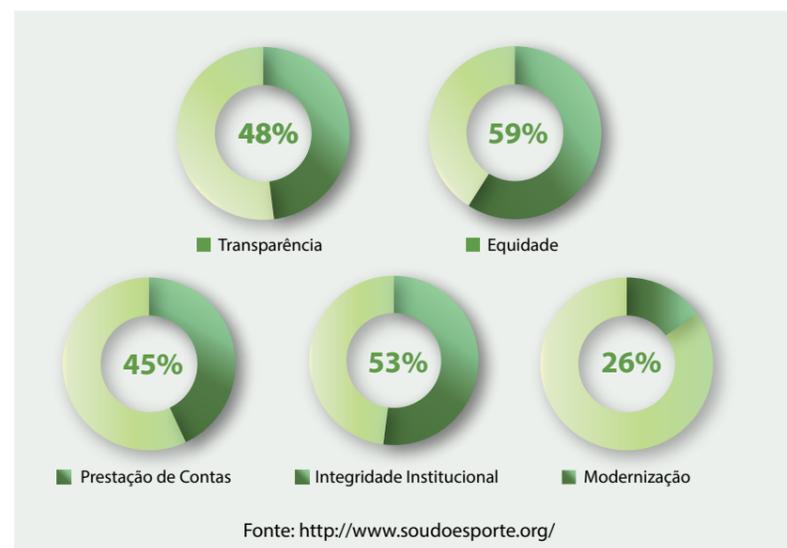
As cinco confederações esportivas com melhor avaliação individual em 2017 estão listadas na figura 3. As notas alcançadas pelas cinco entidades que figuraram entre as melhores ainda estão distantes do total máximo, porém, demonstram que há um movimento em direção à adoção de práticas de governança nestas entidades.

RESULTADOS

A figura 1 informa a nota geral obtida em cada um dos cinco vetores de governança pelas confederações esportivas brasileiras, no ano de 2017. É possível verificar, a partir da análise dos dados apresentados, que estas instituições precisam aprimorar seus mecanismos de governança. A nota geral obtida por elas foi de 3,9, em uma escala de até 10 pontos. Ou seja, em 2017, muitos indicadores de governança não estavam sendo adotados por estas instituições. Ao analisarmos os vetores de forma isolada, a média geral obtida no vetor de equidade, o qual apresentou a maior nota, surpreendeu, pois demonstrou que as instituições esportivas brasileiras vêm dando vez e voz a diferentes agentes do campo esportivo, como atletas, árbitros, técnicos. Já os itens de prestação de contas e transparência, apresentaram médias satisfatórias, porém, é importante ressaltar que tal realidade está atrelada ao fato de que as confederações esportivas no Brasil recebem recursos públicos, regulamentados pela Lei Geral do Desporto (Lei 9.615/1998- Lei Pelé) e pela Lei Agnelo/ Piva (Lei 10.264/2001), as quais determinam uma série de obrigações relacionadas a tais temáticas.

Os gráficos abaixo informam a nota geral obtida em cada um dos cinco vetores de governança, pelas confederações esportivas brasileiras, no ano de 2018:

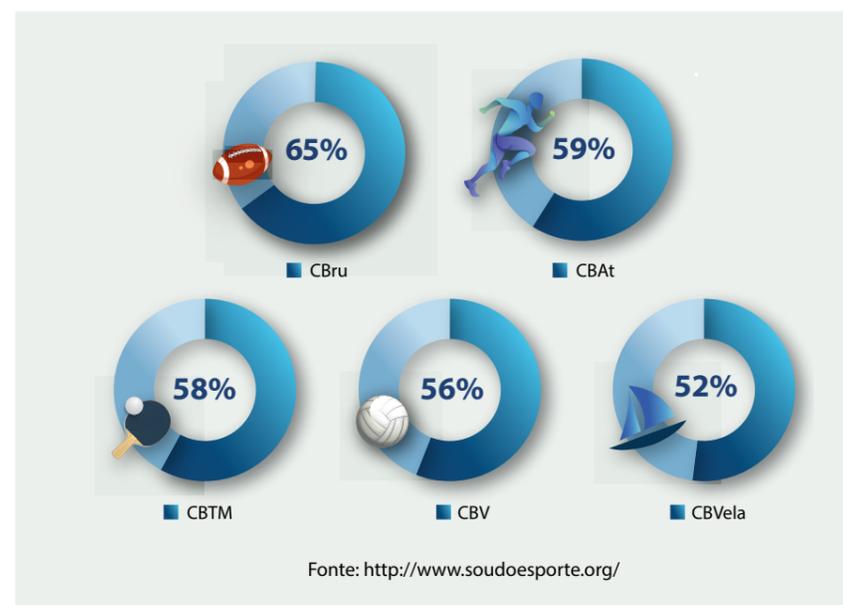
FIGURA 2 – MÉDIA GERAL POR VETORES DE GOVERNANÇA NO ANO DE 2018



Dar voz a diferentes agentes do campo esportivo

Os gráficos abaixo informam a nota geral obtida em cada confederação no ano de 2017:

FIGURA 3 – AS 5 MELHORES CONFEDERAÇÕES DE 2017



As confederações que apresentaram as maiores notas gerais quanto à governança, no ano de 2018, já haviam figurado no top 5 no ano de 2017, porém houve alterações na colocação de cada uma delas, como pode ser visualizado na figura 4. Estes resultados demonstram que há uma preocupação por parte destas confederações, em aperfeiçoar continuamente seus mecanismos de gestão e governança.

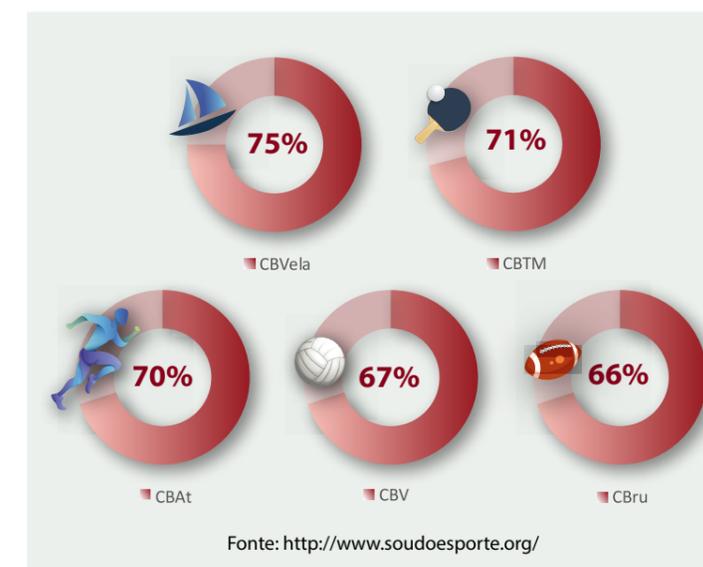
No caso da Confederação Brasileira de Vela, houve um aumento de quase 40% na nota obtida em 2018, em relação à avaliação de 2017, demonstrando um trabalho considerável da instituição para aprimorar as práticas de governança. Já a Confederação Brasileira de Rúgbi apresentou uma evolução menor, mas ainda assim seguiu melhorando seu índice de governança, de acordo com a pesquisa.

As confederações esportivas brasileiras vêm passando por uma série de mudanças em suas gestões. Essas mudanças têm sido impulsionadas tanto por fatores externos (mudança na legislação esportiva, pressão social por maior transparência, dificuldades para angariar recursos financeiros), quanto internos (reestruturação organizacional, planejamento da instituição, distribuição orçamentária, entre outros fatores).

Tais mudanças têm gerado impacto positivo nos indicadores de governança destas instituições, conforme os resultados da análise demonstraram. Na prática, essas ações correspondem a, por exemplo: tornar público para qualquer interessado a pauta da assembleia que será realizada na instituição; planejar o futuro e a sustentabilidade da instituição no longo prazo; prestar contas do uso dos recursos financeiros, humanos, materiais da confederação, justificando estes investimentos frente aos objetivos e metas da instituição; e assim por diante. Cada uma destas ações contribui para a construção de uma organização mais confiável, mais íntegra e mais transparente para a sociedade e para o esporte.

Os gráficos abaixo informam a nota geral obtida em cada confederação no ano de 2018:

FIGURA 4 – AS 5 MELHORES CONFEDERAÇÕES DE 2018



ANÁLISE COMPARATIVA DE CICLOS OLÍMPICOS

Por João Victor Moretti de Souza

CRUZAMENTO DE DADOS COMO POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE INVESTIMENTOS REALIZADOS NO ESPORTE ENTRE 2005 E 2019

Formular políticas públicas voltadas ao esporte nacional não é uma tarefa simples. É preciso considerar diversos fatores na área e no contexto em que o país está inserido. Para auxiliar a tomada de decisões, foi desenvolvido um estudo com dados de financiamento esportivo, apoio direto aos atletas, perfil das delegações olímpicas brasileiras e resultados esportivos; cruzando tais informações, de maneira que subsidiem os gestores do esporte, visando ao desenvolvimento da área no país.

Durante este estudo, alguns pontos interessantes foram encontrados e algumas observações puderam ser feitas ao analisar as informações. Neste tópico, serão abordados o desenvolvimento do estudo realizado e apresentadas análises das informações encontradas.

ESCOLHENDO OS DADOS

Antes do desenvolvimento do relatório, foi preciso determinar qual seria a amostra escolhida para a análise e quais pontos seriam abordados, considerando aquelas que teriam utilidade na análise dos investimentos e das políticas adotadas para o esporte nacional.

Sendo assim, foi determinado que seriam utilizados ciclos olímpicos como “marcos” do período analisado, partindo do ciclo de Pequim 2008 em diante. Nes-

te ponto, vale destacar que o ciclo olímpico compreende os anos anteriores à realização dos Jogos Olímpicos. Portanto, o ciclo de Pequim 2008 corresponde aos anos de 2005 a 2008, por exemplo; enquanto o ciclo de Londres 2012 vai do ano de 2009 até 2012, e assim sucessivamente. Dessa forma, a amostra total do estudo realizado vai de 2005 até 2019, com a ressalva de que alguns dos dados de 2019 ainda não estavam consolidados durante a pesquisa. Já a amostra foram as modalidades olímpicas presentes no programa de provas dos Jogos.

Foi escolhido tratar das modalidades olímpicas no estudo, tendo em vista que os investimentos realizados nelas é mais robusto – considerando, por exemplo, a maior quantidade de recursos repassados pela Lei Agnelo/Piva ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) em relação ao Comitê Paralímpico (CPB) –, além de ter maior quantidade de atletas praticantes e atendidos pelo Programa Bolsa-Atleta. Sendo assim, as políticas para o esporte de alto rendimento, de maneira geral, tendem a ser voltadas aos esportes olímpicos.

E por que começar por 2005? Por se tratar do ano de início do Programa Bolsa-Atleta, uma das políticas públicas mais longevas e considerada bem-sucedida pela Secretaria Especial do Esporte. Sendo um apoio direto ao atleta e uma ação essencial ao desempenho dos atletas, o caminho natural da pesquisa seria considerar os dados já levantados, uma vez que o banco de dados do IE apresenta dados dos mais de 27 mil atletas que receberam bolsa desde 2005.

Diante do financiamento es-

portivo, foram considerados os dados de investimento realizados nas confederações via convênios com o extinto Ministério do Esporte –entre 2005 e 2018 – e atual Secretaria Especial do Esporte, que passou a existir em 2019; além dos recursos destinados via Lei Agnelo/Piva, sendo estes provenientes das Loterias, repassados às confederações pelo Comitê Olímpico do Brasil.

Como forma de avaliar a participação brasileira nos Jogos, foi mapeado o perfil dos atletas que compuseram as delegações brasileiras nos Jogos Olímpicos de Pequim 2008, Londres 2012 e Rio 2016, apontando a média de idade dos atletas e sexo. Enquanto que para verificar os resultados obtidos pelos atletas brasileiros em tais edições dos Jogos, optou-se por listar os resultados de todos os participantes. Dessa forma, seria possível apontar quantas medalhas foram conquistadas, o número de atletas que terminaram entre os 10 primeiros em suas respectivas provas e outras informações das provas disputadas – como quantidade de medalhas em disputa, medalhas conquistadas e demais resultados obtidos.

O mesmo trabalho está em andamento para o ciclo de Tóquio 2020, para que se possa criar uma base comparativa entre os ciclos olímpicos. No entanto, os dados completos referentes a Tóquio ainda não estavam consolidados no momento de escrita deste texto e ainda havia vagas em aberto para atletas brasileiros nos Jogos Olímpicos; mas já foi possível criar um comparativo parcial de algumas informações. Diante disso, foram considerados dados coletados até o mês de fevereiro de 2020.

PERFIL DAS DELEGAÇÕES

Apresentando os dados dos atletas que disputaram as edições olímpicas citadas, foram analisados 984 atletas, ressaltando que alguns deles disputaram mais de uma edição de Jogos Olímpicos. Aqui valendo mais uma ressalva: o Brasil, como país sede dos Jogos Olímpicos de 2016, era detentor de vagas automáticas em diversas modalidades, o

que fez com que o número da delegação saltasse de 252, em Londres 2012, para 460 na Cidade Maravilhosa.

É importante destacar que há uma pequena diferença entre os números oficiais de delegações apontadas pelo resumo de participações olímpicas divulgado pelo COB ao estudo – que levou em conta os livros de resultados dos Jo-

gos Olímpicos, pelo fato de terem sido considerados os atletas que efetivamente disputaram alguma prova, ficando de fora eventuais reservas, que não participam da disputa, mas fazem parte da delegação. Em relação a Tóquio 2020, correspondem aos 152 atletas com vagas já garantidas, de acordo com os critérios de classificação estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional.

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS ATLETAS BRASILEIROS POR SEXO

	Masculino	Feminino	Total
Pequim 2008	143	129	272
Londres 2012	132	120	252
Rio 2016	254	206	460
Tóquio 2020	88	81	176

FIGURA 2 – MÉDIA DE IDADE DOS ATLETAS BRASILEIROS

	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo
Pequim 2008	16	25,4	38	18	26,7	47
Londres 2012	16	26,6	38	19	27,7	43
Rio 2016	16	27,4	54	18	27,7	53

* Até o momento, sete atletas encontram-se indefinidos, por fazerem parte de modalidades mistas, como o hipismo (dados atualizados em 11/03/2020).

Os dados de distribuição por sexo apontaram um certo equilíbrio, mantendo-se próximo aos 52% de homens nos Jogos de Pequim e Londres. No Rio, 55% dos atletas eram do sexo masculino. Mesmo com os dados parciais de Tóquio apontando para a aproximação da distribuição, é provável que o patamar encontrado em Pequim e Londres seja mantido. A expectativa apontada pelo COB é de que o Brasil se aproxime das 300 vagas em Tóquio, tendo o país conquistado até o momento pouco mais da metade prevista.

Quanto à idade, existe semelhança entre homens e mulheres, com a média se mantendo entre 25

e 27 anos, tanto para homens, quanto para mulheres. Notou-se que a idade mínima de 16 anos foi encontrada nas três edições analisadas, sendo esta a menor idade permitida até então – algo que deve mudar para os Jogos de Tóquio, com a entrada do skate, que não terá limite mínimo de idade.

Outro ponto notado foi que os atletas com maior idade defenderam o Brasil em provas de tiro esportivo e hipismo, em sua maioria. Por outro lado, os mais jovens são comuns nas provas de ginástica artística. Também é possível identificar variação de idade média entre uma modalidade e outra, como, por exemplo, as três modalidades da

ginástica tendo média de 21,8 anos; ao passo que o tiro esportivo tem como média 40,9 anos. Os atletas que conquistaram medalhas tinham, em média, 26 anos de idade, dentro da faixa média da própria delegação.

GRÁFICO 3 – MEDALHAS CONQUISTADAS PELA DELEGAÇÃO BRASILEIRA

	Ouro	Prata	Bronze
Pequim 2008	3	4	10
Londres 2012	3	5	9
Rio 2016	7	6	6

OS RESULTADOS ESPORTIVOS

E quando o assunto é medalha, o judô é a modalidade que mais contribuiu para as 53 conquistadas nas três edições dos Jogos Olímpicos analisadas, sendo responsável por 10 delas. Vôlei e Vôlei de Praia, somados, chegam a 11 conquistas. Mas o estudo não se resumiu apenas a conquistas de medalhas.

FIGURA 4 – MEDALHAS DISPUTADAS NOS JOGOS OLÍMPICOS (2008-2020)

	Total de Disputas	Disputas com participação do Brasil	Top 10 Alcançados
	966	181	49
	977	174	60
	971	304	108
	1017	64	

* Considerando 339 eventos previstos no programa de provas.

A partir dos livros de resultados das edições dos Jogos, foram levantados os resultados dos atletas brasileiros. Além disso, observados o número de medalhas que estavam em disputa em cada uma das edições, em quantas destas disputas a delegação brasileira participou; considerando que existem regras de limitação por país de cada uma das modalidades, com algumas provas não podendo ter mais de um atleta por país na disputa da final, por exemplo.

Com o levantamento dos dados, foi determinado quantos atletas ficaram entre os 10 primeiros colocados – chamado de top-10 – em suas respectivas provas. Com isso, é possível avaliar o desempenho das modalidades além da conquista de pódios, observando melhoria ou queda de resultados de uma edição para outra.

Entre as conquistas de top-10, o destaque novamente vai para o judô, por ter conquistado 30 dentre os 41 possíveis, nas três edições dos Jogos. O vôlei de praia também se destacou, com 100% de aproveitamento no quesito, levando os quatro possíveis em cada uma das edições. E é neste ponto que surgem análises interessantes, para além da medalha, como o fato de o atletismo ter conquistado 11 top-10 em 2016, apesar de ter alcançado apenas uma medalha.

Algo semelhante aconteceu nas provas de natação que, embora não se tenha conquistado medalha nos Jogos Olímpicos do Rio, os atletas ficaram entre os dez primeiros colocados em nove provas disputadas – número superior aos sete top-10 nas duas edições anteriores. Na vela,

O Brasil tem chances semelhantes aos Jogos de 2016

oito embarcações terminaram entre os 10 primeiros no Rio, dobrando os resultados obtidos em Pequim 2008 e superando os três obtidos em Londres 2012.

Com esses exemplos, foi possível observar a progressão de resultados da delegação brasileira nos Jogos analisados, com o número de top-10 aumentando no período da amostra selecionada. Também é possível notar a conquista de tais posições em modalidades em que não se obtinha tal nível de resultados, como, por exemplo, na esgrima e no tênis de mesa.

No entanto, também se faz necessário reforçar que os dados dos Jogos Rio 2016 podem apresentar alguma discrepância, pelo fato de o Brasil ter vagas de país sede, mesmo em modalidades onde não costuma ter representantes. A análise aponta que os resultados obtidos em Tóquio podem se apresentar em patamar mais baixo do que no Rio – melhor campanha da história do país –, considerando que a delegação deve ser menor, diminuindo, consequentemente, a participação do Brasil nas disputas.

Vale ressaltar que a entrada das modalidades surf e skate podem fazer com que o resultado brasileiro seja tão bom quanto o do Rio, considerando que o Brasil é referência mundial em ambas as modalidades. Contudo, sendo a primeira participação destas nos Jogos, não há parâmetro anterior para análise.

APOIO E FINANCIAMENTO

Quanto ao financiamento recebido pelas modalidades, o investimento realizado, somando os recursos da Lei Agnelo/Piva e convênios firmados entre o Governo Federal e as Confederações, ultrapassou a marca de R\$ 1 bilhão entre 2005 e 2018 – com o ciclo dos Jogos Olímpicos do Rio tendo o maior investimento, com mais de R\$ 600 milhões.

Fato este explicado, novamente, pelo Brasil ter sido o país sede, tendo assim investimento maciço em infraestrutura e preparação. Com o Plano Brasil Medalhas, programa do Governo Federal, houve um acréscimo de R\$ 1 bilhão ao orçamento do então

Ministério do Esporte, para garantir a realização dos Jogos e dar apoio aos atletas brasileiros. Os resultados apontam que, na parte esportiva, houve sucesso na empreitada. Porém, quando o assunto é legado olímpico, a análise parece ser outra. No entanto, este não foi o objeto do estudo realizado.

Já entre o apoio direto ao atleta, realizado por meio do Bolsa-Atleta, também há grande progressão, tanto no número de bolsas distribuídas, quanto no valor investido. Desde o início do programa até 2016, foram distribuídas mais de 35 mil bolsas para atletas das modalidades presentes no programa de provas dos Jogos Olímpicos, em um investimento de mais de R\$ 500 milhões.

O número de bolsas concedidas aumentou consideravelmente do ciclo de Pequim até o ciclo do Rio, saltando de cerca de três mil bolsas no

primeiro, para cerca de 11 mil no ciclo de Londres e ultrapassando as 20 mil no ciclo do Rio. Quanto aos valores, o salto é semelhante, com o ciclo do Rio representando mais de 60% do valor investido.

Os valores do ciclo do Rio ainda recebem a ajuda da categoria Bolsa Atleta Pódio, criada em 2013 e voltada aos atletas presen-

tes no top-20 do *ranking* mundial de suas respectivas modalidades e com chances de medalha nos Jogos Olímpicos. Com valor mensal consideravelmente mais alto do que as demais categorias, variando entre R\$ 5 mil e R\$ 15 mil ao mês, a categoria Atleta Pódio apresenta custo alto, para atender menos atletas.

FIGURA 5 – BOLSAS E VALORES INVESTIDOS (BOLSA ATLETA, CONVÊNIO E LEI AGNELO PIVA)

	Valor Bolsas por Ciclo	Quantidade de Bolsas por Ciclo	Investimento Lei Agnelo / Piva	Convênio com Confederações
	R\$41.212.999,50	3380	R\$145.583.737,83	R\$871.749,50
	R\$159.497.100,00	10915	R\$254.009.243,97	R\$59.129.512,82
	R\$307.670.956,48	20208	R\$372.015.206,95	R\$238.218.883,86

OLHANDO PARA O FUTURO

Com alguns dados em mãos relativos aos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, já é possível antecipar que o nível de investimento sofrerá queda, ao menos quando se trata de convênios com o Governo Federal. No entanto, é preciso considerar que já não existe necessidade de investimento pesado em relação à infraestrutura, portanto, a queda de recursos pode ser considerada natural.

Os repasses de recursos feitos às confederações via Lei Agnelo/Piva foram muito próximos daqueles que foram transferidos durante o ciclo da Rio 2016 e podem se manter dessa forma, mas só teremos essa certeza após os repasses serem consolidados pelo balanço anual divulgado pelo COB.

O programa Bolsa-Atleta também dá sinais de que poderá manter o nível de apoio, em número de bolsas e de valores investidos. Com os dados entre 2017 e 2019, pode-se perceber que os números encontrados no ciclo de Londres 2012 foram alcançados, faltando ainda um ano no ciclo para atingir o nível de apoio encontrado nos Jogos do Rio.

E, por fim, falando de resultados esportivos, o Brasil tem chances de obter resultados semelhantes aos obtidos nos Jogos do Rio, mesmo com uma delegação provavelmente menor, visto que o investimento realizado nos ciclos anteriores gera repercussão nos ciclos seguintes. Atletas formados durante o ciclo de Londres estão entrando na idade média das delegações no ciclo

de Tóquio. Estes atletas tiveram o benefício dos investimentos realizados em três ciclos, o que não ocorreu no mesmo nível com atletas que disputaram os Jogos de Londres ou até mesmo do Rio.

Sendo o assunto o esporte, é difícil tentar prever resultados, considerando a grande quantidade de variáveis presentes em uma prova, que vão desde condições climáticas, até a preparação psicológica, por exemplo. No entanto, os dados levantados e a comparação deles apontam uma tendência de melhoria de investimento e apoio a cada ciclo, bem como melhoria de resultados, o que leva a crer que bons resultados virão da terra do sol nascente.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Inteligência Esportiva

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GESTÃO E POLÍTICAS PARA O ESPORTE (SIGPE)

Por Suélen Barboza Eiras de Castro



I Seminário Internacional de Políticas Públicas para o Esporte

Com o intuito de divulgar dados científicos, expandir e debater conhecimentos e experiências sobre políticas para o esporte de alto rendimento, o projeto Inteligência Esportiva promoveu quatro seminários internacionais. Estes eventos mobilizaram gestores esportivos, estudantes de graduação, pós-graduação e profissionais de Educação Física e áreas afins, além de especialistas internacionais.

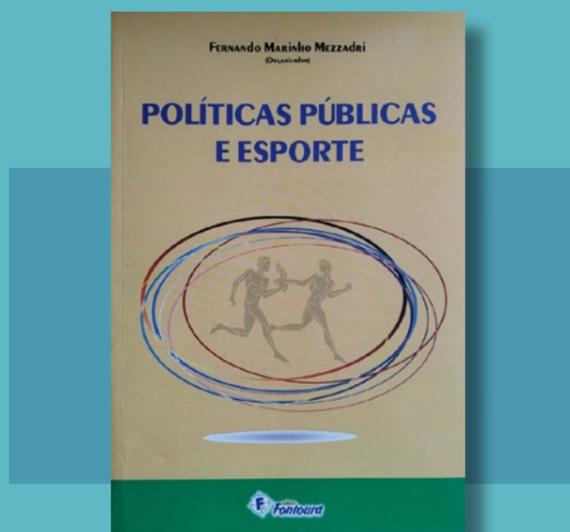
A primeira edição do “Seminário Internacional de Políticas Públicas para o Esporte” ocorreu nos dias 28 e 29 de agosto de 2014, nas dependências do Canal da Música da cidade de Curitiba e totalizou 500 pessoas inscritas. A programação do evento contou com duas conferências, “Análise comparativa do desenvolvimento do esporte de alto rendimento” (Dr. Barrie Houlihan – *Loughborough University*) e “Desenvolvimento do esporte de alto rendimento no Brasil” (Ricardo Leyser); e duas mesas temáticas, “Estudos sobre Políticas do Esporte: temáticas e metodologias” e “Bases Científicas para o mapeamento das Políticas Públicas do Esporte no Brasil”.

O Seminário também contou com o lançamento do livro “Políticas Públicas para o Esporte”, do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas para o Esporte da Universidade Federal do Paraná.

Como fruto das discussões promovidas pelo I Seminário, os gestores públicos de esporte e lazer elaboraram

uma carta aberta na qual, reconhecendo o importante momento do país ao sediar grandes eventos esportivos, subscreveram sugestões de ações para o desenvolvimento do esporte brasileiro. Nesta foi enfatizada a importância do aumento dos investimentos no esporte, a atualização da legislação e a ampliação dos legados esportivos para o país. Os gestores públicos de esporte e lazer se comprometem a defender as pautas levantadas pelo documento e colaborar ativamente na garantia do direito do cidadão ao esporte e lazer, bem como da elevação do padrão esportivo brasileiro.

Na segunda edição, o evento passou a denominar “II Seminário Internacional de Políticas Públicas Para o Esporte de Alto Rendimento” e foi realizado nos dias 24 e 25 de novembro de 2016 nas dependências da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Este Seminário propiciou a discussão de temas emergentes na área das políticas públicas para o esporte de alto rendimento e, também, o lançamento do conjunto de informações referentes ao projeto “Inteligência Esportiva” através da apresentação do Banco de Dados do IE. O evento contou com aproximadamente 280 inscritos e promoveu quatro mesas temáticas: “Gerenciamento e transição entre diferentes fases da carreira esportiva e o papel da Rede Nacional de Treinamento e da academia nestes processos”; “Passagem da etapa da especialização esportiva para a etapa do aperfeiçoamento esportivo”; “A



Livro “Políticas Públicas e Esporte”

Expandir e debater conhecimentos e experiências

transição da etapa do aperfeiçoamento esportivo para a etapa do esporte de alto rendimento”; e “Experiências internacionais de como ocorre a articulação entre as etapas da carreira esportiva e sobre os modelos esportivos no Canadá, Estados Unidos da América e Rússia”.

O “III Seminário Internacional De Políticas Públicas Para o Esporte De Alto Rendimento”, realizado na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, entre os dias 25, 26 e 27 de abril de 2018, contou, pela primeira vez, com a transmissão *on-line*, via *Facebook* e *Youtube*. No total, 1.522 pessoas estavam inscritas no evento nas



II SIPPE: Mesa Temática “a transição da etapa do aperfeiçoamento esportivo para a etapa do esporte”.



Encerramento do II Seminário Internacional de Políticas Públicas para o Esporte de Alto Rendimento

modalidades presencial e à distância. O III Seminário promoveu as conferências “*Sports System and the development of sport*” (Dra. Chris Green – *University of Illinois*), “*Sports System: clubs and entities*” (Dr. Nicolas Delorme – *Université de Bordeaux*), “*The importance of information and knowledge for the development of athletes*” (Dra. Debra Gassewitz – *SIRC*), “*Comparative studies on sport systems*” (Dr. Jürgen Mittag – *University of Cologne*), “*Governance in sports organisations*” (Arnout Geeraert – *Play the Game*); e as mesas temáticas “Rede Nacional de Treinamento”, “Atletas: da formação ao alto rendimento” e “Governança no Esporte”. A transmissão *on-line*, via *Facebook* e *Youtube*, alcançou diferentes estados brasileiros e países, como Portugal, França, Estados Unidos, Espanha, Reino Unido, Chile, Paraguai, Austrália, Romênia, Egito e Israel.

Na sua quarta edição, o evento passou a denominar “IV Seminário Internacional de Gestão e Políticas para o Esporte” e foi realizado na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, nos dias 08, 09 e 10 de maio de 2019. Nesta edição, foram discutidos temas emergentes na área da gestão, da governança, dos sistemas esportivos e das políticas para o desenvolvimento do esporte. Tal como na edição anterior, o evento contou com transmissão *on-line* via *Facebook* e *Youtube* e, pela primeira vez, o seminário promoveu um espaço para a apresentação de trabalhos científicos. Um total de 42 trabalhos foram aprovados para apresentação, em formato oral, pôster e relatos de experiência.

Foram realizadas três conferências, “*Democracy, governance, policy networks and sport*” (Dra. Simona Kustec-Lipicer – *University of Ljubljana*), “Temas emergentes que impactam na gestão das entidades esportivas” (Maria Paula Gonçalves da Silva – “*Magic Paula*”) e “*A socio-ecological perspective on sport policy, sport facilities and sport participation*” (Dr. Remco Hoekman – *Mulier Instituut*); e três mesas temáticas, “Coleta de dados e Avaliação em políticas públicas do Esporte”, “A gestão de entidades de administração do esporte de alto rendimento no Brasil” e “Gestão pública do esporte”. Presencialmente, 224 pessoas participaram do evento, e a transmissão *online* alcançou diferentes estados brasileiros e países como Portugal, Austrália, Índia.

O IV Seminário também contou com o lançamento de três livros: “Introdução à Sociologia do Esporte”, de autoria de Wanderley Marchi Júnior, Bárba-

ra Schausteck de Almeida, Juliano de Souza; “Políticas públicas na educação física”, de autoria de Fernando Augusto Starepravo, Vânia de Fátima Matias de Souza; e “Educação física, esportes e corpo: uma viagem pela história”, de autoria de André Mendes Capraro, Maria Thereza Oliveira Souza.

A realização das quatro edições do Seminário Internacional contou com o apoio e parceria de diferentes entidades do setor público e privado, dos quais destacamos o Ministério da Cidadania, Prefeitura Municipal de Curitiba, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Pontifícia Universidade Católica (PUCPR), UNIBRASIL Centro Universitário, Centro Universitário Internacional (UNINTER), Fundação Unicesumar, Instituto Paranaense de Ciência do Esporte (IPCE), Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, Centro Esportivo Virtual (CEV), Associação Brasileira de Gestão do Esporte (ABRAGESP), Sou do Esporte. O conteúdo de todas as conferências e mesas encontra-se disponibilizado no canal do *Youtube* do Inteligência Esportiva.

Importância do aumento dos investimentos no esporte



IV Seminário Internacional de Gestão e Políticas para o Esporte



III SIPPE: Apresentação de dados do Projeto Inteligência Esportiva



Mesa de abertura do IV Seminário Internacional de gestão e Políticas para o Esporte

Acesse os resumos dos trabalhos apresentados no IV Seminário Internacional de Gestão e Políticas para o Esporte



Assista aos vídeos de todas as edições do seminário internacional



SIGA-NOS EM NOSSAS REDES SOCIAIS



Instituto de Pesquisa
INTELIGÊNCIA ESPORTIVA



facebook/instagram/twitter: @ieufpr

SIMPÓSIO DE GOVERNANÇA EM ORGANIZAÇÕES DO ESPORTE (SGOE)

Por Sabrina Furtado



Sr. Antônio Ruy Costa Júnior, III SGOE, Fortaleza-CE, outubro de 2019

O Simpósio de Governança em Organizações do Esporte (SGOE) é um evento realizado semestralmente pelo Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva, de forma itinerante pelas diversas regiões do país. O evento tem como objetivo fomentar a discussão acerca da necessidade de profissionalização no âmbito das entidades de administração do esporte brasileiro, bem como estimular o desenvolvimento de boas práticas de governança por parte destas entidades. Através da realização desta ação, a equipe do IE busca articular a produção e socializar os conhecimentos científicos e tecnológicos necessários,

aliados à formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento do esporte.

Para a realização dos eventos, o IE conta com parceiros que atuam no âmbito da governança em organizações esportivas e possuem experiência na área para proferirem palestras para o público participante, e realizarem debates entre si. Até a última edição, o evento contou com a participação de membros da instituição dinamarquesa *Play The Game*, representantes da Secretaria Especial do Esporte, do Inteligência Esportiva e do Comitê Olímpico do Brasil.

Também é realizado durante o evento um *workshop*, a fim de propiciar aos participantes uma imersão na temática da governança, trocando experiências com demais gestores, e prototipando soluções para casos encontrados no dia a dia dentro de suas instituições. No *workshop*, os conceitos relacionados à governança esportiva – transparência, equidade, prestação de contas, integridade institucional e modernização – são trabalhados de forma aprofundada, contextualizando a teoria com a vivência nas instituições de gestão do esporte no Brasil.

Também nos *workshops*, os gestores têm a oportunidade de vivenciar através de uma oficina prática, a interpretação dos conceitos de governança, utilizando os mesmos para a resolução de problemas experimentados nos diferentes tipos de instituições esportivas (ONGS, Clubes, Confederações, Federações). Os *workshops* são uma ferramenta de trabalho que vem apresentando resultados positivos ao longo dos



Sra. Paula Shalders Neri, II SGOE, Florianópolis-SC, março de 2019

seminários. Tal estratégia traz à luz problemas enfrentados por gestores esportivos no cotidiano de suas instituições que, ao serem discutidos de forma conjunta, apresentam soluções inovadoras e benéficas para todos.

O público-alvo do evento são gestores de entidades de administração do esporte como: confederações, federações, clubes e outros entes ligados à gestão destas entidades. Também participaram dos eventos

realizados, acadêmicos e professores ligados ao esporte e à gestão de entidades esportivas. Ao todo, durante as três edições do evento, foi possível atingir um público de cerca de 180 pessoas ligadas à gestão de entidades esportivas.

Até o momento, foram realizadas três edições do evento, em regiões distintas do país, a fim de proporcionar a disseminação do conhecimento para gestores de

Fomentar a discussão sobre a profissionalização nas entidades de administração do esporte brasileiro

diferentes localidades. A primeira edição do evento foi realizada no Rio de Janeiro-RJ, em novembro de 2018, com a temática: *Governança em entidades do esporte no Brasil e no mundo*. Em março de 2019, aconteceu em Florianópolis-SC a segunda edição, com o tema: *Impacto das boas práticas de governança nas entidades do esporte no Brasil*. E, em outubro de 2019, a terceira edição em Fortaleza-CE, trazendo como foco: *As boas práticas de governança para o desenvolvimento do esporte brasileiro*.

A temática da governança em entidades esportivas está em constante evolução no país. Ainda que recente, a adoção de boas práticas de governança por estas instituições vem se fortalecendo. Também a legislação relativa ao esporte no país vem estimulando as entidades de gestão do esporte a tornarem-se cada vez mais transparentes e íntegras, o que tem contribuído de forma substancial com a discussão. Dessa forma, a realização dos Simpósios de Governança busca levar até os gestores destas instituições o suporte teórico e técnico necessário para o entendimento e aplicação da governança nas entidades. Por meio da troca de conhecimento com profissionais de diferentes áreas, o evento busca evidenciar a importância da adoção de boas práticas de governança pelas entidades esportivas, bem como a necessidade de capacitação dos recursos humanos que atuam nestas instituições.

O Inteligência Esportiva objetiva continuar com esta ação, ampliando a abrangência do evento para outras regiões do país, podendo, assim, beneficiar um maior número de instituições e, consequentemente, de gestores esportivos.



Participantes do II Simpósio de Governança em Organizações Esportivas (II SGOE), Florianópolis-SC, 2019



Workshop: Vetores da Governança em Organizações Esportivas (I SGOE), Rio de Janeiro-RJ, novembro de 2018

Acesse ao III Simpósio de Governança em Organizações do Esporte



SITE Inteligência Esportiva

Por Natasha Santos Lise

O site Inteligência Esportiva, disponível no endereço www.inteligenciaesportiva.ufpr.br, tem como objetivo funcionar como uma plataforma de pesquisa, por meio do acesso ao banco de dados, bem como de divulgação das ações do Instituto. Vamos dar uma voltinha pela página?

Entre as abas principais, algumas ainda estão em construção, porém, já é possível acessar várias informações. Como por exemplo, na aba “Sobre”, podemos verificar os objetivos e a que se refere o Projeto Inteligência Esportiva (IE). É possível, ainda, ter acesso a um breve resumo das principais ações e objetivos dos subprojetos que compõem o IE.

FIGURA 1 – ABA “SOBRE” DO SITE



Fonte: <http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/sobre/>

Percebam que, no canto superior direito da imagem acima, há um campo para “login” e “senha”, que está ali exatamente para que nossos pesquisadores entrem no sistema e atualizem nosso banco de dados – uma necessidade constante da pesquisa.

Você também pode clicar na aba “Equipe” e ver quem somos nós e quais nossas respectivas funções no Projeto. É importante destacar que, atualmente, todos os pesquisadores

do Projeto Inteligência Esportiva fazem parte do Instituto homônimo.

Continuando nosso passeio pela página, chegamos a mais duas abas. A primeira delas é a aba “Subprojetos”, em que você pode escolher entre três opções – Inteligência Esportiva, História do Esporte e Levantamento da Produção Nacional. Grande parte dos dados levantados pelos subprojetos do IE estão armazenados no banco de dados. Porém, os dados de cunho mais qualitativo – como o levantamento históri-

co das modalidades olímpicas e paralímpicas (História do Esporte); o levantamento de teses, dissertações, artigos e livros publicados sobre o esporte (Levantamento da Produção Nacional); bem como toda a produção científica, resultante das pesquisas que vem sendo realizadas (Inteligência Esportiva) – precisavam ser armazenados em outro lugar. Por isso, esta aba contempla textos e publicações acadêmicos, que você pode ler a qualquer hora.

FIGURA 2 – ABA “SUBPROJETOS” DO SITE



Fonte: <http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/producao/>

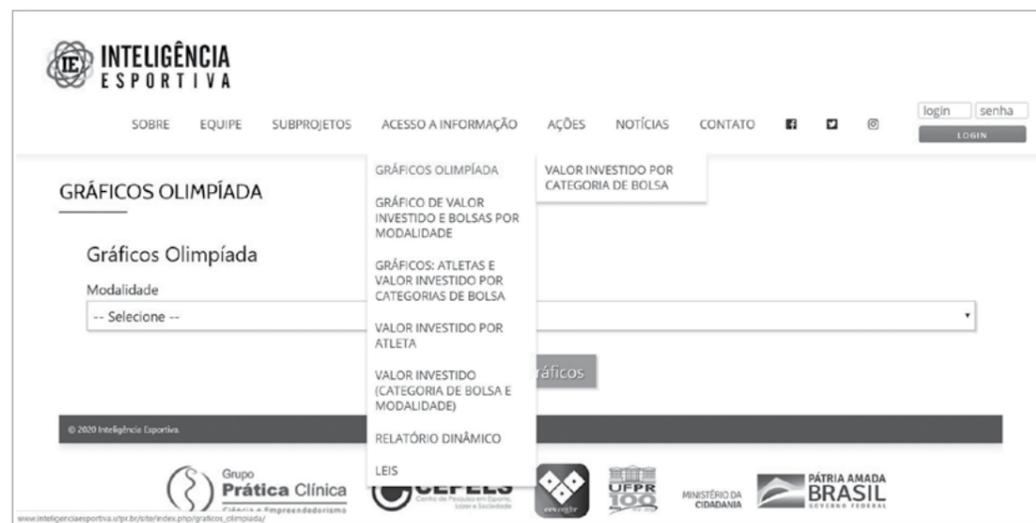
A última aba, porém a mais importante de todas, é a de “Acesso à Informação”. É a mais importante, porque é onde todos os dados já coletados e organizados pelos pesquisadores do Inteligência Esportiva estão disponíveis para consulta pública. Ou seja, qualquer pessoa com acesso à internet pode gerar relatórios com cruzamento

de dados, gráficos ou investigar os valores de bolsa por modalidade e/ou atleta. É aqui que todo o nosso trabalho, desde 2013, fica público para a população em geral!

Quer mais detalhes? Vamos lá!
Primeiramente, é possível escolher entre sete sub-abas, conforme mostra a figura abaixo. São

elas: “Gráficos Olimpíada” (com a opção de ver o valor investido por categoria de bolsa), “Gráfico de valor investido e bolsas por modalidade”, “Gráficos: atletas e valor investido por categoria de bolsa”, “Valor investido por atleta”, “Valor investido (categoria de bolsa e modalidade)”, “Relatório dinâmico” e “Leis”.

FIGURA 3 – ABA “ACESSO À INFORMAÇÃO” DO SITE



Fonte: http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/graficos_olimpiada/

Na sub-aba 1, gráficos olimpíada, você poderá gerar gráficos específicos para cada modalidade

FIGURA 4 – SUB-ABA “GRÁFICOS OLIMPÍADA” DO SITE



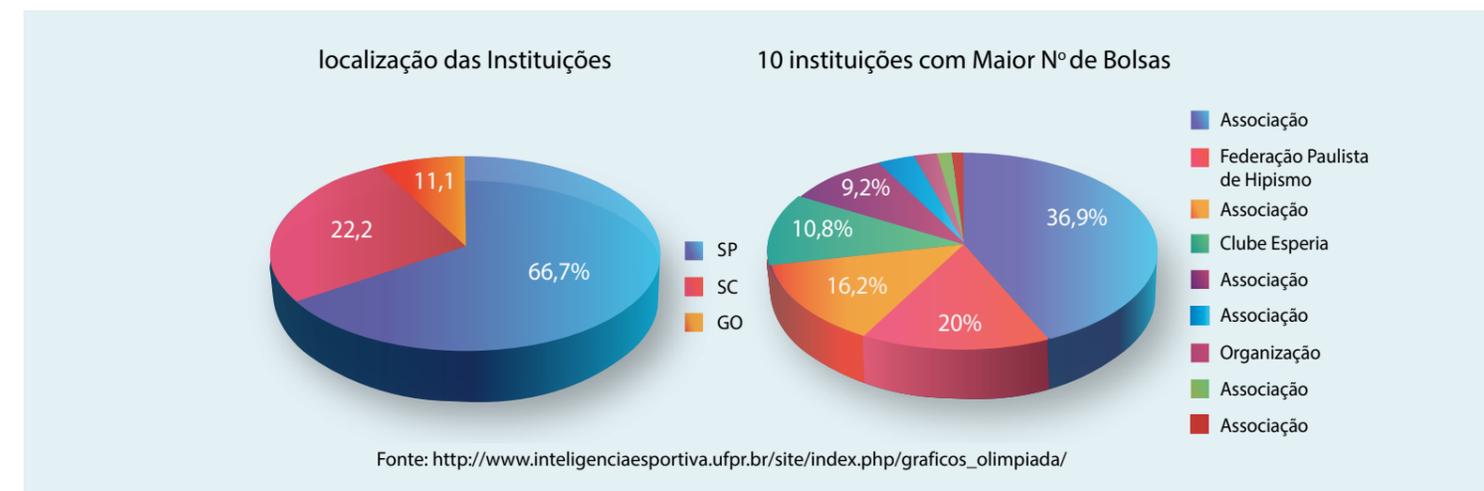
Fonte: http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/graficos_olimpiada/

Ao selecionar a modalidade e clicar em “Gerar Gráficos”, você terá acesso ao número de instituições que desenvolvem a modalidade

de investigada, qual a localização dessas instituições, quantas bolsas e atletas possuem. Na imagem abaixo, estão as informações sobre

o basquete em cadeira de rodas. O mesmo pode ser feito para atletismo, canoagem e muitas outras modalidades.

FIGURA 5 – SUB-ABA “GRÁFICOS OLIMPÍADA” DO SITE



Fonte: http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/graficos_olimpiada/

Nº de Atletas por Instituição		
Instituição	Cidade - Estado	Nº de Atletas
CLUBE ESPERIA	São Paulo - SP	1
ASSOCIACAO DOS DEFICIENTES FISICOS DO ESTADO DE GOIAS (ADFEGO)	Goiânia - GO	1
ORGANIZACAO PARA O MOVIMENTO E O DESPORTO ADAPTADO (OMDA)	Florianópolis - SC	1
ASSOCIACAO SANTISTA PARADESPORTIVA	Santos - SP	1
ASSOCIACAO DE APOIO AS FAMILIAS DE DEFICIENTES FISICOS (AFADFI)	Balneário Camboriú - SC	1
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) - MAUÁ	Mauá - SP	1
ASSOCIACAO SUZANENSE DE BEISEIBOL E SOFTBOL (ASBS)	Suzano - SP	1
FEDERACAO PAULISTA DE HIPISMO	São Paulo - SP	1
ASSOCIACAO DESPORTIVA PARA DEFICIENTES (ADD)	São Paulo - SP	1
		9

Fonte: http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/graficos_olimpiada/

Em paralelo a essas informações, é possível ter acesso, também, ao montante total de recursos investidos por categoria de bolsa, bem como ao número de atletas beneficiados em cada categoria.

FIGURA 6 – SUB-ABA “VALOR INVESTIDO POR CATEGORIA DE BOLSA” DO SITE

Relatório de Valor Investido por Categoria de Bolsa

Ano:

Categoria de Bolsa	Nº Atletas	Valor Investido
NACIONAL	19659	R\$ 463.883.963,00
INTERNACIONAL	7991	R\$ 328.371.286,00
ESTUDANTIL	2993	R\$ 16.542.656,00
BASE	1929	R\$ 9.556.860,00
OLIMPICA	1036	R\$ 124.393.300,00
PODIO	512	R\$ 152.658.000,00
TOTAL	34320	R\$ 1.095.406.065,00

Fonte: http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/bolsa_categoria/

São muitas informações, não é mesmo? Tudo isso está disponível apenas na primeira sub-aba.

Na sub-aba 2, que se refere ao valor investido e quantidade de bolsas por modalidade, você também

pode criar os gráficos de acordo com as modalidades de interesse; sendo possível, inclusive, comparar duas ou mais modalidades.

FIGURA 7 – SUB-ABA “GRÁFICO DE VALOR INVESTIDO E BOLSAS POR MODALIDADE” DO SITE

GRÁFICO DE VALOR INVESTIDO E BOLSAS POR MODALIDADE

Gráfico de Valor Investido e Bolsas por Modalidade

Selecione as modalidades para comparação

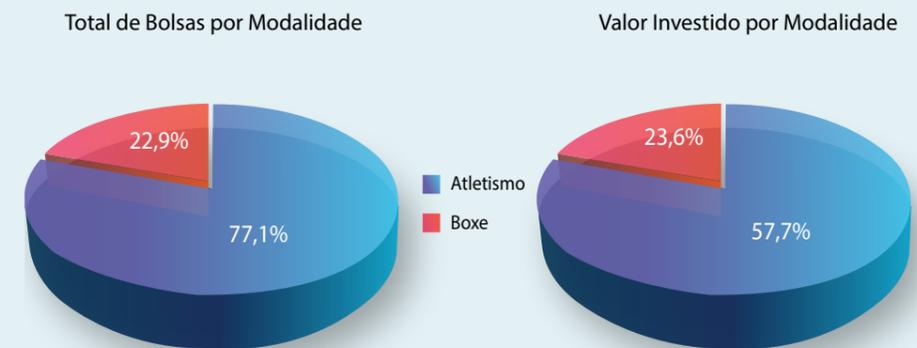
[Deselecionar todas](#)

- ADESTRAMENTO PARA EQUESTRE
- AEROMODELISMO
- AQUATHLON
- ATLETISMO
- ATLETISMO - AVENTURA
- ATLETISMO - CORRIDA DE RUA
- ATLETISMO - CROSS COUNTRY
- ATLETISMO - MONTANHA
- ATLETISMO PARALIMPICO
- AUTOMOBILISMO
- AUTOMOBILISMO - TRUCK
- BADMINTON
- BALONISMO
- Baseball
- Basquete 3x3

Fonte: http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/grafico_bolsas_modalidade/

FIGURA 8 – GRÁFICO COMPARATIVO ENTRE ATLETISMO E BOXE

Gráfico de Valor Investido e Bolsas por Modalidade



Fonte: http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/grafico_bolsas_modalidade/

Nas imagens acima, é possível identificar algumas das opções de modalidades que podem ser selecionadas; e uma comparação entre as modalidades atletismo e boxe, a título de exemplo. A partir da comparação, é possível inferir qual modalidade possui mais atletas bolsistas, bem como o investimento disponível

para cada esporte. Importante destacar que este investimento se refere ao valor total de bolsas concedidas por modalidade, de acordo com os valores de cada categoria (Atleta Nacional: R\$ 925,00. Atleta Internacional: R\$ 1.850,00. Atleta Olímpico e Paralímpico: R\$ 3.100,00; Atleta Pódio: até R\$ 15.000,00).

Além disso, na sub-aba 3 – “Atletas e valor investido por categoria de bolsa” –, podemos ver o número de atletas contemplados em cada categoria de bolsa, bem como o valor total investido, para garantir esse número de bolsas em cada uma das categorias.

FIGURA 9 – SUB-ABA “ATLETAS E VALOR INVESTIDO POR CATEGORIA DE BOLSA” DO SITE

Gráfico: Atleta e Valor Investido por Categorias de Bolsa



Fonte: http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/grafico_bolsas_modalidade/

A quarta sub-aba, “Valor investido por atleta”, traz as informações individuais de cada atleta beneficiado pelo Programa Bolsa-Atleta. São pouco mais de 24 mil atletas cadas-

trados, sendo possível pesquisar, além do nome e sexo, região do país onde nasceu o atleta, quantas bolsas recebeu e qual o valor total dessas bolsas, ao longo de sua carreira es-

portiva. Caso você queira pesquisar por algum atleta, basta buscar por nome, modalidade, tipo de bolsa e/ou ano de interesse, conforme mostra a imagem abaixo. Fácil, não é mesmo?

FIGURA 10 – SUB-ABA “VALOR INVESTIDO POR ATLETA” DO SITE

Atleta	Sexo	Região	Nº Bolsas	Valor Investido
AARON ALEXANTHER CODINA VIVANCO	MASCULINO	SUDESTE (SP)	1	R\$ 11.100,00
AARON ANDRADE POSSAN	MASCULINO	SUL (RS)	1	R\$ 4.440,00

Fonte: http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/grafico_bolsas_atletas/

FIGURA 11 – SUB-ABA “VALOR INVESTIDO POR CATEGORIA DE BOLSA E MODALIDADE” DO SITE

Modalidade	Categoria	Nº de Atletas	Nº de Bolsas	Valor Investido
ADESTRAMENTO PARAEQUESTRE	INTERNACIONAL	11	22	R\$ 450.600,00
ADESTRAMENTO PARAEQUESTRE	NACIONAL	20	60	R\$ 632.400,00
ADESTRAMENTO PARAEQUESTRE	OLIMPICA	5	39	R\$ 1.400.400,00
ADESTRAMENTO PARAEQUESTRE	PODIO	2	2	R\$ 276.000,00
AEROMODELISMO	NACIONAL	4	5	R\$ 45.000,00
AQUATHLON	INTERNACIONAL	2	2	R\$ 36.000,00

Fonte: http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/bolsas_modalidade/

A sub-aba 5, “Valor investido por categoria de bolsa e modalidade”, é possível ter acesso em cada uma das modalidades esportivas, a quantos atletas foram beneficiados

em cada categoria de bolsa; o número de bolsas por modalidade; e o montante investido para mantê-las ativas. Assim como nas demais sub-abas, aqui também é possível filtrar

a busca, selecionando a modalidade sobre a qual se quer saber ou quanto foi investido em determinado ano, por exemplo. A imagem a seguir dá uma ideia sobre esse tipo de busca.

FIGURA 12 – SUB-ABA “LEIS” DO SITE

Nº	Assuntos	Tipo de Norma	Nível	Data de Publicação	Estado	Cidade	Link/Arquivo
809.2011/2011	Norma Administrativa	Ato	Estadual	20/12/2011	PE	Pernambuco	Visualizar
9.197/2010	Estrutura Administrativa	Decreto	Estadual	30/12/2010	PR		Visualizar
3.459/2011	Norma Administrativa/Política	Decreto	Estadual	13/12/2011	PR	Peraná	Visualizar

Fonte: <http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/leis/>

Seguindo adiante, temos as sub-abas 6 e 7, “Relatório Dinâmico” e “Leis”, respectivamente. Assim como nas sub-abas anteriores, ao pesquisar sobre as leis relacionadas ao esporte, é possível usar filtros, que tornarão mais ágil a sua busca. Como na imagem abaixo:

Quanto ao “Relatório Dinâmico”, é possível selecionar quais informações você gostaria que aparecesse no relatório – daí a terminologia “dinâmico” atrelada. Além disso, pode clicar e arrastar os itens, de forma a ordená-los da forma como preferir. Ao final, você pode escolher se quer o relatório no formato Excel ou em Html.

FIGURA 13 – SUB-ABA “RELATÓRIO DINÂMICO” DO SITE

Fonte: <http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/relatorio-dinamico/>

Agora que você já sabe de todas as abas do site Inteligência Esportiva, que tal fazer uma visita à página e navegar você mesmo por ela?

Acesse a página do Inteligência Esportiva



CANAL INTELIGÊNCIA ESPORTIVA (YOUTUBE)

Por André Marsiglia Quaranta

O canal Inteligência Esportiva no *YouTube* foi criado em abril de 2018, para realizar a transmissão *on-line* do III Seminário Internacional de Políticas Públicas para o Esporte. Levando em consideração que o projeto Inteligência Esportiva (IE) produz conhecimento sobre o esporte nacional desde o ano de 2013, o canal auxilia na disseminação de conteúdo próprio do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE), para além do universo acadêmico, possibilitando alcançar o maior número de pessoas interessadas pelo esporte, entre elas: atletas, gestores, técnicos, professores e interessados pela temática em geral.

Com aproximadamente 600 inscritos, o Canal Inteligência Esportiva conta com *listas de reprodução* audiovisual distintas, comportando: as quatro edições

do Seminário Internacional; o 3º Simpósio de Governança em Organizações Esportivas; palestras; audiências públicas; apresentação de trabalhos com dados do Inteligência Esportiva em eventos científicos.

Todo o conteúdo dos seminários internacionais (2014/2016/2017/2018) desenvolvidos pelo IE encontram-se disponibilizados em 28 vídeos, entre mesas e conferências realizadas, totalizando aproximadamente 40 ho-

FIGURA 1 – CANAL INTELIGÊNCIA ESPORTIVA (YOUTUBE)



Fonte: <https://www.youtube.com/InteligênciaEsportiva>

FIGURA 2 – CONFERÊNCIA “DEMOCRACY, GOVERNANCE, POLICY NETWORKS AND SPORT”, PROFERIDA PELA DRA. SIMONA KUSTEC-LIPICER, DA UNIVERSIDADE DE LJUBLJANA (ESLOVÊNIA)



Fonte: <https://www.youtube.com/InteligênciaEsportiva>

ras. A partir da terceira edição, em 2017, o evento passou a ser transmitido *online* pela TV UFPR, tanto pelo canal como, também, pela página oficial do IE no *Facebook*.

Outra ação desenvolvida pelo IE, presente no canal, trata-se do Simpósio de Governança em Organizações do Esporte, cuja terceira edição, realizada no dia 25 de outubro de 2019 na cidade de Fortaleza/CE, em parceria com o Grupo de Estudos em Cultura, Esporte e Lazer (GECEL) e o Instituto Federal do Ceará (IFCE), é possível acessar o seu conteúdo completo.

Em maio de 2015, a partir de uma parceria firmada pelo IE, o professor emérito do Departamento de Sociologia da *University of Colorado Colorado Springs* (UCCS), Ph.D. Jay Coakley, ministrou a disciplina

Alcançar o maior número de pessoas interessadas no esporte

Tópicos Especiais em Esporte, Lazer e Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (PPGEDF/UFPR). Na ocasião, o professor Coakley desenvolveu temáticas sobre estudos sociológicos do esporte, baseado em sua obra *Sport in Society: issues and controversies*. Todas as seis aulas do curso, organizadas em nove vídeos, podem ser acessadas em *playlist* específica.

Também encontram-se hospedadas no canal, as discussões de dois eventos importantes: a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho para a criação do Sistema Nacional do Esporte, ocorrido no dia 21 de maio de 2015; e o seminário “Sistemas públicos nacionais e modelos esportivos internacionais”, realizado no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, nos dias 23 e 24 de junho de 2015 em Brasília.

Outra *playlist* criada se propõe a recolher audiências públicas que tenham relação com o desenvolvimento do esporte nacional, como por exemplo a que foi realizada no dia 10 de junho de 2019 (exibida pela TV Câmara), que teve como tema “Discussão e análise da Lei nº 10.891, de 09.07.2004, que institui o Programa Bolsa Atleta”.

Finalizando, o Canal Inteligência Esportiva no *YouTube* se configura como um espaço propício para

FIGURA 4 – DISCIPLINA TÓPICOS ESPECIAIS EM ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO, MINISTRADA PELO PROFESSOR PH.D. JAY COAKLEY (UCCS)



Fonte: <https://www.youtube.com/InteligênciaEsportiva>

FIGURA 3 – III SIMPÓSIO DE GOVERNANÇA EM ORGANIZAÇÕES DO ESPORTE (SGOE)



Fonte: <https://www.youtube.com/InteligênciaEsportiva>

apresentar à comunidade em geral aquilo que tem sido desenvolvido pelo IPIE, bem como discussões pertinentes ao desenvolvimento do esporte brasileiro. O canal possibilita que, no futuro, apresentações de trabalhos, palestras, defesas de monografias, dissertações e teses, também possam estar disponíveis, maximizando a publicização e comunicação das ações que envolvam o Inteligência Esportiva.

FIGURA 5 – AUDIÊNCIA PÚBLICA: DISCUSSÃO E ANÁLISE DA LEI Nº 10.891/2004, QUE INSTITUI O PROGRAMA BOLSA-ATLETA



Fonte: <https://www.youtube.com/InteligênciaEsportiva>

..... PARTICIPAÇÃO DO IE em EVENTOS ◀

Por Isabelle Plociniak Costa



1. Os pesquisadores Thiago de Oliveira Santos (imagem superior), Ana Paula Cabral Bonin Maoski (imagem à esquerda) e Carla Cristina Tagliari com Thiago de Oliveira Santos (imagem à direita) no 9º Congresso Brasileiro de Gestão do Esporte (ABRAGESP) na cidade de Fortaleza (CE) em setembro de 2018.

2. Em ordem da esquerda para direita, os pesquisadores Wanderley Marchi Júnior, Carla Cristina Tagliari, Fernando Marinho Mezzadri, Taiza Daniela Seron Kiouranis e Philippe Rocha de Camargo no 15º *European Association for the Sociology of Sport (EASS) Conference* em maio de 2018.

3. As pesquisadoras Carla Cristina Tagliari e Natasha Santos Lise apresentaram os resultados do Inteligência Esportiva, em dezembro de 2018, na cidade de Arhem (Holanda) no Centro Olímpico de Treinamento, onde aconteceu o *Encontro Policy and Politics of Sport (POLIS)*.



4. Os coordenadores Núcleo Brasília, João Moretti e Monique Andrade, no stand da Secretaria Especial do Esporte do XXI CONBRACE/VIII CONICE em setembro de 2019 na cidade de Natal-RN.

5. Equipe do Inteligência Esportiva (da esquerda para direita: Fernando Renato Cavichioli, João Victor Moretti de Souza, Thiago de Oliveira Santos, Natasha Santos Lise, Sabrina Furtado, Fernando Marinho Mezzadri e Monique Andrade Ramalho) no encerramento do I Simpósio de Governança em Organizações do Esporte (SGOE) – Esporte para Líderes, no mês de novembro de 2018, na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

6. Equipe do Inteligência Esportiva (João Victor Moretti de Souza, Natasha Santos Lise, Monique Andrade Ramalho, Fernando Renato Cavichioli, Sabrina Furtado e Philippe Rocha de Camargo) no III Simpósio de Governança em Organizações do Esporte (SGOE), na cidade de Fortaleza-CE, em outubro de 2019.



7. A pesquisadora Fabiana Della Giustina dos Reis entrevistou, em outubro de 2019, a atleta de judô Rafaela Silva, campeã dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.



8. O pesquisador Gustavo Bavaresco apresentando trabalho no *3rd World Association for Sport Management World Conference*, em outubro de 2019 no Chile.



9. A pesquisadora Isabelle Plociniak Costa apresentando trabalho no XI Congresso Internacional de Educação Física e Motricidade Humana e Simpósio Paulista de Educação Física na cidade de Rio Claro-SP, em junho de 2019.



10. O pesquisador Jonathan Rocha de Oliveira recebeu o prêmio de melhor artigo apresentado no XVI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo, em setembro de 2019.



11. A pesquisadora Mayara Torres Ordonhes acompanhou, nos dias 3 a 7 de setembro de 2019, na cidade de Curitiba-PR, os atletas Leonardo de Deus, Etiene Medeiros, Guilherme Costa no Troféu José Finkel.



12. A pesquisadora Pauline Iglesias Vargas entrevistou, em julho de 2019, os atletas da Ginástica Artística Arthur Nory, Arthur Zanetti e Francisco Barreto Junior antes da participação nos Jogos Pan-Americanos em Lima, no Peru.





13. A pesquisadora Nathalia Lutt Lourenço acompanhou, em agosto de 2019, os atletas do Vôlei de Praia: Alison Cerutti e Álvaro Filho.



14. O pesquisador André Felipe Caregnato ao lado do orientador Fernando Renato Cavichioli no "Prêmio Curta Ciência" em dezembro de 2019, o qual, reconhece o mérito acadêmico das teses e dissertações defendidas no âmbito dos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná.



15. Presença da equipe do Inteligência Esportiva (Natasha Santos Lise, João Victor Moretti de Souza, Fernando Renato Cavichioli, Monique Andrade Ramalho, Sabrina Furtado, Thiago Santos e Fernando Marinho Mezzadri) no Prêmio Sou do Esporte, em novembro de 2018



19. A pesquisadora Natasha Santos Lise na I Conferência Municipal de Esportes na cidade de Mariana-MG, em outubro de 2019. Na ocasião, o Inteligência Esportiva recebeu um prêmio de promotor do esporte.



um prêmio de promotor do esporte.

20. Taiza Daniela Seron Kiouranis apre-



sentando o trabalho no *World Congress of Sociology of Sport (ISSA)* em Lausanne, em junho de 2018.

21. A pesquisadora Barbara Schausteck de Almeida, Juliano de Souza, Taiza Daniela Seron Kiouranis, Wanderley Marchi Júnior, Kátia Bortolotti Marchi e Leila Salvini no



setembro de 2018.

16. Os pesquisadores Natasha Santos Lise, Mayara Torres Ordonhes, Suelen Barboza Eiras de Castro, Gustavo Elias Zaniol e Fernando Augusto Starepravo no VI Congresso Latino-Americano de Estudos Socioculturais do Esporte em Ribeirão Preto-SP, em

17. Os pesquisadores Suelen Barboza Eiras de Castro, Ricardo Sonoda Nunes e André Marsiglia Quaranta no VI Congresso Latino-Americano de Estudos Socioculturais do

Esporte em Ribeirão Preto-SP, em setembro de 2018.

18. O coordenador Fernando Marinho Mezzadri ao lado dos professores Chris Snyder (*Director, Coaching & Coaching Education USOPC*); Elizabeth Daniels (*University of Colorado Springs*); e Peter Donnelly (*University*



VI Congresso Latino-Americano de Estudos Socioculturais do Esporte em Ribeirão Preto-SP, em setembro de 2018.

22. O professor Wanderley Marchi Júnior no *World Congress of Sociology of Sport (ISSA)* em Dunedin na Nova Zelândia, em abril de 2019.



23. Luiz Gustavo Nascimento Haas e Thiago de Oliveira Santos participaram do seminário público relacionado ao *National Sports*



Governance Observer organizado pelo *Play the Game* na cidade de Leuven na Bélgica, em novembro de 201

24. Vitor da Cruz Melo, Monique Ramalho e Philippe Rocha de Camargo no 10º Congresso Brasileiro de Gestão do Esporte (CBGE), que ocorreu na cidade de São Paulo-SP, em setembro de 2019.





COORDENADORES

André Mendes Capraro
Fernando Marinho Mezzadri
Fernando Renato Cavichioli
Wanderley Marchi Júnior

DISCENTES

Amanda Maria Dias das Chagas
André Marsiglia Quaranta
Carla Cristina Tagliari
Claudia Marques de Miranda
Fabiana Della Giustina dos Reis
Gustavo Bavaresco
Gustavo Elias Zaniol
Isabelle Plociniak Costa
Jonathan Rocha de Oliveira
Kelly Weber Fagundes
Kelwin Santos da Cruz
Marcelo Oliveira Leite
Maria Luíza Ziareski
Maria Thereza Souza
Mayara Torres Ordonhes
Natasha Santos Lise
Natalia Bittencourt Junghans
Nathalia Lutt Lourenço
Pauline Peixoto Iglesias Vargas
Philippe Rocha de Camargo
Renata Milena Lachovicz
Sabrina Furtado
Suélen Barboza Eiras de Castro
Taiza Daniela Seron Kiouranis
Victoria Regina Zagonel Cabreira



DOCENTES

Ana Paula Cabral Bonin Maoski
André Luiz Felix Rodacki
Marcelo Moraes e Silva
Marco Antonio Ribas Cavalieri
Ricardo João Sonoda Nunes

NÚCLEO BRASÍLIA

Andressa Oliveira da Cruz
Daiane Alves de Souza
João Victor Moretti de Souza
Lucas Oliveira Chagas
Ludmyla Adriana Lira
Monique Andrade Ramalho
Odorico Andrade de Vaconcelos
Sabrina Mendes de Souza
Vitor da Cruz Melo

PESQUISA E TECNOLOGIA

Alcion Alves da Silva
Felipe Correa Fiori
Guilherme Simi Mueller
Jean Carlos Rodrigues
Jhonny Ivair de Lima Maciel
Matheus Rodrigo Marzola Leite
Nickolas Menezes da Silva

TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Kátia Bortolotti Marchi
Rodrigo Waki



Conheça os
números anteriores
**da Revista Inteligência
Esportiva.**



 **Imprensa**
UFPR

contribuindo com a difusão do conhecimento

Esta publicação foi impressa na Imprensa da Universidade Federal do Paraná,
em Piraquara, no mês de junho de 2020

um universo de
informações
sobre o esporte



REVISTA Nº 1 - 2016



REVISTA Nº 2 - 2018

 Instituto de Pesquisa
**INTELIGÊNCIA
ESPORTIVA**



Instituto de Pesquisa
**INTELIGÊNCIA
ESPORTIVA**

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA
Coordenação do Programa de Pós-graduação em Educação Física
Novo Edifício do Departamento de Educação Física
Universidade Federal do Paraná
Avenida Coronel Francisco Heráclito dos Santos, 100
Caixa Postal 19031 – Campus Centro Politécnico
CEP 81531-980 – Curitiba-PR